

UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

Mônica Rosa dos Santos Santanna

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA IMAGEM DO IDOSO NO JORNAL MONITOR
CAMPISTA/RJ, NO PERÍODO DE 2003 A 2006**

Campos dos Goytacazes

2012

Mônica Rosa dos Santos Santanna

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA IMAGEM DO IDOSO NO JORNAL
MONITOR CAMPISTA/RJ, NO PERÍODO DE 2003 A 2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense, como requisitos parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Teixeira

Campos dos Goytacazes

2012

DEDICATÓRIA

À Deus

E a toda família Rosa e Santanna,

Pelo incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelas misericórdias constantes sobre minha vida. Não faltando às experiências deste amor durante toda esta jornada.

Ao meu querido esposo, Diego Magalhães Borges Santanna, pelo amor diário e compreensão constante.

A meus pais, Adelson Evaristo dos Santos e Inácia Carvalho Rosa, pelo amor, educação e incentivos recebidos até aqui. E principalmente pelas orações constantes.

A minha irmã Carla Rosa dos Santos pelo amor e paciência. E também amigos Marcos e Zuomar pelos incentivos.

Aos meus sogros Luiz Carlos Santanna, Carmem Luiza Borges Santanna e cunhadas Marannice Magalhães Borges Santanna e Débora Magalhães Borges Santanna, pelas orações, incentivos e paciência nesta minha jornada.

A minha vó materna, Maria Carvalho Rosa, pelos ensinamentos recebidos e orações constantes.

Aos funcionários da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), especialmente Luiz Fernando e Maria José pela solicitude e constante paciência.

Pela minha orientadora, Prof^a. Dr^a Simonne Teixeira, pelo ensino, dedicação e valorização profissional. E também pela paciência e dedicação durante todo este processo.

Pelo PPGPS, na pessoa de Ana Paula, pelos “help’s” nos momentos necessários. E também ao Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos através dos incentivos pelo meu aperfeiçoamento profissional.

Pela Prof^a Dr^a Sônia Martins de Almeida Nogueira e o Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos, pelas observações preciosas no momento da defesa do projeto e desta dissertação. Assim como os professores Dr. Sérgio Arruda de Moura e Dr. Giovane do Nascimento.

A todos, que de alguma forma, me ajudaram na realização deste sonho.

RESUMO

A discussão da velhice se desdobra em múltiplos olhares e campos científicos. Assim o objetivo da pesquisa que apresento nesta dissertação foi analisar de que forma os discursos presentes nos textos veiculados no jornal Monitor Campista, analisado no período de outubro de 2003 a maio de 2006, contribuem para a construção de um conjunto específico de representações sociais da imagem do idoso. O presente estudo teve caráter exploratório-descritivo com uma abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS) e no conceito da reprivatização da velhice (Debert). A análise do *corpus* foi realizada através do método de análise de conteúdo, a partir de cinco grupos temáticos: 1- Realidade dos Idosos; 2- Interfases da Aposentadoria; 3- Modelo de Envelhecimento Saudável; Políticas Públicas; e 5- Outros Assuntos. Os resultados apontaram que existem diferenças significativas na maneira como o avanço da idade é construído pelo jornal. Estando o discurso ancorado especialmente no uso das palavras *idoso* e *terceira idade*, designando perfis diferenciados. Efetivando assim uma dualidade de representações, ora reforçadas em estereótipos negativos, ora positivos, destacando especialmente na confirmação da reprivatização do envelhecimento.

Palavras-chave: Idoso. Representação Social.Imagem.

ABSTRACT

The discussion of aging unfolds in multiple perspectives and scientific fields. Thus the objective of the research I present in this thesis was to analyze how the discourse of the texts bound in the newspaper Monitor Campista was analyzed for the period October 2003 to May 2006, contributing to the construction of a specific set of social representations of the image the elderly. This study was exploratory, descriptive qualitative approach, based on the Social Representations Theory (SRT) and the concept of privatization of old age. *Corpus* analysis was performed using the method of discourse analysis and semiotics, from five thematic groups: 1 - Reality of the Elderly, 2 - Interfases of Retirement; 3 - Model of Healthy Aging, Public Policy, and 5 - Other Issues . The results showed that significant differences exist in how the aging process is built by the newspaper. Being anchored discourse especially in the use of the words elderly and seniors, assigning different profiles. Committing just one dual representations, sometimes reinforced negative stereotypes, sometimes positive, highlighting especially the confirmation of the privatization of aging.

Keywords: Elderly.Social Representation.Picture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Incidência de Notícias sobre os Idosos por Grupo Temático.....	68
Gráfico 2 - Realidade dos Idosos: violência, saúde, demografia e moradia.....	69
Gráfico 3 - Caracterização da Violência.....	72
Gráfico 4 - Aspectos da Aposentadoria Noticiadas no MC	73
Gráfico 5 - Participação dos Idosos em Atividades para Envelhecimento Saudável	75
Gráfico 6 - Participação dos Idosos em Programas em Campos.....	76
Gráfico 7 - Políticas Públicas Mencionadas nas Publicações do MC	78
Gráfico 8 - Diversos Assuntos mencionando o Idoso no MC	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Idosos e mulheres na mira de furtos	81
Figura 2 – HGG apura falha em socorro a acidentado	84
Figura 3 - Aposentado sofre agressão: genro é suspeito de dar tijoladas	87
Figura 4 – Idoso preso com arma infarta – Ele contrariou Estatuto a ser debatido amanhã	89
Figura 5 - Mais um “Conto do Paco”	90
Figura 6 – Alzheimer é tema de palestra no CD.....	93
Figura 7 – Contra a depressão na 3ª Idade.....	94
Figura 8 – Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher) oferece curso de cuidadores de idosos.....	95
Figura 9 – Calendário de vacinação para crianças e idosos	96
Figura 10 – Começa a vacinação contra gripe dos idosos.....	96
Figura 11 – Começa guerra contra gripe	97
Figura 12 – Cerca de 400 atendimentos por dia na Farmácia Popular	98
Figura 13 – Aumentam excedentes de mulheres e idosos.....	100
Figura 14 – Idosos já são 9% da população	101
Figura 15 – Brasil será o 6º em idosos: projeções que indicam envelhecimento populacional geram desafios	102
Figura 16 – Governadora entrega escrituras de imóveis	103
Figura 17 – Aumento do mínimo cria expectativa para aposentados: reajuste de R\$ 40,00 decepciona	105
Figura 18 – Idosos na vanguarda: terceira idade fortalecida pode se tornar uma classe economicamente ativa	108
Figura 19 – Pagamento do INSS lota bancos	111
Figura 20 – À margem da modernidade: idosos enfrentam dificuldades para acessar os caixas eletrônicos.....	112
Figura 21 – Diversão também é saúde: praticantes da dança sênior em	115
Campos melhoram a qualidade de vida.....	115
Figura 22 – Eles estão com tudo! No dia do Idoso, o exemplo de quem aposentou o crochê e o jogo de damas há muito tempo.....	118
Figura 23 – Idosos fazem defesa de estatuto	125
Figura 24 – Conferência sobre idosos: evento vai discutir direitos na terceira idade e criar organismo novo	127
Figura 25 – Asilo do Carmo	131

Figura 26 – Curso de Informática para Terceira Idade.....	133
Figura 27 – Tempo	136
Figura 28 - Vó	137
Figura 29 – Menos Terceira Idade.....	138
Figura 30 – Tratamento estético no Clube da Terceira Idade.....	139
Figura 31 – O tempo passa... mas não para ele	140
Figura 32 – Dia do Idoso	141
Figura 33- Dia de Comemoração e Lutas.....	142
Figura 34 – Ela escreve com o coração	142
Figura 35 – Do Glamour às escoras	143
Figura 36 – Presidente da ASCAPEN e Condim	145
Figura 37 – Presidente do Condim	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Leis anteriores à Política Municipal do Idoso em Campos dos Goytacazes.	43
Quadro 2 - Incidência de Notícias sobre os Idosos por Ano:	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idosos residentes em Campos dos Goytacazes em 2010.....	29
Tabela 2 – Realidade dos Idosos: violência, saúde, aspectos demográficos e habitação	80

LISTA DE SIGLAS

ACEPI	Associação Cearense Pró-Idosos
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
AC	Análise de Conteúdo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAP	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
COBAP	Conferência dos Aposentados e Pensionistas do Brasil
COMID	Conselho Municipal dos Direitos e Deveres dos Idosos de Vitória/ES
COMDIN	Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de Campos/RJ
CRIAS	Centro de Referência do Idoso em Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Dataprev	Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social
DO	Diário Oficial
FCJOL	Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILP	Instituição de Longa Permanência
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Monitor Campista
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PAI	Programa de Atenção ao Idoso
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Nações Unidas
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
TRS	Teoria das Representações Sociais
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O INÍCIO DE UMA CAMINHADA PARA VISUALIZAR A IMAGEM DO IDOSO NA MÍDIA.....	18
1.1 Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Comunicação no Processo de Construção da Imagem	18
1.2 Envelhecimento Populacional e as Representações Sociais da Imagem do Idoso	24
1.2.1 Políticas Públicas para os Idosos no Brasil e algumas Imagens da Representação Social	32
1.3 O Discurso Midiático e o Jornal Escrito na Construção da Representação da Imagem do Idoso	46
1.3.1 O “Novo” Velho e a “Reprivatização da velhice”: idoso na mídia nacional	49
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....	55
2.1 Campo de Análise.....	55
2.2 Processo de Coleta de Dados.....	60
2.3 Instrumentos Aplicados	61
2.3.1 Ficha de Registro	61
2.3.2 Inventário de Material Publicitário e Fotográfico	62
2.4 Procedimentos Analíticos	62
CAPÍTULO 3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IMAGEM DO IDOSO NO JORNAL MONITOR CAMPISTA (MC).....	66
3.1 Panorama do Envelhecimento e da Velhice nas Publicações do MC.....	66
3.2 Análise dos Grupos Temáticos	79
3.2.1 Realidade dos Idosos	80
3.2.2 As Interfases da Aposentadoria	104
3.2.3 Modelo de Envelhecimento Saudável	113
3.2.4 Políticas Públicas para os Idosos	121
3.2.5 Outros Assuntos mencionando o Idoso	128
3.3 Análise do Material Publicitário e Fotográfico	130
CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICES.....	162

INTRODUÇÃO

Na última década acompanhamos no Brasil a apropriação do envelhecimento como temática de pesquisas, debates e produções midiáticas, especialmente retratadas como um dos desafios da sociedade, e não só da nossa. A representatividade numérica deste segmento simboliza um dos campos de debate nesta visibilidade do idoso como sujeito e/ou objeto dos discursos produzidos nas mais diferentes esferas: política, economia, serviços e outros.

Assim o objeto da pesquisa que apresento nesta dissertação é o de analisar de que forma os discursos presentes nos textos veiculados no jornal escrito (local) contribuem para a construção de um conjunto específico de representações sociais da imagem do idoso. O jornal cujas matérias, artigos, reportagens e material publicitário constituem a base desta investigação é o Jornal Monitor Campista (MC), que teve sua última edição veiculado em 15 de novembro de 2009, com uma circulação média de 5 mil exemplares diários. Foram lidos e classificados, a partir dos critérios que serão apresentados, todos os exemplares do jornal no período de 1º de outubro de 2003 a 26 de maio de 2006.

Considerar o idoso a partir de um meio midiático cujo público leitor não é composto, prioritariamente, por pessoas acima de 60 anos, e que este canal de comunicação não esteja mais em circulação, parece a primeira vista como uma tarefa um tanto estranha. Por fim, se pretendemos trabalhar com a mídia, a partir da representação social da imagem do idoso em seu discurso, por que não optar por um meio midiático voltado a este público e que, preferencialmente, esteja em circulação?

Tais indagações nos acompanharam durante todo o processo de nossa pesquisa. No entanto, conforme caminhamos no material de pesquisa mais consolidamos uma trajetória acertada na escolha que fizemos. A representação do idoso, a partir de sua imagem, não se limita somente ao contexto dos grupos sociais etários, ou seja, o próprio idoso. Mas também é possível através de uma análise dos discursos presentes no meio midiático. Uma reportagem que descreve uma campanha de vacinação contra a gripe como uma doença típica do idoso pode dizer mais sobre as formas como as representações são construídas no processo de comunicação do que várias entrevistas com este público. No entanto, não estamos invalidando esta última, apenas reforçando que nosso trabalho de pesquisa foi desenvolvido considerando o processo de comunicação de massa como um dos geradores e expressão das representações sociais. Assim a escolha de um jornal que já saiu de circulação não implica esgotamento de questões presentes na atualidade, servindo de reflexão a todos, seja os agentes públicos, os

executores das políticas, os jornalistas, os demais grupos sociais, seja o próprio idoso. Desta forma a escolha de um jornal antigo pode dizer muito sobre a história de um município e de seus atores.

Falar de representação social envolve necessariamente falar de comunicação, pois a relação entre elas envolve o compartilhamento de conhecimentos particulares que contribuem para elaboração e propagação de comportamentos, assunto este presente no capítulo 1 desta dissertação. Como fundamento teórico deste trabalho, nos reportamos à Teoria das Representações Sociais (TRS) a partir de estudos de Serge Moscovici, que considera a comunicação como parte dos estudos das representações sociais. Desta forma o referido capítulo traça a trajetória na discussão do papel da comunicação como formadora das representações sociais, especialmente o discurso midiático (no nosso caso o jornalismo escrito) na construção das representações.

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado e que contribui para construção de uma realidade comum a um conjunto social. Deste modo ao longo do texto vamos nos referir com frequência à objetivação e à ancoragem das representações sociais, sendo estes os dois processos constituintes na construção do saber prático, ou seja, as representações.

A discussão destes assuntos foi adicionada também a partir da contextualização social do processo de envelhecimento no Brasil, especialmente através das políticas públicas, e a “reprivatização da velhice” proposto por Guita de Debert (1999) a partir de estudos sobre o idoso na mídia nacional. Entende-se por reprivatização a responsabilização individual sobre o processo de envelhecimento. A conexão proposta entre a TRS e a reprivatização proposta neste estudo foi conjugada através da transmissão das informações, de modo que ambos os estudiosos destacam a ressignificação em que a mensagem vai sendo alterada e recebida nos meios de comunicação de massa, resultando em novas normas e valores coletivos – ou seja, representações. No caso da antropóloga Guita, ganha destaque o idoso na mídia através de duas perspectivas, a saber: “perspectiva da miséria” e “idosos como fonte de recursos”, sendo estes assuntos explorados ao longo deste capítulo.

Na parte 2 descrevemos todo o processo metodológico que nos conduziu na análise do jornal pesquisado. O presente estudo teve caráter exploratório-descritivo com uma abordagem qualitativa, fundamento na Teoria das Representações Sociais (TRS). O Processo de coleta dos dados, a partir do *corpus* das entrevistas e material publicitário foram separados em cinco grupos temáticos: 1- Realidade dos Idosos; 2- Interfases da Aposentadoria; 3- Modelo de

Envelhecimento Saudável; 4- Políticas Públicas; e 5- Outros Assuntos, sendo estes tratados a partir do método de Análise de Conteúdo.

Uma vez estabelecido nosso referencial teórico, nossa metodologia, apresentamos na parte 3 os resultados da análise sobre a representação social da imagem do idoso no MC. Essa análise foi dividida a partir dos cinco grupos temáticos citados.

Nas notícias que tratam da Realidade dos Idosos, tendo em vista aspectos como violência, saúde e outros, pudemos notar, em primeiro lugar, que os textos foram ancorados na representação social do corpo, especialmente sobre os aspectos de vitimização e culpabilização do idoso a partir do processo de envelhecimento biológico e cronológico. Assim a representação social da imagem do idoso foi expressa no *corpus* do MC a partir dos aspectos eminentemente físicos e psicológicos. Sendo o envelhecimento associado à perda do papel social e sinônimo de doenças.

Nas matérias sobre a Interfase da Aposentadoria, o discurso apresenta-se de forma dual. Ora retrate a aposentadoria como sinônima de perdas econômicas, tendo como principal consequência o atendimento depreciativo em bancos e agências da previdência pública, ora como um tempo de oportunidade para aumentar o valor do rendimento da previdência, através de trabalho extra. Desta forma os discursos foram ancorados na relação aposentadoria X pauperização e/ou oportunidade, de modo que a representação social da imagem do idoso fosse caracterizada por estereótipos negativos, como a presença das palavras inativo, desocupado e fila e/ou estereótipos positivos, representados pelas palavras sonhos, ideais e oportunidades.

No conjunto das matérias classificadas em Modelos de Envelhecimento Saudável o discurso se ateve à descrição de normas e padrões de comportamentos para uma garantia de um envelhecimento saudável, sem isolamento e doenças. Destaque para as ações de lazer, atividades físicas e educação, como práticas que redefinem as relações sociais. Dentro deste aspecto os textos foram ancorados na substituição do termo *idoso* pela *terceira idade*, sendo este sinônimo de qualidade de vida e integração social. Assim a representação social da imagem do idoso foi retratada por pessoas ativas e inovadoras, ganhando destaque especialmente a postura e a responsabilidade individual pelo processo de envelhecimento.

Quanto às matérias referentes às Políticas Públicas, o discurso dos textos enfatizou a violação destes mecanismos, especialmente nos serviços de transporte e instituições bancárias. No entanto, observou-se nos textos a substituição da esfera do direito social pela execução de benefícios. Além de uma postura reducionista do Estatuto, definido como Lei do Idoso, não considerando a responsabilidade nos mais variados âmbitos sociais, como: poder

público, sociedade e família. Os textos foram ancorados na relação direito social x assistencialismo; caracterizando desta forma uma representação social da imagem do idoso ora como vítimas sociais, ora como culpados.

Já as matérias que reuniram diversos assuntos que mencionavam direta ou indiretamente o idoso como protagonista ou coadjuvante foram expressas através de pequenas reflexões, crônicas e poesias. Os textos foram ancorados na relação envelhecimento X finitude, sendo a velhice a fase intermediária da morte, representada através dos estereótipos negativos do processo de envelhecimento biológico. Ou seja, a representação social da imagem do idoso foi consolidada nos discursos através do declínio físico do corpo.

Quanto ao material publicitário analisado os discursos apresentaram a já mencionada, dualidade dos estereótipos negativos e positivos frente à velhice, caracterizando especialmente através de dois públicos alvos distintos: idosos institucionalizados e idosos classificados como ativos e produtivos.

A pesquisa do material publicado no MC mostra que a relação da representação social da imagem do idoso contém em si duas naturezas de discursos expressa no cenário das expressões classificatórias (como bem ressalta Moscovici): *idoso X terceira idade*. Iremos tratar disso em nossa conclusão. Procuraremos, também, realizar uma síntese do que foi visto nessas páginas, a partir do processo de reprivatização do envelhecimento, considerando o papel da mídia. Especialmente a partir da perspectiva da miséria e dos idosos como fonte de recurso, conforme estudos de Debert sobre o idoso na mídia.

Esse estudo se justifica, pelo fato de contribuir para a reflexão sobre as formas de representação do idoso e também da própria visibilidade das políticas sociais na mídia. Tratar o processo de envelhecimento, dessa perspectiva, é buscar relacioná-lo como uma questão pública a partir da construção e reprodução social. E também abre caminhos para novas demandas políticas e para formação de profissionais, midiáticos ou não, comprometidos com uma visibilidade social além dos estereótipos, sejam eles positivos ou negativos.

CAPÍTULO 1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O INÍCIO DE UMA CAMINHADA PARA VISUALIZAR A IMAGEM DO IDOSO NA MÍDIA

O conceito de representações sociais nos últimos anos tem fomentado diversas pesquisas, agrupando múltiplas formas de entendimento, devido ao movimento constante de construção do quadro conceitual que envolve a sua gênese. Assim iniciaremos a construção deste texto a partir do aporte teórico denominado por Moscovici (1961) de Teoria das Representações Sociais (TRS). Este autor possui fundamental importância quanto à definição desta teoria, pois foi responsável por introduzi-la dentro da Psicologia Social, a partir da sua obra *La Psychanalyse, son image, son public*, publicada em 1961, na França.

A publicação de diversos trabalhos, assim como a TRS, elaborada por Moscovici têm influenciado diversos pesquisadores, tanto na Europa como nas Américas, assim como no Brasil. Desta forma iniciaremos a nossa caminhada a partir da visão moscoviciana, uma vez que aponta a comunicação como parte central na construção das representações, sendo este o cerne de nossa pesquisa.

O conceito de representação social não é termo exclusivo das ciências humanas, mas tem sua gênese traçada na sociologia, antropologia e na história das mentalidades (ARRUDA, 2002). No entanto, a TRS perpassa primeiramente pela sociologia de Durkheim, porém é na Psicologia Social que é estruturada teoricamente por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet.

1.1 Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Comunicação no Processo de Construção da Imagem

A Obra de Moscovici em *La Psychanalyse, son image, son public*, contém a raiz da Teoria das Representações Sociais. Trata os fenômenos da psicanálise, da sua apropriação pela população parisiense e do processo de sua transformação, conforme Arruda (2002).

Originalmente Moscovici introduz a noção de representação social, partindo do estudo do senso comum, como o ponto de partida para construção de opiniões sobre determinado objeto social, considerado como fenômeno das representações sociais. O termo *representações sociais* descreve tanto um conjunto de fenômenos, quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los. Desta forma, Moscovici ao introduzir a noção de fenômeno nas representações sociais, redefine a Psicologia Social para o campo da função simbólica e a sua interferência na construção do real. Mais tarde, Moscovici (1978) afirmou

que as representações sociais são maneiras de conhecer o mundo, ou seja, são produtos de uma construção dialética oriunda das necessidades individuais, a partir de um determinado conjunto de relações sociais, que vão sendo sedimentadas através de um corpo de informações a partir do mundo que nos rodeia.

O caminho de Moscovici para traçar o conceito de representações sociais tem como ponto de partida a definição das representações coletivas, proposto por Durkheim. O termo representação surge na sociologia, inicialmente com Emile Durkheim (1898), que remete para o conceito de “representações coletivas”, que para ele são como os conceitos que são produzidos e que coletivamente formam a bagagem cultural de uma sociedade. Desta forma, essa bagagem cultural é resultado das transformações individuais que não são mais do que a forma ou expressão dessas representações coletivas individualizadas e personalizadas com as características de cada indivíduo. Segundo este, as representações coletivas:

[...] são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos se associam, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumulam aqui sua experiência e saber (DURKHEIM, 1987, p.81).

A noção de Durkheim guarda diferenças significativas conceituais nas representações sociais (Moscovici, 1989). A primeira diferença é que, de acordo com Durkheim, as representações coletivas, são concebidas como formas de consciência que a sociedade impõe aos indivíduos. Representações sociais, pelo contrário, são geradas pelos sujeitos sociais. Assim coletivamente refere-se ao que é partilhado por um número de indivíduos, sejam eles sociais ou não. Ou seja, dizem respeito ao significado social.

A segunda diferença é que o conceito de representação Durkheim implica uma reprodução da idéia social. Embora na teoria das representações sociais, é concebido como uma produção e desenvolvimento de um caráter social, sem que seja imposta externamente às consciências individuais, tal como proposto por Durkheim.

Diante desta perspectiva, Moscovici situa as representações coletivas, conforme os pensamentos e idéias comuns a várias pessoas ou grupos, ganhando o caráter de senso comum à medida que são repetidas na vida diária. Entendido desta forma adquire um caráter de movimento coletivo, incluindo normas, autoridade e imposição – refletindo assim o conteúdo desses pensamentos cotidianos, ou seja, suas representações sociais. Segundo Arruda (2002), Moscovici introduz uma atualização do conceito durkheimiano:

Moscovici vai proceder à remodelagem do conceito durkheimiano (...) de trazê-lo para as condições de hoje, de sociedades contemporâneas imersas na intensa divisão do trabalho, nas quais a dimensão da especialização bem como a da informação tornaram-se componentes decisivas nas vidas das pessoas e dos grupos. Atualizar significa, ao mesmo tempo, tomar o conceito operacional para ser aplicável em sociedades com essas características, sociedades em que a velocidade da informação não lhes outorga o tempo de sedimentar-se em tradições, nas quais se impõe um processamento constante da novidade, nas quais se conhece por delegação, uma vez que ninguém tem acesso a todo o saber (Idem, p.135).

Posto desta forma, a representação é entendida como elo entre o mundo individual e o social, sinaliza uma sociedade metamorfoseada, o que direcionou Moscovici a substituir o termo coletivo pelo social. A sua crítica referente ao conceito de representação coletiva, se pauta na suposição de uma sociedade homogênea, ou seja, uma sociedade estática e fechada, não sendo consideradas as trocas entre os indivíduos ou grupos nas construções das representações; sendo considerada somente uma única representação hegemônica da coletividade. Diferente do social que possui um caráter mais dinâmico na construção e desconstrução do conhecimento prático.

Moscovici (1989) pontua que o quadro teórico e conceitual das representações ainda está em processo de construção, permitindo desta forma que o pesquisador desenvolva uma postura mais criativa e flexível em seus estudos. Assim, as construções das matrizes conceituais, através das novas pesquisas podem trazer uma significativa contribuição nesta conceitualização. Portanto, as representações sociais admitem uma abrangência de entendimento, assinaladas em diferentes campos de estudo, pontuados: o da sociofilosofia marxista, e da Psicologia Cognitiva e o da Psicologia Social¹(Rangel, 1997).

Diante da diversidade de conceitos e definições, Moscovici conclui que, a representação social admite uma diversidade e abrangência de entendimento, variando desde os pressupostos teóricos às suas aplicações à pesquisa. Considerando essa diversidade, apresentaremos dois pressupostos que se destacam nas obras de referido autor, sendo a matriz teórica adotada ao longo desta pesquisa. O primeiro esclarece que,

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente em nossa sociedade, dos

¹Dentro desta diversidade são apontados alguns autores de referência, como: Spink(1993), Paiva (1994), Chartier (1990), Baczko(1985), Ansart (1977), Novo (1994), Freire (1992), Ibañez (1988), Herzlich (1972;1991), Gilly (1980;1989), Vala (1986;1993), Farr (1994), Duveen (1994), Flament (1989), Wagner e Elejabarrieta (1994) e, no Brasil, Arruda, Sá, Souto e outros que se reúnem no trabalho organizado por Spink (Org. 1993), além de Jovchelovitch e Guareschi (Org. 1994), Madeira (1994) e Minayo (1993).

mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, *apud*, SÁ, 1996, p. 49).

O segundo define que as representações sociais “constituem uma organização psicológica, uma forma de conhecimento que é específica de nossa sociedade e que não é redutível a nenhuma outra forma de conhecimento” (MOSCOVICI, 2003, p. 128). Desta forma os dois entendimentos propostos por Moscovici dizem respeito as duas vertentes das representações sociais. O primeiro atribui um caráter geral a esta conceituação, admitindo diversos ângulos de aplicação, dependendo do objeto em questão. Já o segundo entendimento, ressalta o aspecto irredutível das representações sociais, fruto de um conhecimento específico.

Conjugando estas duas vertentes traçamos as representações sociais a partir de um processo contínuo e dinâmico das representações socioculturais, ou seja, um processo de construção do cotidiano, considerando os seus efeitos gerais e específicos na sociedade. Entendemos como efeito as imagens produzidas e reproduzidas através da comunicação, mas especificamente na mídia escrita, ênfase desta pesquisa.

Assim elegemos como ponto de referência na obra moscoviciana o entendimento de representações sociais a partir do elo que “unem a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas” (MOSCOVICI, 2003, p. 206), através da comunicação, entendida como uma “rede de idéias, metáforas e imagens”:

[...] à medida que a comunicação se acelera em nossa sociedade, a extensão da mídia (visual, escrita e áudio) no espaço social veio crescendo ininterruptamente. [...] De um lado, as diferenças entre representações sociais são obscurecidas, os limites entre o aspecto icônico e seu aspecto conceptual são eliminados. O desaparecimento das diferenças e limites as transforma mais e mais em representações de representações, faz com que se tornem mais e mais simbólicas [...] (MOSCOVICI, 2003, p. 211).

Partindo desta trajetória, a TRS figura um conceito para trabalhar com o pensamento social, em sua dinâmica e em sua diversidade. Seu ponto de partida são as diferentes formas de conhecer e de comunicar, presentes nas sociedades, sendo caracterizado através da forma consensual e da científica, possuindo cada qual o seu propósito, conforme classificado por Moscovici.

O universo consensual seria estabelecido através da conversação informal, fruto da prática da vida cotidiana; enquanto a sua cristalização e coisificação se dariam no universo científico – através do rigor da linguagem e hierarquia. Assim, as representações sociais são

construídas e consolidadas através do universo consensual, embora não haja caráter excludente entre ambas.

O autor traz à discussão a “reabilitação do senso comum” (ARRUDA, 2002, p.131), ou seja, do saber popular do conhecimento do cotidiano – constituindo uma sociedade de “sábios amadores” (MOSCOVICI, 1961). Uma das grandes questões posta por ele percorre a indagação sobre a racionalidade científica, avançando na contramão de que as pessoas comuns não produzam um pensamento estruturado racionalmente. Deste modo Moscovici, conforme Arruda (2002, p.131), com quem estou de acordo, propõe uma psicossociologia do conhecimento, com forte apoio sociológico, mas sem desprezar os processos subjetivos e cognitivos. Para tanto aponta os processos formadores na construção das representações sociais, a partir do senso comum, denominado de *saber prático*.

Moscovici (1961) esclarece que a sistematização para a construção do saber prático envolve dois processos, denominado de **objetivação** e **ancoragem**. A *objetivação* consiste na estruturação do conhecimento do objeto, que obedece a três etapas: primeiro, consiste na *seleção da informação*, ignorando os seus excessos, uma vez que não é possível lidar com o volume total de informações. O segundo consiste no recorte destas informações, que são agrupados como o *núcleo figurativo da representação*, resultando em imagens. O terceiro corresponde à fase da *naturalização*, onde a aura misteriosa que percorria o objeto como algo impalpável e inatingível, ganha *status* natural, completando assim o ciclo da objetivação (MOSCOVICI, 1961).

A *ancoragem* reflete o processo que dá sentido ao objeto. Figura-se na consolidação do conhecimento no meio social, e seu autoexame constante, “ao converte-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto” (ARRUDA, 2002, p.136). Assim, nesta etapa o sujeito recorre ao que lhe é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade apresentada: trazendo para a sua zona de conforto, o novo, classificado como desconhecido, estabelecendo assim a ancoragem. Moscovici considera que:

O processo social no conjunto é um processo de familiarização pelo qual os objetos e os indivíduos vêm a ser compreendidos e distinguidos na base de modelos ou encontros anteriores. A predominância do passado sobre o presente, da resposta sobre o estímulo, da imagem sobre a “realidade” tem como única razão fazer com que ninguém ache nada de novo sob o sol. A familiaridade constitui ao mesmo tempo um estado das relações no grupo e uma norma de julgamento de tudo o que acontece. (MOSCOVICI, *apud* ARRUDA, 2002, p. 137).

Portanto, Moscovici ressalta que os processos de objetivação e ancoragem não ocorrem separadamente, mas trabalham em uma relação dialética. Deste modo conclui que tais processos possuem como princípio em *transformar o não familiar em familiar*.

Essas colocações convergem com a proposta de Jodelet (1986), que propõe as representações como forma de conhecimento do senso comum. Sendo este conhecimento formado a partir do conhecimento prático, que permite o indivíduo criar uma linguagem do cotidiano, a partir da comunicação estabelecida entre o mundo social e material.

De forma comparativa, o conceito de representação social, pautado em Moscovici e Jodelet, de acordo com Junqueira (1998), abandona a distinção clássica behaviorista entre sujeito e objeto. Trabalhando a construção da realidade a partir da interação entre ambos. De acordo com Arruda (2002, p.128), “essa teorização passa a servir de ferramenta para outros campos, como a saúde, a educação, a didática, o meio ambiente, e faz escola, apresentando inclusive propostas teóricas diversificadas”.

Resgatando a importância do conhecimento produzido pelo senso comum, destacado tanto por Moscovici, como por Jodelet. Fazemos uma ressalva quanto ao termo senso comum, sendo muitas vezes propagada como fragmentado e não-científico. De acordo com Camargo (1993), é preciso romper com esta visão estereotipada, pois o conhecimento produzido pelo senso comum reflete um processo de fomentação dos objetos, através da interação entre indivíduos, refletindo assim os seus papéis sociais. De modo que tal conhecimento também é permeado pelo saber científico, pois também reflete o conhecimento de estudos e conhecimentos formais que são partilhados também através dos meios de comunicação e através das trocas entre os sujeitos. Assim de acordo com Junqueira (1998, p. 42) “[...] à medida que surgem novos problemas no cotidiano, na busca de soluções, a sociedade produz novas representações, levando o indivíduo a transformar em familiar o que lhes é estranho.”.

Diante do aporte que envolve o processo de construção das representações sociais, iremos nos ater ao aspecto caracterizado pelo saber social. Uma vez que as abordagens de tais estudos trabalham o conteúdo das representações a partir da linguagem, contida em documentos, práticas, falas, imagens e outros. Chamado por Jodelet (2002:38) de aspectos “constituintes da representação – informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc”, tais aspectos convergem com o objetivo de nossa pesquisa.

A coleta de material para este tipo de enfoque geralmente é feita por metodologias múltiplas, que podem ser entrevistas, questionários, observações, pesquisa documental e tratamento de textos escritos ou imagéticos. Segundo Arruda (2002), esses estudos tentam capturar as diversas nuances na elaboração da representação, embora dificilmente se possa

contemplar todos eles em uma única pesquisa: “até hoje, o único exemplo de tal proeza foi o trabalho de Denise Jodelet (1989) sobre a representação da loucura” (ARRUDA, 2002, p.140).

Para encerrar esta breve panorâmica, salientamos que a representação social mescla: ação, pensamento e linguagem. Assim estes três elementos caminham na construção do processo de tornar o não-familiar conhecido, através especialmente da comunicação, que abre um leque de possibilidades na compreensão do mundo e nas relações que estabelecem.

Desta forma a TRS é um produto típico dos nossos tempos e da transição paradigmática, uma vez que fornece novas ferramentas conceituais para analisar diversos ângulos da sociedade, lançando assim novos olhares, provenientes de novas e velhas questões sociais, tanto dos movimentos sociais, como de questionamentos oriundos da ciência. Assim após esta breve descrição sobre o surgimento e alguns aspectos da TRS estabeleceremos nos próximos itens algumas relações em direção às representações sociais do idoso a partir do envelhecimento populacional, e, conseqüentemente, as imagens presentes e reproduzidas no discurso midiático, foco de nossa pesquisa.

1.2 Envelhecimento Populacional e as Representações Sociais da Imagem do Idoso

O conjunto de transformações decorrente da questão social² vem impulsionando reflexões sobre diversas problemáticas e, dentre estas, iremos nos ater à questão social da velhice³, a partir do crescimento da população, e a algumas de suas interfaces, especialmente no que se refere ao significado do termo velho, idoso e terceira idade e sua relação com a(s) imagem(s), construídas socialmente. A visualização destes termos expressa a caracterização de nossa sociedade a partir dos papéis sociais expressos na idade que possuímos. Mas afinal o que é ser velho? Idoso e Terceira Idade?

De acordo com Peixoto (1998), a palavra velho reflete uma conotação pejorativa e desvalorizativa, uma vez associada à relação entre velhice e decadência. Além de ser utilizada para identificar um estrato econômico, classificado como população pobre; e o termo idoso para marcar uma classe social mais abastada. Quanto ao uso do termo Terceira Idade, Peixoto destaca que a sua utilização sugere um corte na velhice, separando os jovens velhos dos mais

² Vários são os estudos sobre esta temática. Como não é este exatamente o objetivo deste texto, remeto o leitor a algumas análises já consagradas sobre o tema, como Castel (1998), Hirata e Preteceille (2002), entre outros.

³ Como questão social da velhice iremos nos basear em estudos de Magalhães (1989:8), que a define como “construção da classe trabalhadora assalariada, a chamada classe média”, tema que será desenvolvido ao longo desta proposta de pesquisa.

velhos. Ou seja, Terceira Idade é representada por aqueles que continuam integrados de forma autônoma e independente na sociedade, enquanto os idosos são aqueles caracterizados por algum grau de dependência econômica e/ou física.

Seguindo esta mesma análise, Barros (1998) expressa que o termo velho no Brasil, também percorre a esfera pejorativa, no entanto destaca uma ambiguidade quanto a uso, determinado pela entonação e/ou contexto empregada. A autora destaca que a partir do final da década de 60, o termo idoso é recuperado especialmente nos documentos oficiais, marcando um tratamento mais respeitoso. Já o termo Terceira Idade Terceira Idade, caracteriza uma fase intermediária entre a aposentadoria e o envelhecimento, caracterizada por um envelhecimento ativo e independente.

Considerado que as categorias velho, idoso e terceira idade são construções sociais utilizadas para situar os indivíduos nas várias instituições da sociedade, a partir da ordem social e do poder estabelecido, optamos por fazer uso do termo idoso. Justificamos o uso do termo a partir do seu marco legal, ou seja, idoso é a denominação oficial de todos os indivíduos que tenham sessenta anos de idade ou mais. Sendo este critério adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas políticas sociais brasileiras que tratam do envelhecimento. Como exemplo, citamos o Estatuto do Idoso campo de nossa investigação. Desta forma seguimos relatando sobre o crescimento populacional dos idosos.

O envelhecimento da população não é um fenômeno novo, especialmente se consideramos países como a China, Japão, países da Europa e da América do Norte. Estes têm convivido há muito tempo com um grande contingente de idosos e com as demandas associadas ao envelhecimento, especialmente relacionadas à aposentadoria, saúde e políticas públicas. Porém de forma geral, tal fenômeno, também tem alcançado de maneira rápida os países em desenvolvimento, acarretando assim a necessidade urgente na fomentação de políticas que visem lidar com as conseqüências sociais, econômicas e de saúde relativa ao envelhecimento populacional.

A definição da população idosa nos chamados países em desenvolvimento, parte do corte de 60 anos, sendo este recomendando desde 1984 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em consonância com o Relatório do Grupo de Especialistas sobre Epidemiologia e Envelhecimento. Nas Nações Unidas, a idade de 60 anos é usada para definir o início da velhice. De acordo com Mascaro (1997) a explicação para a idade de 60 anos como ponto de definição é justificada pelas acentuadas transformações biológicas típicas desta fase da vida, ou seja, “É também nesse momento que acontece o desengajamento do mundo do trabalho, ou seja, a aposentadoria, e também o descompromisso com alguns papéis tradicionais da vida

adulta, como por exemplo, aqueles decorrentes da emancipação dos filhos (Idem, 1997, p. 42).

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2009), o envelhecimento populacional mundial irá triplicar, ultrapassando 9 bilhões de idosos até 2050. Tal fato se justifica graças aos avanços da medicina e à melhoria das condições de vida, como o acesso a serviços de saúde, saneamento e educação. A expectativa de vida aumentou de 47 anos na década de 1950, para 68 anos atualmente. Este aumento será absorvido especialmente nas regiões menos desenvolvidas, saltando de 5,4 bilhões, em 2007, para 7,9 bilhões de idosos até 2050.

Vale salientar que nos países desenvolvidos o envelhecimento populacional ocorreu de forma gradual e associado à implantação de políticas para os idosos, a partir do Estado de Bem-Estar. No entanto, o contínuo crescimento populacional do contingente de idosos tem gerado inúmeras preocupações governamentais, especialmente com relação às aposentadorias e os sistemas públicos de financiamento das pensões, seja em países desenvolvidos ou não (BERZINS, 2003).

Desta forma, a associação entre o declínio na natalidade e o aumento da longevidade tem acelerado o aumento da população com 60 anos ou mais, realidade inversa na faixa etária com menos de 15 anos. De acordo com a OMS o envelhecimento populacional é fruto do sucesso das políticas de saúde, públicas e sociais. Desta forma, não é problema, mas vitória. Porém a questão se tornara problemática se não houver elaboração e execução de políticas e programas para promoverem um envelhecimento que contemple as necessidades deste grupo etário (BERZINS, 2003, p. 38).

O Brasil, em 2008, ocupou a 8ª posição entre os países mais populosos, chegando em 2050 a ocupar a quinta posição, segundo a ONU. As mudanças na estrutura etária da população são justificadas a priori, a partir dos avanços da medicina e as melhorias nas condições de vida da população, repercutindo consideravelmente na elevação da média de vida do brasileiro. A expectativa de vida ao nascer em 1940, de 45,5 anos de idade, passa para 73,1 em 2010. Segundo projeções do IBGE (2010), o país prosseguirá na elevação da média de vida de sua população, alcançando em 2050 o patamar de 81,20 anos, emparelhando o mesmo nível atual da Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60).

O último Censo de 2010, conclui que o Brasil possui menos crianças e mais idosos. Atualmente o quantitativo de crianças com idade até 5 anos, corresponde a 7,6%, número relativamente menor registrado em 2000 (9,8%) e em 1991 (11,5%). Em contrapartida confirma-se o aumento da população acima de 65 anos. O Censo também registrou 17,6 mil

peessoas com cem anos ou mais de idade em todo o país. A Bahia apresentou o maior número de centenários até agora: 2.473. Desse universo a pesquisa revela que a expectativa de vida no país aumentou cerca de três anos entre 1999 e 2009.

A nova expectativa de vida do brasileiro é de 73,1 anos (IBGE, 2010). Entre as mulheres são registradas as menores taxas de mortalidade. Elas representam 55,8% das pessoas com mais de 60 anos. A expectativa de vida feminina passou de 73,9 anos para 77 anos. Entre os homens, passou de 66,3 anos para 69,4 anos.

Segundo o IBGE (2010), a taxa de expectativa de vida no Brasil ainda é menor que a da América Latina e do Caribe (73,9 anos), só ficando à frente da Ásia (69,6 anos) e da África (55 anos). Na América do Norte a taxa fica em 79,7 anos. Os níveis mais baixos da taxa de fecundidade se encontram nos estados da Região Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 1,63 e 1,67 filhos por mulher, respectivamente. A pesquisa mostra que o aumento da esperança de vida ao nascer e a queda da fecundidade no país têm feito subir o número de idosos, que passou entre 1999 e 2009 de 6,4 milhões para 9,7 milhões. Em termos percentuais, a proporção de idosos na população subiu de 3,9% para 5,1%. Estima-se que em 2020 a população com mais de 60 anos no país deva chegar a 30 milhões de pessoas (13% do total).

Dados do IBGE (2010) sinalizam que o sudeste e sul são as regiões mais velhas do Brasil, de forma que o contingente entre 75 e 79 anos e acima de 80 anos cresceu em mais de 400 mil pessoas cada. No Sul, a população com idade entre 55 e 59 anos e entre 60 e 64 anos supera um milhão de pessoas. No Norte, a população acima de 50 anos passou de 380.141, em 2000, para 615.863, em 2010. No Nordeste, a população entre 65 a 74 anos também superou a marca de 1 milhão. Por fim, no Centro-Oeste, a população das faixas etárias de 30-34 anos, 35-39 anos e 40-44 anos também estabeleceu uma nova marca, população superior a 1 milhão. Assim, considerar este aumento como conquista, significa garantir políticas públicas direcionadas a este segmento, que possibilitem condição de vida e velhice com dignidade.

O crescimento da expectativa de vida no Brasil, também traz algumas características específicas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009), é possível traçar um breve perfil socioeconômico deste segmento populacional. Os dados apontam o que podemos chamar de *feminização do envelhecimento*, de modo que as mulheres são maioria, 55,8% - o recorte do gênero é algo bem presente na estatística populacional, quanto mais alta a faixa etária, maior será a proporção de mulheres. São vários os fatores que contribuem para a maior longevidade da população feminina: proteção hormonal do

estrógeno; inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool; postura diferente em relação à saúde/doença e a relação diferente com os serviços de saúde.

Quanto à *renda e consumo*, o Censo (2010) verificou que 62,4% dos idosos são responsáveis pelos domicílios brasileiros. Pouco menos de 12% viviam com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e cerca de 66% já se encontravam aposentados. A *escolaridade*, apenas 10,5% dos idosos responsáveis pelo domicílio tem pelo menos o ensino médio e 4% tem o curso superior. Quanto ao item *pessoas morando sozinhas*, a proporção de pessoas idosas morando sozinhas era de 15,4%, em 2000, subindo para 17,9% em 2010.

Observamos que o ritmo do crescimento da população idosa brasileira tem obedecido a características sistemáticas e constantes. No que tange a esta pesquisa, iremos nos ater, de forma breve, aos dados referentes ao estado do Rio de Janeiro, mas especificamente o município de Campos dos Goytacazes, *locus* de nossa ação. Segundo dados do IBGE (2010) o estado do Rio de Janeiro, possui uma população de 15.989.929 habitantes, sendo que durante os anos de 2000 apresentou um incremento populacional na ordem de 1,5 milhões de pessoas aproximadamente.

No que tange à idade média da população, há uma aproximação do que aponta a tendência da estrutura etária nacional. Na década de 2000, o envelhecimento se acentua e a faixa mais larga para homens e mulheres em 2010 passa a ser a de 25 a 29 anos, tornando-se a parte central da pirâmide mais expressiva. A idade de 24 anos, também apresenta um processo de estreitamento das faixas etárias. Embora a faixa de 35 a 39 anos tenha apresentado uma relativa redução, ainda assim é a população em idade ativa que ganha maior participação, seguida da população idosa que se expressa entre a maior parcela da população. Totalizando 940.851 idosos, correspondendo a 5,88% da população total. Sendo que a maior prevalência esta concentrada na faixa etária de 60 a 69 anos, correspondendo 51,5% deste universo.

O município de Campos dos Goytacazes não foge ao contexto de diversos estudos e pesquisas que anualmente tem divulgado que a estrutura etária do Brasil está em metamorfose. Segundo IBGE (2010), o município possui 463.731 habitantes, sendo 55.041 idosos, correspondendo 11,86% do contingente populacional, na faixa etária entre 60 anos e mais.

Tabela 1 - Idosos residentes em Campos dos Goytacazes em 2010:

Faixa Etária	Quantitativo de Idosos
60 a 64 anos	17.268
65 a 69 anos	12.962
70 a 74 anos	10.258
75 a 79 anos	6.907
80 a 89 anos	6.514
90 anos e mais	1.132

Fonte: IBGE,2010.

Observou-se que o contingente populacional de idosos no município campista, 11,86%, correspondeu ao dobro do percentual de todo o estado do Rio de Janeiro, com um total de 5,88% de idosos, conforme mencionei anteriormente. Esta particularidade pode ser explicada considerando que Campo dos Goytacazes é uma das cidades com a maior população do interior do estado, com crescimento de 47% nas últimas quatro décadas, totalizando 463.731 habitantes, cuja expectativa de vida gira em torno de 72,4 anos (IBGE, 2010). De acordo com Silva (2011a), as Regiões Norte e Baixada Litorâneas são as que apresentam maior concentração etária mais envelhecida, comparadas com as outras regiões. Outro aspecto considerado nas observações do autor citado, dizem respeito aos dados migratórios nesta área, influenciando assim o crescimento populacional. Correlacionado a este aspecto ressaltamos a dinâmica da indústria petrolífera na área, especialmente relacionada à implantação na Região Norte do Porto do Açú, que conseqüentemente trará impactos socioeconômicos, ambientais e demográficos, no interior do estado, conforme estudo elaborado pelo Observatório das Metrópoles (2010).

Tais projeções têm merecido uma significativa atenção nas discussões contemporâneas no que se refere à questão social do envelhecimento no país, especialmente apontando para a necessidade da operacionalização de políticas sociais⁴. Porém, o que chama atenção é a forma como tais projeções e conseqüentemente suas demandas têm ganhado visibilidade nos meios de comunicação. Para elucidar tal observação, recorreremos a Debert (1999), que divide as narrativas referentes ao tema da velhice na esfera midiática, em três tempos: passado, presente e futuro. Nela, o passado é visualizado por um tempo, retratado pelo declínio e decadência física e psíquica. O presente retrata uma mudança no comportamento, caracterizado por

⁴A trajetória histórica das políticas públicas direcionadas ao idoso no Brasil pode ser observada a partir dos estudos de: Sá (1997), Fernandes (1988), Teixeira & Oliveira (1989), Sayeg (1989), Pires (1994), Pastorine (1997), Salgado (1999), Magalhães (1999), Paz (2001), Camarano (2004) e Boschetti & Stein (2008).

atitudes positivas que garantirão uma “nova” velhice jovem. O futuro é pautado nos questionamentos como: “estamos preparados para este crescimento populacional?” ou mais especificamente, “Quem pagará a conta?”.

Dentro deste contexto as representações sociais são geradas e expressas necessariamente através do processo de comunicação. Desta forma a comunicação possui papel central na fomentação e consolidação das representações sociais. De acordo com Moscovici, “uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social, quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação” (MOSCOVICI, 2005, p. 371).

A relação entre comunicação e representação social exposta por Moscovici são expressas através da linguagem. Para tanto discute o papel da comunicação a partir de três perspectivas: dos fenômenos cognitivos; do universo consensual e dos fenômenos de influência e de pertença social. Ressaltamos que este último, revela a influência dos meios de comunicação de massa na formação das representações sociais e sua relação com a conduta humana.

De acordo com Moscovici, a percepção pública de temas relevantes é construída com base nas informações transmitidas pela mídia. Assim as informações veiculadas sob as mais diversas formas, são apropriadas e reconstruídas pelos indivíduos ou grupos, dando origem a condutas pertinentes aos sentidos atribuídos nesta reorganização.

Os meios de comunicação, da forma como estão hoje inseridos em nossa vida, têm um papel importante na construção das representações sociais em diversos segmentos etários, incluído o idoso. A televisão e o cinema, particularmente, possuem um grande potencial para influenciar nos conceitos acerca da velhice. Estes meios funcionam como um espelho da sociedade e contribuem para estabelecer ou validar modelos de comportamento (ZAIDAN, 2009). Porém o número de pessoas idosas que aparecem nos programas ou filmes não corresponde à realidade encontrada na sociedade. Neste caso a mensagem “que pode estar sendo passada é de que o velho não é importante” (DEBERT, 2002, p. 4).

Segundo Debert (2002), no início da década de 90 ocorreu uma leve mudança na visão negativa da velhice em programas e filmes como “Assassinato por escrito”, “Cocoon” e “Conduzindo Miss Daisy” e o surgimento de idosos como mercado consumidor pode ainda alterar mais este quadro. A imagem transmitida pelos meios de comunicação afeta também a auto-estima dos idosos, “[...] a validação social é crucial para o desenvolvimento de todas as pessoas e os anciões não são diferentes.” (DEBERT, 2002, p. 3). Faz-se necessário uma

conscientização da importância desses meios na constituição da velhice, “assim podemos começar a mudar a visão que nossa sociedade possui do que é ser velho hoje em dia” (DEBERT, 2002, p. 3).

Culminando na trajetória histórica da velhice, percebemos que, na modernidade, há uma visível incompatibilidade entre velhice, presente e futuro; assim o adiamento da velhice está na moda, ou seja, o assunto rejuvenescimento mobiliza diversos setores sociais, especialmente a mídia, produzindo inúmeras imagens da velhice, conforme Debert (1999). Desta forma, a discriminação etária e os estereótipos influem sobre as atitudes. Estas, por sua vez afetam a forma como se tomam as decisões e se distribuem os recursos. A questão não está em frear o desenvolvimento científico para produção de uma melhor qualidade de vida, seja ela em qual idade for, mas a construção de tais imagens, ou seja, as conseqüências das representações sociais criadas no imaginário e difundidas nas atitudes e comportamentos sociais, conforme Berzins (2003).

De acordo com Almeida (2003), velhice e visualidade expressam duas faces distintas da modernidade. Ou seja, velhice, como afirmamos anteriormente, emerge das sociedades modernas, assim como o universo das imagens visuais e a visualização da percepção, porém sua relação é simétrica e oposta:

Isto porque se a modernidade se alimenta das imagens visuais para a promoção da síntese entre o mundo da produção material e o universo da reprodução simbólica, ela se nutre de fortes conteúdos excludentes com relação à velhice. Assim, sob o signo da modernidade, a positividade das imagens visuais caminha ao lado da negatividade frente à velhice (ALMEIDA, 2003, p. 47-48).

A associação destes dois termos – velhice e visualidade – resulta em uma dupla possibilidade. A primeira, segundo Almeida (2003):

[...] se expressa pela não inclusão da velhice entre os temas considerados fotografáveis, como algo digno de ser registrado pela máquina fotográfica; e a segunda, e utilização da velhice para a reprodução e atualização dos significados que, social e culturalmente dispersos, recobrem esta etapa da vida”. (Idem, p. 46).

Em síntese, recebemos diariamente diversos estímulos visuais, porém não fugimos destes moldes. Assim a velhice e visualidade tem suscitado alguns estudos no que se refere às representações e no tratamento da imagem do velho na mídia. No próximo item analisaremos alguns dos resultados das pesquisas realizadas por Debert (1999), e expostas em *A Reinvenção da Velhice*, que apresenta um conjunto de discursos, com o intuito de fomentar

uma “nova imagem do envelhecimento”, denominado pela autora de “Reprivatização da Velhice”. O resgate de tal termo irá nortear a relação que estabeleceremos entre a pesquisa desenvolvida e os estudos realizados por Debert numa esfera nacional.

Diante deste panorama: aumento da população idosa X representação da imagem do idoso produzida nos meios de comunicação - estamos diante de um grande desafio: o bônus quanto ao aumento da expectativa de vida da população brasileira é comemorado, no entanto há uma necessidade crescente de associá-lo à garantia de uma melhor qualidade de vida, considerando as particularidades e diversidades regionais do nosso país.

Percebemos o processo de envelhecimento no país na trajetória da consolidação da globalização, a partir do ideário neoliberal, e de suas contradições. Especialmente a partir dos anos 1980, quando é visível o retrocesso na ampliação das políticas públicas por parte do Estado, através do incentivo à responsabilidade social da sociedade civil (chamado de 3º Setor), associado ao fortalecimento de seu caráter normativo e regulador da vida social, com participação da sociedade civil para o planejamento, implementação, fiscalização e democratização das Políticas Públicas e do acesso a serviços sociais – como será discutido no próximo item. Assim prosseguiremos a exposição abordando a trajetória da construção das políticas públicas para os idosos neste processo de envelhecimento no Brasil e a algumas de suas representações sociais na construção da imagem do idoso.

1.2.1 Políticas Públicas para os Idosos no Brasil e algumas Imagens da Representação Social

Historicamente as políticas de proteção à pessoa idosa no Brasil datam do início da década de 70, mais especificamente em 1973 quando da concessão pelo Ministério do Trabalho e o INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) da aposentadoria – para homens a partir dos 60 anos e mulheres com idade acima dos 60 anos – e da Renda Mensal Vitalícia, oferecendo 60% do salário mínimo para pessoas com mais de 70 anos. Porém a trajetória política dessa lei de proteção ao idoso antecede este período, como veremos a seguir.

Década de 20 a 70

Segundo Faleiros (2010), a política de proteção social aos idosos no Brasil, dos anos 20 até a década de 70, se apresenta de forma fragmentada em categorias de trabalhadores ligados a grandes empresas, sendo o trabalho o grande eixo dessas políticas. A exemplo disto

temos o Decreto de 4.682 de 24/01/1923, que instituiu a Lei Eloi Chaves, que, entre outros, concedia o direito de aposentadoria por invalidez, velhice ou tempo de serviço; pensão por morte para os dependentes dos empregados; assistência médica curativa; fornecimento de medicamentos e auxílio funeral. Através desta Lei, se inicia no Brasil a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), voltada para funcionários da estrada de ferro, tendo sido criadas num período de 10 anos, 140 caixas. Segundo Sá (1997), todas as caixas eram formadas por empresas públicas ou privadas e apresentavam em comum uma gestão paritária (empregado-empregador) e um sistema tripartite de financiamento (3% do salário mensal, 1% sobre o produto bruto da empresa mais as taxas cobradas pela Federação).

Segundo Teixeira (1994), a Previdência Social nos anos 20, estava organizada sob a forma de instituições de natureza fundamentalmente civil e privada no que se refere a sua gestão, sendo que o poder público manifestava-se de modo marginal ao sistema. Desta forma, somente os trabalhadores veiculados a grandes empresas tinham benefícios previdenciários, excluindo assim a grande maioria. Essa realidade começa a tomar um novo rumo a partir de 1933, quando foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em substituição às Caixas. A partir dos IAPs os trabalhadores foram agrupados por categoria e não mais por empresas. Assim ao final do governo Vargas, os trabalhadores urbanos eram cobertos por um sistema de proteção, realidade esta não verdadeira para os trabalhadores rurais, conforme ressalta Teixeira (1994).

Segundo Paz (2001), esta realidade deflagrou a segmentação das categorias dos trabalhadores, de modo que os empregados que possuíam uma maior mobilização conseguiram melhores respostas as suas reivindicações. Esta trajetória de luta dos trabalhadores, inclusive os aposentados, marca a década de 30 até a década de 50.

Em novembro de 1966, através do Decreto-Lei 72 de 21 de novembro, os IAPs foram unificados através da criação do INPS, tornando-se responsável pelos benefícios e assistência médica a uma população cada vez mais urbana, devido especialmente ao processo de industrialização. No que se refere aos trabalhadores rurais, foi criado em 1971 o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), concedendo alguns benefícios, porém de forma inferior se comparados ao INPS. Vale ressaltar que tanto o INPS, como o PRORURAL, reiteravam a necessidade do vínculo empregatício na concessão dos benefícios. A principal consequência desta exigência foi a retirada dos trabalhadores aposentados da gestão e administração, centrados na figura dos sindicatos. Assim a reorganização da previdência, no regime autoritário militar, trouxe a exclusão dos sindicatos e das lideranças dos trabalhadores do cenário nacional.

Em 1974 foi instituída a Lei nº 6.179 de 11 de dezembro, denominada Renda Mínima Vitalícia, que congrega o idoso com mais de 70 anos, sem a necessidade de vínculo empregatício para o pagamento dos benefícios pelo Estado. No entanto as principais condições de elegibilidade para usufruto desse benefício eram: não receber nenhum outro benefício; ter um tempo mínimo de 12 anos de contribuição, ou ter trabalhado por cinco anos em atividade na época não coberta pela previdência e não auferir renda superior ao valor do benefício:

Art. 1º. Os maiores de 70 (setenta) anos e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada, não sejam mantidos por pessoas de quem dependam obrigatoriamente e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento, passam a ser amparados pela Previdência Social [...].

Art. 2º. I – Renda Mensal Vitalícia, a cargo do INPS ou do FUNRURAL, [...] igual a metade do maior salário-mínimo vigente no país [...] não podendo ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor do salário mínimo do local do pagamento (BRASIL, 1974).

De acordo com Sá (1997) e Camarano (2004), o valor irrisório de meio salário mínimo, não era capaz de prover a subsistência dos idosos, além do mais atingia uma pequena parcela, pois a expectativa de vida na década de 70 era de 57,1 anos. Porém em 1993, a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), esse benefício será alterado, como veremos mais adiante.

Dando prosseguimento à trajetória das políticas de proteção ao idoso no período da ditadura militar, o governo Geisel cria o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), cujas ações estavam pautadas na resolução de algumas necessidades dos aposentados e pensionistas, assim como para o lazer e a reaproximação com a comunidade. Essas ações eram desenvolvidas pela LBA (Legião Brasileira de Assistência), que se encarregava do repasse de recursos para instituições asilares. A LBA desenvolveu dois grandes projetos prioritários: o Conviver e o Asilar, alcançando cerca de 1.200 entidades em 2.600 municípios, por meio de convênio de cooperação técnica e financeira, revitalização e construção de equipamentos da rede pública e privada. De acordo com Sá (1997) e Camarano (2004), esses programas tinham a direção ideológica de atenuar as tensões sociais por meio do assistencialismo.

Paralelamente estas ações, evidenciam-se neste período a organização da sociedade civil em todos os seus segmentos, no que se refere à defesa dos direitos dos idosos; entre as quais é possível destacar a criação da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), em 1963, e a Associação Cearense

Pró-Idosos (ACEPI), em 1970 – que foi a primeira organização social voltada a esse segmento.

Em meio a essas singulares mudanças voltadas à proteção e ao bem-estar do idoso, destacamos a égide do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), sob a coordenação de Marcelo Antônio Salgado e com a presença de um grupo de gerontólogos renomados. Além da realização de três seminários regionais em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, e também o Seminário Nacional “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil”, esses tinham como principal objetivo, o levantamento das condições sociais da vida do idoso brasileiro e das políticas assistenciais para atendê-los. Resultando assim num quadro que demonstrou uma situação de isolamento social, marginalização, preconceito e principalmente a pobreza do idoso no Brasil. Tais resultados foram sintetizados em um documento intitulado “Diretrizes para uma Política Social para a Terceira Idade”, editado pelo MPAS, cujas principais propostas apontaram: implantação do sistema de mobilização comunitário, visando, dentre outros objetivos, à manutenção do idoso na família; revisão de critérios para concessão de subvenções a entidades que abrigam os idosos; criação de serviços médicos especializados para o idoso, incluindo atendimento domiciliar; revisão do sistema previdenciário e preparação para aposentadoria; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos; coleta de produção de informação e análise sobre a situação do idoso pelo Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (Dataprev) em parceria com o IBGE, dentre outras, conforme Sá (1997), Camarano e Ghaouri (2004).

Segundo Sayeg (1998), como desdobramento desses seminários, esse mesmo grupo de gerontólogos, pioneiro e fundador da Associação Nacional de Gerontologia (ANG), reuniram-se em Brasília-DF, em 1989 e produziram o documento “Recomendações: política para terceira idade nos anos 90” o qual passou a ser referência para os estudiosos de questões ligadas à velhice e ao desenvolvimento.

Diante deste período, convém ressaltar que tais políticas sociais destinadas à população idosa, refletem a construção e desconstrução de luta das classes trabalhadoras - tendo o Estado como agente, no nível de discurso legal, na procura para minimizar os embates envolvendo as diversas conjunturas sócio-históricas. Assim, não há uma preocupação efetiva com as transformações globais – as propostas direcionadas a previdência e assistência expressam uma setorização e localização dos problemas mais emergentes, priorizando o atendimento individual, tendo como principal consequência, especialmente nos regimes autoritários, a exclusão da classe trabalhadora do cenário político nacional, predominando as forças políticas e econômicas.

Todo este contexto dá voz a uma representação social da imagem do idoso caracterizado pela subalternidade frente ao poder do Estado.

Os anos 80 e a Constituição de 1988

A década de 80 é marcada por um importante fato para operacionalização das políticas de proteção ao idoso no Brasil. Deu-se em 1982, em Viena, a “I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento”, realizada pela ONU, resultando no “Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento”, em que os países periféricos e centrais firmaram um acordo, comprometendo-se a executar e programar políticas de atenção ao idoso. O motor principal para execução dessa assembleia foi impulsionada pelo debate internacional do fenômeno de envelhecimento populacional, especialmente no deslocamento deste fenômeno demográfico-social dos países desenvolvidos para os chamados periféricos. De acordo com Camarano (2004), a proposta direcionada a esses governantes foi a introdução imediata dos princípios de independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade, nos programas nacionais direcionados à pessoa idosa.

O Brasil destaca-se neste contexto de compromisso através da criação da Comissão Nacional sobre a Pessoa Idosa, criada através do Decreto 86.880 de 27 de janeiro de 1982. De acordo com Camarano e Ghaouri (2004), o momento da Assembléia (década de 80) coincide com o período de democratização do país, resultando num grande avanço em políticas de proteção ao idoso, que foi a incorporação do tema do envelhecimento no texto constitucional de 1988, através do protagonismo da sociedade civil organizada em prol da reivindicação dos direitos sociais da pessoa idosa.

Um grande avanço em políticas de proteção social aos idosos brasileiros foi dada pela Constituição de 1988; dentre outros destacam-se a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a universalização do direito à saúde e a garantia da assistência social não contributiva, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em que ressaltamos o Benefício de Prestação Continuada (BPC), atualmente responsável por grande parte dos rendimento dos idosos brasileiros.

A pontuação e a inserção na Constituição Federal de 1988 relativos às preocupações formais com a proteção à população idosa no nosso país sinalizaram um grande avanço nos direitos dos idosos, porém também caracterizaram a ação de Estado num papel coadjuvante, uma vez que transferiram através de parcerias a responsabilidade do enfrentamento das expressões da questão social para a família e para a sociedade civil. No artigo 229 é imposto

aos filhos a obrigação de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade – constituindo-se crime caso não o façam (Art. 244, do novo Código Civil) e no artigo 230, versa que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantido-lhes o direito à vida”.

A família, que é “parceira” legal na garantia dos direitos dos idosos, encontra grandes entraves no cumprimento desse dever, sendo o mais grave deles o seu empobrecimento. A preocupação com as pressões que pesam sobre a família dos idosos aparece no relatório da Assembléia da ONU, em 1982 e perpassa todas as políticas de atenção ao idoso. No entanto, quando se faz referência a setores mais vulneráveis, o que no Brasil representa mais de 1/3 da população, conforme IBGE (2010), essa preocupação ainda não se concretizou em ações que possibilitem às famílias o cumprimento desse dever.

A década de 80 foi marcada por grandes embates políticos na interlocução dos direitos dos idosos, especialmente pela via da organização dos aposentados e pensionistas na Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Pires (1998), a organização mobilizou todo o território nacional, fazendo chegar mensagens à Constituinte de todos os setores da sociedade civil em favor das causas do segmento idoso. O autor relata uma batalha escrita e inscrita com sangue, suor e lágrimas de pessoas idosas, com longas viagens, sem alojamento – a maioria das vezes dormindo nos próprios ônibus – sem alimentação e com higiene precária. Esse movimento pugnou, também, e com sucesso, em 1991/92, o que ficou conhecido como “a luta pelos 147%”, para repor as perdas no montante das aposentadorias e pensões (PIRES, 1998). Assim os segurados ganharam na Justiça o reajuste de 147,06% retroativo a setembro de 1991, o que constituiu uma luta ferrenha dos idosos e cuja conquista marca um dos movimentos sociais mais significativos dos anos 1990.

Portanto, a década de 80 e a Constituição de 88 se destacam pela ampliação e consolidação de direitos direcionados aos idosos, especialmente com relação a esse dispositivo, que configura algumas conquistas importantes: aposentadoria por tempo de serviço; pensão por morte para viúvas e viúvos; aposentadoria por idade; reajuste dos benefícios veiculados ao salário mínimo e outros. Destacamos que a Constituição de 88 insere a noção de universalidade no que se refere aos direitos sociais, sendo agrupados na esfera da Seguridade Social, abrangendo a saúde, previdência e a assistência. No entanto, tais direitos sociais não foram implementados nos moldes constitucionais – especialmente com relação a efetivação de caráter de cidadão – como veremos a partir da década de 90, em que o governo põe em prática uma política neoliberal. Assim se constrói uma representação social da

imagem do idoso, vestido pelos direitos sociais – rótulo de cidadão – porém mascarado pela relação contraditória estabelecida pelo poder econômico.

Anos 90: Política Nacional do Idoso (PNI)

Os anos 90 podem ser caracterizados como um marco legal nas políticas direcionadas ao idoso, especialmente com relação a sua divulgação na mídia. Segundo Paz (2001), a Lei 8.842/92 sancionou a Política Nacional do Idoso (PNI), e o Decreto 1.948/96 regulamentou essa Lei, que foi promulgada especialmente a partir da divulgação de imagens e de denúncias sobre a situação dos idosos:

Pode-se atribuir que a criação dessa Lei reivindicada pelas entidades, principalmente nos anos 80, somente se implanta pressionada pela influência das imagens da velhice estampadas na mídia nacional e internacional que, ao noticiar sobre os trabalhadores aposentados da Previdência Social, em suas reivindicações geradas pelo movimento da reposição de 147% sobre os proventos da aposentadoria, trazem à tona a grave situação social do idoso (PAZ, 2001, p. 13).

Para esse autor outro episódio que contribuiu para a regulamentação dessa Lei foi à tragédia da Clínica Santa Genoveva em 1996, no Rio de Janeiro, que resultou na morte de cem idosos vítimas de abandono, descaso e negligência, conforme consta no relatório da fiscalização da vigilância sanitária. Ao se tornar pública, a tragédia teve uma repercussão negativa nacional e internacionalmente e evidenciou um dramático quadro do envelhecimento populacional no Brasil.

As denúncias feitas na mídia reforçam a importância de implantar ações anteriormente reivindicadas, mas que ainda não tinham, da parte dos representantes do governo a prioridade e nem o apelo político necessário para sua implantação (PAZ, 2001, p. 14).

As autoras Galizia e Pastorini (2007) contribuem para esse argumento quando afirmam que o Estado se antecipa outorgando determinados benefícios para as classes subalternas diante de pressões – implícitas ou explícitas – e ou mesmo para evitá-las.

O Estado é um ator que tem capacidade de iniciativa e que, enquanto tal, pode antecipar-se às pressões e reivindicações dos subalternos, inibindo-as ou canalizando-as, ou seja, o Estado pode antecipar-se mesmo que não sejam declaradas as reivindicações e as lutas (Idem, prelo).

No caso da PNI, embora houvesse reivindicações nesse sentido, somente se materializou diante da visibilidade das questões ligadas aos idosos e ao envelhecimento na mídia. E, como veremos a seguir o Estado incorpora essa demanda relegando a segundo plano a participação dos idosos e de suas representações. A PNI define a atuação do governo, indicando ações específicas das áreas envolvidas com a finalidade de criar para que sejam promovidas a autonomia, a integração e a participação dos idosos na sociedade, assim consideradas as pessoas com 60 anos de idade ou mais (BRASIL, 1994).

Essa política tem por objetivo garantir a efetivação desse direito, através de políticas de saúde, cultura, lazer, habitação, dentre outras, dirigidas especificamente para este grupo. De caráter bem abrangente, inclui a participação dos Ministérios da Previdência e Assistência Social, Educação, Justiça, Cultura, Trabalho e Emprego, Saúde, Esportes e Turismo e Secretaria do Desenvolvimento Urbano. As ações conjuntas destes ministérios objetivam uma maior integração do cidadão idoso na sociedade, como descreve o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso do Ministério da Previdência e Assistência Social (1994), a partir das diretrizes traçadas:

- I – Viabilizar formas alternativas de participação, ocupação, convívio do idoso, proporcionando-lhes integração as demais gerações.
- II – Promover a participação e a integração do idoso, por intermédio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos.
- III – Priorizar o atendimento ao idoso por intermédio de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições de garantir sua sobrevivência.
- IV – Descentralizar as ações político-administrativas.
- V – Capacitar e reciclar os recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia.
- VI – Implementar o sistema de informações que permitam a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos e programas em cada nível de governo.
- VII- Estabelecer mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter sobre os aspectos bio-psico-sociais do envelhecimento.
- VIII – Priorizar o atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, e
- IX – Apoiar estudos e pesquisas sobre a questão do envelhecimento. (BRASIL, 1997).

Em 1996, após a regulamentação da PNI, entidades da sociedade civil ligadas à questão do idoso (ANG, SBGG, CNBB, COBAP e outras) e governamentais (Ministérios e setores públicos) foram convocados pela Secretaria de Assistência Social para elaborarem diretrizes básicas para implantação da PNI. Esse documento denominou-se “Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso” (BRASIL, 1997).

Diante da transição epidemiológica e demográfica e considerando que as necessidades de saúde dos idosos requerem atenção específica foi instituída a Política Nacional de Saúde do Idoso em 1999 (CARVALHO, 2002). Criada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria 1.395 de 09/12/99, esta política, em sua introdução, assume que o principal problema que pode afetar os idosos, como consequência da evolução de suas enfermidades e de seu estilo de vida, é a perda de sua capacidade funcional.

Isto é, a perda das habilidades físicas e mentais necessárias para a realização de suas atividades básicas e instrumentais da vida diária. Desta forma o propósito da Política Nacional de Saúde do Idoso, esta centrado na:

[...] a promoção do envelhecimento saudável, a manutenção e a melhoria, ao máximo da capacidade funcional dos idosos, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde dos que adoecem e a reabilitação daqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo, de forma independente, suas funções na sociedade (BRASIL, 1999).

Cabendo aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma articulada e em conformidade às suas atribuições comuns e específicas, prover os meios e atuar de modo a viabilizar o alcance destes propósitos. Para tal viabilização foram definidas como diretrizes essenciais: a promoção do envelhecimento saudável; a manutenção da capacidade funcional; a assistência às necessidades de saúde do idoso; a reabilitação da capacidade funcional comprometida; a capacitação de recursos humanos especializados; o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais; e o apoio a estudos e pesquisas.

Esta política encontra grandes entraves em sua execução, sendo o mais grave deles a deteriorada estrutura de saúde pública, no tocante à capacidade para atender a essa demanda, numa visão mais abrangente, é demasiadamente complexo um programa de saúde suprir a necessidades numa realidade marcada pela iniquidade social. A subcondição de vida de grande parte da população brasileira – a pobreza, a discriminação, o isolamento social, dentre outros – reflete-se diretamente no aumento da demanda por saúde.

Portanto, a Lei nº 8.842/94, sancionada pelo presidente Itmar Franco, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, é uma prova da consolidação dos direitos sociais direcionados ao idoso. No entanto a sua operacionalização e execução percorrem caminhos distantes, especialmente quando consideramos a consolidação do projeto neoliberal, que coloca em xeque a despolitização do segmento idoso (assim como os demais segmentos populacionais).

O século XXI e o Estatuto do Idoso

Em 1º de Outubro de 2003 foi sancionada a Lei 10.741, denominada de Estatuto do Idoso, que tem como objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, sendo este resultado de muitos anos de embate político, especialmente figurados através das organizações sociais dos idosos (associações, federações e confederações nacional dos aposentados e pensionistas, Associação Nacional de Gerontologia e outras) que reivindicam a unificação dos diversos mecanismos legais referentes aos seus direitos sociais e políticos. Assim este mecanismo legal traz como diferencial a sua regulamentação com *status* de estatuto, permitindo desta forma uma atuação mais rápida com relação ao Ministério Público, devido a sua aglutinação em um único documento.

O Estatuto do Idoso reúne 118 artigos, abrangendo diversas áreas dos direitos fundamentais, além de medidas protetivas. Dentre outras coisas, institui que os idosos não poderão ser vítimas de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Além da prioridade no atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde e o acesso a medicamento sem custos, a partir do sessenta anos. A lei também se refere ao direito a um salário mínimo a partir do 65 anos, ou seja, dois anos a menos do que já estava estabelecido, a todos em situação de carência comprovada. O critério de “carência comprovada” é o instituído na LOAS, através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou seja, ¼ do salário mínimo de renda *per capita*. Além disso, o parágrafo único do artigo 34 exclui desse cômputo o recebimento por parte de outros idosos membros da família do benefício assistencial, e Estando previsto também o direito ao transporte gratuito a partir dos sessenta e cinco anos, assim como desconto de pelo menos 50% em atividades culturais, esportivas e de lazer.

Observa-se que, embora o artigo primeiro dessa lei tenha firmado a definição de idoso como sendo a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, alguns direitos só são adquiridos pelos idosos a partir de sessenta e cinco anos, como é o caso da gratuidade no transporte coletivo e do benefício da prestação continuada. Sendo este um ponto de grandes embates nos Conselhos dos Direitos das Pessoas Idosas, como verificamos a partir de nossa inserção profissional.

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, além de ratificar os direitos demarcados pela Política Nacional do Idoso, acrescenta novos dispositivos e cria mecanismos para coibir a discriminação contra os sujeitos idosos, de acordo com Bruno (2003). Assim os Conselhos do Idoso no Brasil, sobressaem como um dos espaços viabilizadores para assegurar os direitos da pessoa idosa, conforme retrata o Estatuto. Desta forma se constituem como espaços para

exercer a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. De acordo com Bernandes (2007), os Conselhos de Representação são órgãos formais e legalmente constituídos, apresentam-se como uma forma de dar visibilidade a parcela da população.

A PNI e o Estatuto do Idoso são considerados marco legal da proteção ao idoso no Brasil. O Artigo 1º da PNI versa: “A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. No inciso IV do artigo terceiro do Estatuto do Idoso é repetida a primeira diretriz traçada pela Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94); seu artigo quarto menciona a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público na “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio dos idosos com as demais gerações”. Dentre essas formas alternativas incluem-se os Centros de Convivência – local para permanência diurna do maior de 60 anos, com atividades físicas recreativas, culturais e de educação para a cidadania, e os Grupos de Convivência – iniciativas surgidas na própria comunidade, que visam à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade (BRASIL, 1994). No município de Campos dos Goytacazes/RJ, área urbana desta pesquisa, esses espaços foram denominados como núcleos – que prestam atendimento médico, odontológico, lazer, sócio educativo, fisioterápico e terapêutico (oficinas), no qual se busca garantir qualidade de vida aos maiores de 60 anos.

Ainda com relação ao município de Campos dos Goytacazes, vamos descrever uma breve trajetória das políticas do idoso neste município, uma vez que seguem os princípios da Constituição de 88, que estabelece a descentralização de suas ações na área dos direitos sociais. Assim a trajetória das leis direcionadas aos idosos no município data de 1993, sendo totalizadas até dezembro de 2011 (Quadro 1) treze leis ordinárias que visam à intervenção do poder público municipal nos assuntos relativos à população idosa.

Quadro 1- Leis anteriores a Política Municipal do Idoso em Campos dos Goytacazes

LEI	EMENTA
Lei Ordinária nº 8.111/2009	Instituiu a Política Municipal do Idoso em Campos dos Goytacazes.
Lei Ordinária nº 7907/2007	Institui desconto e estabelece acesso preferencial para a participação de idoso em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 7296/2002	Alterando dispositivos da lei nº 5.374 de 24/12/1992, alterada pela lei nº 6.147 de 03/07/1996, suprimindo-se os artigos 9º, 36, 37 e 38, revogando as disposições em contrário.
Lei Ordinária nº 7277/2002	Autoriza o poder executivo municipal a criar bolsas de estudos destinadas aos idosos.
Lei Ordinária nº 7145/2001	Autoriza o prefeito municipal a criar a "praça dos idosos".
Lei Ordinária nº 7113/2001	Autoriza o poder público municipal a dispor sobre a reserva de vagas para os idosos, maiores de 60 (sessenta) anos de idade, nas feiras livres e afins do município e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 7111/2001	Autoriza o poder público municipal a criar o programa terceira idade em movimento, estimulando os idosos a prática de exercícios e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 6.749/1999	Dá nova redação à Lei nº 5.123 que institui atendimento prioritário nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e estabelecimentos bancários instalados no Município de Campos dos Goytacazes.
Lei Ordinária nº 6.715/1998	Dispõe sobre a obrigatoriedade às empresas a adaptarem o terceiro degrau nos ônibus das linhas municipais e dá outras providências.
Lei Ordinária nº. 6408/1997	Autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio com a SACI - sociedade apoio à criança e ao idoso.
Lei Ordinária nº. 6351/1997	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1998 e dá outras providências.
Lei Ordinária nº. 5542/1993	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), e dá outras providências.
Lei Ordinária nº. 4268/1984	Dispõe sobre a Semana do Idoso

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentro deste quadro destacamos a Lei nº 8.111/2009, que instituiu a Política Municipal do Idoso em Campos dos Goytacazes, sancionada seis anos após o Estatuto do Idoso, aprovado em 01 de outubro 2003. Na Lei Municipal dos Direitos da Pessoa Idoso de Campos consta em seu artigo primeiro, o objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. E em seguida, no artigo segundo, esclarece que se considera idoso a pessoa maior de sessenta anos de idade. No nono artigo são constituídas as competências do poder público para implementação da Política Municipal, na área da assistência e desenvolvimento social estabelecendo as seguintes competências:

- a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades não-governamentais;
- b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimento domiciliares e outros;
- c) promover simpósios, seminários e encontros científicos;
- d) planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
- e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2009).

A operacionalização dessas atribuições está a cargo da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social, ficando responsável pela coordenação geral da Política Municipal do Idoso com participação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e do Comitê Gestor, conforme Art. 6º. Até a presente data, as ações voltadas para a população idosa no Município de Campos dos Goytacazes, são fomentadas e executadas através do Departamento do Idoso; e em conjunto com o Conselho Municipal do Idoso. Sendo estas: Centro Dia (atende idosos semi dependentes para o desenvolvimento das atividades diárias, sendo realizado os serviços de consulta médica geriatra, atendimento odontológico, psicológico, farmácia e nutricionista); Clube da Terceira Idade (promove atendimento médico geriátrico, atividades de lazer e integração social); Núcleo da Terceira Idade de Conselheiro Josino, Travessão (atendimento médico e lazer); Clube da Terceira Idade de Farol (também chamada de Colônia de Férias – desenvolve atividades voltadas ao lazer e à saúde; Núcleo de Violência ao Idoso (presta orientação jurídica, atendimento de conciliação das denúncias, encaminhamento aos órgãos da rede pública, visitas domiciliares, triagem e orientação de familiares); Centro de Convivência de Morro do Coco (desenvolve atendimento médico especializado)

Estas ações concretizam-se, de acordo com o Departamento do Idoso (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011), em consonância com o Art. 10 “Serão transferidos todas as unidades destinadas a Atenção ao Idoso no Município, tais como o Centro Dia, o Centro de Referência do Idoso em Assistência Social (CRIAS) e os clubes da Terceira Idade, para a estrutura administrativa da Secretaria de Família e Assistência Social” e o Art. 4º da PNI, que versa sobre a modalidade não-asilar de atendimento:

- I – Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania;
- II- Centro de Cuidados Diurno: Hospital-Dia e Centro-Dia: local destinado à permanência diurna do idoso dependente ou que possua deficiência

temporária e necessite de assistência médica ou de assistência multiprofissional;

III- Casa-Lar: residência, em sistema participativo, cedido por instituições públicas ou privadas, destinadas a idosos detentores de renda insuficiente para sua manutenção e sem família;

IV – Oficina Abrigada de Trabalho: local destinado ao desenvolvimento, pelo idoso, de atividades produtivas, proporcionando-lhes oportunidade de elevar sua renda, sendo regida por normas específicas;

V- Atendimento domiciliar: é o serviço prestado ao idoso que vive só e seja dependente, a fim de suprir as suas necessidades da vida diária. Esse serviço é prestado em seu próprio lar, por profissionais da área de saúde ou por pessoas da própria comunidade;

VI – outras formas de atendimento: iniciativas surgidas na própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na sociedade (BRASIL, 1994).

O município de Campos dos Goytacazes, através da Lei Municipal nº 8.112, de 8 de outubro de 2009, que alterou a Lei nº 5.542, de 7 de outubro de 1993 criou também o Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos. Este Conselho é um órgão permanente composto paritariamente por igual número de representantes dos órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e de organizações e/ou instituições representativas da sociedade civil do município ligadas à área do idoso, sendo assim composto por 16 membros.

Deste modo, podemos averiguar que as políticas públicas no município em questão seguem o proposto desde a Constituição de 1988, passando pela PNI e pelo Estatuto do Idoso. Inaugurando assim a consolidação dos direitos sociais destinados ao idoso, em meio à conjuntura de restrições e expurgação dos direitos sociais, frente à proposta econômica e política imposta pela globalização.

Convém ressaltar que as políticas sociais direcionadas ao idosos, apresentadas aqui de forma breve, expressam a consolidação dos direitos sociais deste segmentos. Porém destacamos a inclusão das mesmas na conjuntura atual, impregnada pela proposta neoliberal, sob a concretização a cada dia da Reforma da Previdência Social em benefícios dos fundos privados de pensão. Assim nesse processo, podemos afirmar que, há políticas de direitos sociais para os idosos, porém, há também a concretização da hegemonia do ideário neoliberal, que postula a retirada de direitos e ausência de financiamento público para tais políticas. Desta forma, o grande desafio posto está na garantia do acesso a tais mecanismos, atrelado ao envolvimento e a participação dos idosos na execução e efetivação de seus direitos sociais. E principalmente no papel da mídia na divulgação de tais direitos, uma vez que está inserida em todas as camadas da sociedade, articulando relações sociais e influenciando conceitos.

1.3 O Discurso Midiático e o Jornal Escrito na Construção da Representação da Imagem do Idoso

A escolha do termo imagem utilizado ao longo desta pesquisa tem a intenção de caracterizar a dinâmica do processo que envolve a velhice, o velho e o envelhecimento presentes no jornal escrito. Como mencionado nos itens anteriores, nosso ponto de partida para entendimento deste processo dinâmico tem como base a teoria moscoviciana da representação social, tendo a comunicação o ponto central nesta construção. Assim o conceito que envolve a linguagem pode ser representado através de várias esferas. Destas, escolhemos a linguagem escrita e a linguagem imagética presentes no jornal escrito, para a construção das representações sociais da imagem do idoso em nossa pesquisa.

A nossa escolha pelo termo imagem refere-se ao *corpo*, que, segundo Menezes citado por Junqueira (1998), é o elemento referencial das relações interpessoais humanas. Pois o mesmo expressa a subjetividade do indivíduo e sua interação com o meio, caracterizada pelas relações sociais e da linguagem. Nessa perspectiva, as transformações corpóreas, transcorridas durante o envelhecimento, representam um elemento referencial expresso nas relações interpessoais e na construção da própria identidade. Constituindo assim um referencial sócio-histórico-cultural, devido a sua diversidade de representações, variando conforme a cultura e o momento histórico.

Endossamos assim o argumento de Medrado (1996) que enfatiza que para compreender a representação social da velhice é necessário apreender as imagens e os significados contidos nessa etapa da vida, assim como as conseqüências dessas representações. Assim o termo imagem se torna apropriado, haja visto que temos observado inúmeros exemplos referentes ao cuidado com o corpo e na luta contra o envelhecimento, presentes nos *corpus* do jornal, como veremos nos capítulos posteriores.

Salientamos que não tivemos como eixo a análise iconográfica minuciosa das imagens presentes no jornal estudado, embora tenhamos considerado sua importância. Iremos traçar assim uma discussão sobre o que tais imagens nos ensinam, ou seja, entendemos que estas “podem dizer mais do que simplesmente nomear ou representar uma pessoa ou um objeto” (PIRES, 1998:36).

Por último, as imagens operam papel singular na vida social, pois de maneira flexível representam uma gama de significações, de acordo com diferentes contextos. Ou seja, representam imagens que suscitam diversas interpretações, como veremos adiante nos estudos a partir das imagens do idoso na mídia nacional brasileira, encabeçado por Guita Debert. No

entanto, para embasar esta discussão, inicialmente iremos tratar a mídia, no que se refere ao papel de reprodução de valores e interesses, associada ao Jornalismo Escrito, foco de nosso estudo, na construção das representações sociais.

A Mídia na Reprodução de Valores e Interesses e o Jornalismo Escrito

Na sociedade ocidental a mídia ocupa um papel central no processo de mediação entre atores e interesses, demarcados especialmente a partir do século XX. A mídia atribui sentidos, influenciando no processo de análise e/ou incremento de circunstâncias geradoras e estimuladoras de modelos (de comportamentos e de padrões). Atualmente estudos acadêmicos tratam a existência de uma relação de tensão entre mídia e a elaboração de valores e interesses, especialmente em torno da questão do poder da mídia. Tal tensão apresenta dois pólos de discussão. O primeiro, demarcado no fim do século XIX, oriundo da teoria da sociedade de massas, caracterizada por uma mídia dotada de um poder superior, capaz de criar e recriar valores e interesses da classe dominantes. O segundo, mais atual, retrata uma mídia de poder aparente, em que a peça de destaque é atribuída ao público – sendo este o controlador e difusor dos seus interesses.

Segundo Carey, essa dicotomia retrata duas correntes, não totalmente excludentes, de modo que a primeira concebe a mídia como instrumento de transmissão de informação. E a segunda, considera que a comunicação midiática é a forma de vivência cultural. Assim “ é o processo simbólico por meio do qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada” (CAREY, *apud*, PORTO, 2009, p. 23).

A presença dessa dicotomia também pode ser tratada a partir das abordagens funcionalista e sistêmica e das teorias críticas. A perspectiva funcionalista e sistêmica parte do modelo matemático da informação elaborado por Norbert Wiener, Claude Shannon e Warren Weaver em 1949 – que visava à descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações (ARMAND; MATTELART, 2005). Já as teorias críticas possuem como principais representantes a Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais. A Escola de Frankfurt situa suas reflexões sobre os meios de massa no contexto da chamada indústria cultural, da reprodutibilidade técnica e da unidimensionalidade, segundo Porto (2009).

A cultura de massas, segundo Azambuja (1987), imprime no indivíduo a descaracterização de sua auto-imagem, forçando a apropriação de uma imagem construída e aceita socialmente, resultando assim na manipulação de suas escolhas e comportamentos.

Esta descaracterização resultaria numa anulação de sua capacidade crítica, atribuindo um posicionamento passivo diante dos meios de comunicação. Desta forma, segundo este autor, os sujeitos receptadores destas informações seriam meros consumidores de idéia e comportamento ditados pelo poder midiático.

Dentro deste viés, Victor Blanco (1999), menos crítico, considera os meios de comunicação como palco de uma lógica institucional contraditória. Seus principais atores giram em torno de uma tensa relação entre o negócio mercadológico, como influência político-social e a opinião pública. Assim a formação de opiniões por intermédio dos meios de comunicação se dá através de um exercício de liberdade institucionalizada que pode modificar as opiniões que se desenvolvem no decorrer do tempo, conforme o autor citado.

Considerando esse suscinto relato que situa o campo midiático e especialmente a influência da mídia sobre a opinião pública, direcionamos o nosso estudo na relação entre ela e a TRS. Segundo Kellner (2001), com o qual concordo, os meios de comunicação exercem papel importante na construção e representações das identidades individuais, oferecendo exemplos de comportamentos a serem seguidos. Desta forma, concordar com tal afirmação implica atribuir à TRS potencial explicativo privilegiado para a compreensão do meio midiático e para o entendimento da forma como esta constrói, reconstrói e seleciona fatos sociais por meio de narrativas, sendo estes figurados através das notícias.

Dentro desta perspectiva a mídia impressa se destaca dos demais meios de comunicação, uma vez que possui um papel de análise direta frente à veiculação imediata das notícias feitas pelo rádio, TV e internet, conforme Bourdieu (1997), além do fato da durabilidade, uma vez que o jornal pode ser manuseado e transportado, sendo assim uma importante fonte socializadora do cotidiano. Em seu estudo, Bourdieu (1997) atribui caráter de significação aos meios de comunicação. O autor esclarece que com alto grau de alcance em curto espaço de tempo, os meios de comunicação produzem significados através das informações que veiculam e de seu *locus*, privilegiado pela lógica de mercado. Endossando tais palavras, Maksud (2008) caracteriza a mídia como uma instância socializadora, uma vez que atinge amplos contingentes de pessoas, evidenciando desta forma valores e crenças – o que tem despertado o interesse de investigação em diversas áreas.

No que se refere ao aspecto particular do jornalista, salientamos a estrutura institucional e discursiva que o envolve. Assim podemos ressaltar duas situações inerentes a estes profissionais e a produção da notícia: ora podem ganhar traço de distanciamento com relação à política institucional; ora a produção da notícia pode ser influenciada a partir da visão de mundo dos jornalistas, como resalta Bourdieu (1997). O jornalista ao escrever sobre

os grupos sociais, considerando neste caso o idoso, o faz numa perspectiva histórica, unindo o passado e o presente decorrido. Assim há uma materialização de discursos, memórias e relações interpessoais, que surgem dos meios de comunicação, que vão construindo a história pela sua lente, por seu gesto de interpretação, conforme Gregolin (2000).

Desta forma, a análise do poder na mídia, se dá através do discurso. Segundo Foucault (1972), esta análise mostra que saímos de uma sociedade disciplinar (a prisão, a escola) para uma sociedade do controle do outro sobre os sujeitos. Sendo assim, é preciso considerar a importância das práticas discursivas sobre o modo como os sujeitos vêm a si e ao outro, o modo como exercem determinado tipo de governo sobre si e sobre o outro. O meio midiático ocupa um espaço central nas negociações de sentidos, manifestados especialmente através da linguagem que, segundo Foucault (2006), é fruto de uma prática que é sempre fabricada. Desta forma a linguagem jornalística auxilia na construção e propagação de representações, nos diversos tempos sociais, criando diversas imagens sociais, inclusive para o idoso, como veremos adiante.

Reconhecemos que existem diversos mecanismos na composição das notícias, porém, o que colocamos como foco de nossa pesquisa é visualizar a existência de normas e valores associados à imagem do idoso na mídia e sua respectiva representação social pelo jornal Monitor Campista – *locus* de nosso estudo – a partir da TRS. Desta forma apresentaremos adiante alguns estudos realizados pela antropóloga Guita Debert, com relação à imagem do idoso nos meios de comunicação em nível nacional, no sentido de estabelecer uma relação na construção da representação social da imagem do idoso em Campos dos Goytacazes.

1.3.1 O “Novo” Velho e a “Reprivatização da velhice”: idoso na mídia nacional

No Brasil não é possível falar em processo de envelhecimento, sem mencionar os estudos da antropóloga Guita Debert. A autora é responsável por vários e incansáveis estudos referentes à construção social da velhice. Dentre estes iremos nos ater a sua obra intitulada *A Reinvenção da Velhice – Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, publicada em 1999. A pesquisadora trabalha nesta obra com questionamentos, dúvidas, controvérsias e constatações referentes ao processo de envelhecimento, trazendo como atores para este debate, o Estado, a medicina, a mídia, a sociedade de consumo, a família, as instituições públicas e privadas e o próprio idoso.

O estudo desenvolvido por esta antropóloga parte de uma visão etnográfica, chamando a atenção sobre um tema cada vez mais presente na fomentação e execução das políticas

públicas, que é o crescimento populacional. A apropriação desta obra se fará especialmente a partir da discussão sobre as novas imagens do envelhecimento, em que a autora trabalhou especialmente as modificações nas representações sobre a aposentadoria e o envelhecimento, enfatizando as “mudanças nas imagens e nas formas de gestão do envelhecimento” (DEBERT, 1999, p. 12).

No desenvolvimento do item *O Discurso Gerontológico e as Novas Imagens do Envelhecimento*, a pesquisadora ressalta três atores na promoção de um envelhecimento saudável: os gerontólogos, as pessoas de mais idade e a mídia. Este último ator é caracterizado como um ponto central na construção do “processo de ressignificação da velhice” (Idem, 1999, p.15), ou seja, na construção da representação a partir do processo de comunicação. Desta forma, a escolha por Debert converge com a conceituação referente ao processo de formação das representações sociais a partir dos meios midiáticos, conforme proposto por Moscovici (1961; 2003), reforçando assim o aporte teórico que estamos utilizando para responder os objetivos proposta por esta pesquisa.

O ponto de partida utilizado pela autora para iniciar a discussão sobre a imagem do envelhecimento e a gestão da velhice, se refere ao questionamento da representação em duas esferas. A primeira pergunta: como “as modificações nas representações sobre a aposentadoria e o envelhecimento rearticulam projetos de vida, trabalho e lazer de grupos em diferentes faixas etárias?” A segunda: como “a esfera doméstica e o cuidado informal dos mais velhos se reestruturam diante de políticas públicas específicas e das novas concepções e imagens do envelhecimento adequado?” (Idem, 1999, p. 12).

O cerne destas indagações é respondido a partir da análise da produção e da mudança da imagem do idoso na sociedade na metade do século XX, na qual a mesma deixa de ser uma questão privada e familiar, para ganhar status de questão pública, sendo caracterizada por momentos convergentes e ao mesmo tempo antagônicos. Este período é então caracterizado pela difusão da imagem negativa associada à velhice, sendo “tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais” e simultaneamente como um “elemento fundamental para legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria” (Idem,1999, p. 14).

A marca social descrita acima pela sociedade moderna enfatiza o que Debert denomina de processo de reprivatização, “que transforma a velhice numa responsabilidade individual” (Debert, 1999, p. 14). Ou seja, reprivatização significa atribuir *status* e responsabilidades individuais ao processo de envelhecimento que é comum a todos, discurso este apropriado por diversos segmentos e políticas públicas, mascarado por um estilo de vida

mais ativa e saudável. Assim aquele que não se encaixa nesta nova reeleitura do ser novo velho, é vítima de sua própria escolha, sendo excluída a responsabilização do Estado e da sociedade.

A nova imagem do idoso, associando a ressignificação e reprivatização, perfaz assim uma tendência de desmascarar a imagem negativa associada à velhice, descrita anteriormente. Para isto percorre a trajetória da substituição do processo de perdas, para um momento de novas conquistas e descobertas, rotuladas de receitas antienvelhecimento:

Uma parafernália de receitas, envolvendo técnicas de manutenção corporal, medicamentos e novas formas de lazer, é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres mais velhos. Meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa não são interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice, mas estágios apropriados para a concretização de sonhos adiados em outras etapas da vida. (DEBERT, 1999, p. 17-18).

Inaugurando esta reinvenção da velhice, diversos foram os programas voltados aos idosos, como as “universidades abertas” e os “os grupos de terceira idade”, no Brasil nas últimas décadas. Tais iniciativas, segundo Debert abrem espaços para a vivência de ações inovadora para esta faixa de idade, especialmente no que se refere à reesignificações de identidades individuais e em grupo, atividades estas proporcionadas anteriormente somente aos jovens. Porém tais iniciativas trabalham num caráter limitado dos mecanismos para lidar com todas as esferas do envelhecimento, especialmente com relação aos idosos dependentes, conforme Debert:

A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade é um elemento ativo na reprivatização do envelhecimento, na medida em que a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem-sucedidas fecha o espaço para as situações de abandono e dependência. Estas situações passam, então, a ser vistas como conseqüência da falta de envolvimento em atividades motivadoras ou da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. (Idem, 1999, p. 15).

A mídia é introduzida na discussão da construção deste novo velho, a partir da visibilidade atribuída a este novo modo de vida, sendo enfatizados os novos espaços criados para envelhecer. Citamos como exemplo o que Faleiros⁵ denominou de “BBB, sendo Bingo, Bolo e Baile”. Refletido especialmente através do comportamento social, gerado pelos novos

⁵Vicente de Paula Faleiros apresenta esta denominação em sua Palestra “As Políticas Públicas no Brasil”, no ano de 2001, na IV Semana de Serviço Social, ocorrida na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

padrões de aposentadoria, a partir do mercado de consumo e das novas tecnologias de rejuvenescimento.

Estudos sobre o idoso na mídia segundo Debert

Debert destaca, entre outros, o estudo sobre imagens dos velhos e da velhice, tal como veiculadas no Jornal *O Estado de São Paulo*, realizado por Mascaro (1993), que conclui que a imagem veiculada por este meio de comunicação retrata o velho a partir de 4 eixos temáticos, porém resumidos em duas esferas apostas representada pela negação da velhice e a supervalorização de uma velhice com qualidade de vida. Desta forma estes eixos estão descritos da seguinte forma, por Mascaro (1993, p. 64): desejo de superar a velhice; situação dos velhos brasileiros; momento da aposentadoria; modelos exemplares da velhice. É importante destacar desde o início, que tais eixos descritos por Mascaro (1993) serviram de referência para a aplicação da técnica de análise de conteúdo dos dados coletados no desenvolvimento desta pesquisa, sendo descritos posteriormente na seção da metodologia.

Prosseguindo a discussão, o estudo de Pires (1998) apontado por Debert, analisa revistas femininas brasileiras dos anos 90, sendo destacado também o combate à velhice e um envelhecimento exemplar. Debert (1999, p. 211), conclui que “a imagem dos velhos, construída, contrasta, assim, com o combate ao envelhecimento que as revistas propõem ser iniciado em fases prematuras da vida”, criando assim “novo ator”, em que são impostos novos modelos de vida, a partir de regras de comportamento e consumo.

No que se refere aos anúncios publicitários, de acordo com Calabi (1994, p. 98) “os personagens de mais idade ganham cada vez mais espaço, porém são objetos privilegiados para atualização de outros significados como a rebeldia, a constatação e a subversão de padrões sociais”. No que diz respeito às novelas televisivas:

[...] homens e mulheres de mais idade não são apenas personagens que se envolveram em relações amorosas com indivíduos de faixas etárias mais jovens, dispostos a revolucionar a moral sexual vigente, denunciar a corrupção política no país e adotar estilos de vida alternativos. (DEBERT, 1999, p. 217).

Ainda no aspecto televisivo, Debert (1999) sintetiza as reportagens que enfatizam algumas questões “clássicas”: a apresentação de velhos abandonados em asilos, contrapondo com pessoas idosas realizando atividades físicas; as questões da aposentadoria, no que diz respeito especialmente à demora no atendimento, retratando assim a situação de

vulnerabilidade e miséria. Assim a “reprivatização da velhice”, denominada por Debert, expressa a nova imagem do “velho jovem”, ou seja, como algo inerente à responsabilidade individual, desobrigando assim o Estado na fomentação e execução de políticas sociais.

[...] a relação da velhice com as imagens visuais oscila entre a ausência e a presença estereotipada, pensada como segmento populacional, sua visibilidade é significativa, sendo consideradas as variáveis demográficas. A modernidade não só produziu a velhice, como criou condições para que ela fosse vivida mais longamente (ALMEIDA, 2003, p. 48).

Com este sobrevôo na análise de Debert é possível estabelecer um comentário e um questionamento. Em primeiro lugar, o processo de reprivatização da velhice tem se mostrado através de uma ligação íntima entre a mídia e os novos espaços voltados para o envelhecimento saudável. Caracterizado pela construção e consolidação de estereótipos, sendo este um aspecto negativo da divulgação midiática. No entanto, a exposição deste tema, possibilita a abertura de novos espaços de debates nas diversas esferas sociais quanto à questão do envelhecimento. Considero relevante que tal temática venha ganhando paulatinamente uma esfera pública de discussão. Cabe aqui um questionamento: a divulgação e a inclusão do idoso na mídia garantem visibilidade às questões relativas a todo o processo de envelhecimento? Para responder este questionamento, recorreremos a Almeida (2003), que estabelece a diferença entre visibilidade e visualidade na mídia.

Conforme Almeida (2003) seria inconveniente pensar que o aumento demográfico dos velhos signifique visibilidade da velhice, “no entanto, devemos insistir no fato de que uma coisa é afirmar que a velhice ficou mais visível, outra, bem diferente, é dizer que ela ganhou em visualidade”(Idem, p. 48). Desta forma, “visibilidade e visualidade não são termos equivalentes, já que remetem a contextos diferentes. Enquanto o contexto da visibilidade é estrutural, o da visualidade é, fundamentalmente, simbólico” (Idem, p. 52). Respalhando este pensamento, Debert (1999) conclui que estes elementos permeiam as questões do envelhecimento em diversas esferas, especialmente na mídia, que retrata esta temática ora na ótica de miséria, ora na ótica do “bem-viver”, na tentativa de negar o processo de envelhecimento inerente a qualquer pessoa humana.

Desta forma a mídia possui “a capacidade de impor princípios de visão do mundo, óculos tais que as pessoas vejam o mundo segundo certas divisões (os jovens e os velhos, os estrangeiros e os franceses)” (BOURDIEU, 1997, p. 29). De certo modo, a imagem do velho, da velhice e do envelhecimento baseados em uma análise prévia do que foi posto anteriormente por Mascaro, Pires, Debert e Almeida, poder ser percebida através do que

Campos (2009) denominou de “imagem dual do idoso”, ou seja, a sua imagem oscila entre o anonimato ou o *expertise*.

O velho tem nome e sobrenome quando se destaca socialmente, mas é anônimo e invisível enquanto grupo social ou quando envolvido em tragédias, pobreza e miséria. Para o primeiro grupo o valor idade é fator positivo, é acúmulo de saber, (...). Para o segundo a idade é fator negativo associado a “peso para a sociedade e para os serviços públicos (CAMPOS, 2009, p. 4).

As novas imagens do envelhecimento produzido no meio midiático, postas na análise de Debert exigem uma reformulação da imagem do idoso, especialmente quando são frutos de uma representação recodificada a partir de um novo código de conduta para a sociedade. Assim, “as novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressão de um contexto marcado por mudanças culturais que redefinem a intimidade e a construção das identidades” (DEBERT, 1999, p. 226).

Concordo com a proposição de que as imagens da velhice na mídia brasileira têm endossado as desigualdades em nosso país. Desta forma, o processo de envelhecimento não se pauta apenas em aspectos demográficos, mas também nas condições sociais, de gênero, etnia, raça e principalmente na garantia de condição de vida que faça jus aos anos que foram acrescentados (MEDEIROS, 2003). Desse modo, envelhecer não pode e não deve percorrer o discurso individual, mas abranger a esfera coletiva. Uma vez que não se resume à fomentação de políticas públicas, mas sua operacionalização na garantia de acesso aos idosos aos direitos sociais.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

O conhecimento das representações sociais difundidas pela mídia possibilita conhecer o conjunto de sentidos e significados referentes à realidade cotidiana do sujeito, e as imagens produzidas sobre estes, conforme explicitado por Moscivici (1978) anteriormente. Partindo deste pressuposto, este estudo teve caráter exploratório-descritivo com uma abordagem qualitativa, visto que:

[...] responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 271).

A escolha pelo caráter exploratório desta pesquisa é justificada por se tratar de um tema ainda pouco analisado do ponto de vista teórico, especialmente no que se refere à representação social da imagem do idoso nos meios de comunicação. É descritivo por estar fundamentado na pesquisa qualitativa, que é por princípio descritiva. Assim, é exploratório-descritivo por trazer à tona um tema ainda em fase de elaboração no meio acadêmico, especialmente porque nos limitamos ao município de Campos dos Goytacazes - no caso o jornal Monitor Campista, em comparação com os estudos realizados por Guita Debert, de âmbito nacional e envolvendo diversos meios de comunicação. Segundo Gil (1991), a pesquisa exploratória tem como objetivo focar aspectos de uma dada situação, proporcionando uma visão geral e aproximada acerca de determinado fato; e a pesquisa descritiva, objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno.

A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento e posterior análise do acervo do jornal Monitor Campista (MC). O corpus foi composto por seções das edições publicadas entre 1º de outubro de 2003 a 26 de maio de 2006, totalizando 32 meses, sendo catalogadas 274 reportagens a respeito do idoso, da velhice e do envelhecimento impressas no MC. Assim todo o processo do trabalho será descrito.

2.1 Campo de Análise

O meio midiático escolhido para nossa investigação foi o jornal Monitor Campista (MC). Sua escolha como fonte documental ressalta a importância deste meio midiático como

um dos veículos na construção da história social, uma vez que “os jornais definem papéis sociais, entendemos que o destinatário está presente o tempo todo, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo padrão de leitor que o emissor quer formar” (VIEIRA; PEIXOTO, 1995, p. 54). Além do mais, acreditamos que esta mídia se caracteriza como um dos meios que possibilita a interação com diferentes formas de representação e imagens, reunindo diferentes indivíduos e pensamentos, resultando assim em um importante espaço de produção simbólica e, conseqüentemente, uma fundamental fonte de análise das representações sociais de determinado objeto social. Justificamos assim a escolha deste meio midiático no nosso estudo, amparados na TRS.

Considerando este aspecto com relação à representação simbólica, direcionamos a nossa escolha pelo jornal MC, a partir de dois aspectos em particular. O primeiro diz respeito à fase inicial da pesquisa, que denominamos campo de análise. Esta fase compreendeu o levantamento de reportagens presentes nos dois principais jornais de circulação em Campos: Folha da Manhã (FM) e MC. Tínhamos a intenção de estabelecer uma Análise Comparativa, de acordo com Bardin (2002), entre ambos os jornais, referentes à imagem do idoso. Numa primeira aproximação com os exemplares de ambos os jornais, foi analisado 1 (um) ano de reportagens (1º de outubro de 2003 a 1º de outubro de 2004, período que compreendeu 1 (um) ano da promulgação do Estatuto), para verificar a incidência de reportagens e possibilidade da relação comparativa entre estes meios midiáticos.

A exploração inicial resultou na soma de 223 reportagens referentes ao idoso, sendo noticiadas pela FM, 54 reportagens; e pelo MC, 169 reportagens. Considerando este resultado optamos por focar nosso estudo somente no jornal MC, devido a expressividade superior de notícias referentes ao idoso, à velhice e ao envelhecimento.

O segundo aspecto que nos direcionou na escolha do MC foi definido pela maior tiragem diária, alcançando conseqüentemente um maior contingente populacional. De acordo com Muylaert (2008), a tiragem diária era de 5,5 mil exemplares, número que aumentava para 8 mil quando eram divulgados, nos diários oficiais, editais e resultados de concursos públicos. Diante deste dado, reforçamos nossa escolha pelo MC, por apresentar uma maior abrangência de leitores.

Por ultimo, ressaltamos também o valor informativo do MC, especialmente pelo fato de ter sido o Diário Oficial do município de Campos dos Goytacazes. Destacando-se como um veículo de divulgação de leis e publicações oficiais, o que o tornou “a leitura quase que obrigatória por todos, já que, contém o Diário Oficial do Município, publica todos os atos do

Executivo e as leis aprovadas pela Câmara Municipal, portarias e balancetes, além de outras prefeituras e câmaras da região” (MC, 2004, p. 5).

A trajetória histórica do MC também foi algo que nos impulsionou a escolhê-lo, sendo o terceiro jornal mais antigo do país, considerado um marco informativo em Campos. A sua história inicia-se quando Campos ainda era uma Vila (Villa de São Salvador), quando surgiu no cenário da imprensa local, em janeiro de 1834, o jornal *O Campista*, embrião do que mais tarde seria o MC, sob a direção dos médicos José Gomes da Fonseca Parahyba e Francisco José Alypio. O jornal era bissemanário e circulava às quartas e sábados. O MC foi resultado da fusão entre o *Novo Recompilador Campista* e *O Monitor*, ocorrida em 1846, passando a se chamar MC.

Ao atravessar três séculos, o jornal MC testemunhou e retratou em suas páginas diversas mudanças históricas tanto na planície campista, como no Brasil, sendo até 1930 a única fonte de notícias da cidade, pois o rádio ainda não havia chegado. O seu legado histórico começa a ser construído a partir da publicação de acontecimentos notórios:

[...] duas grandes guerras, a ascensão e queda do comunismo; o Brasil aboliu a escravidão, mudou de regime, conheceu a democracia, 35 presidentes da República e alguns ditadores, sete constituições e ganhou cinco Copas do Mundo. Tudo isso mais o dia-a-dia da vida da planície Goitacá foi contado nas páginas do Monitor, o terceiro mais antigo jornal do país e que traz no seu currículo de histórias uma gama de outros pioneirismos, como o de ser o primeiro jornal brasileiro a ser impresso numa oficina movida à energia elétrica. Isso em 1883. (MC, 2004, p. 6).

[...] foi testemunha e divulgador de fatos como: inauguração da Santa Casa de Misericórdia de Campos; abertura da livraria Ao Livro Verde (1844); inauguração do Teatro São Salvador; criação do Liceu e de diversas comunidades de Campos; inauguração do Farol de São Thomé (1882), entre outros fatos. (MC, 2004, p. 7).

O MC foi “testemunha das mudanças históricas e as retratava em papel impresso para um universo de leitores de toda a região” (MC, 2004, p. 6). Desta forma se destaca como importante fonte de pesquisa, “tanto que pesquisadores do Brasil inteiro se valem da coleção do MC para mergulhar no passado, não só no período específico da escravidão, como de todo o século XX e parte do XIX” (MC, 2004, p. 6).

O ano de 1999 foi marcado por uma importante evolução gráfica do jornal, quando a sua impressão começou a ser realizada no parque gráfico do Jornal do *Commercio* - culminando na sua primeira impressão colorida em julho daquele ano. Em 2003, inaugura uma nova e moderna redação, colocando no ar a sua edição *online* (MC, 2005). Porém em 15

de novembro de 2009, depois de 175 anos, o MC encerra. O terceiro jornal mais antigo do país parou de circular num domingo, dia em que se comemora a Proclamação da República. Uma das explicações para o fim do jornal teria sido a de que a publicação trazia aos Diários Associados, empresa a que pertencia mais despesas que receitas. Parece que a crise financeira que o Monitor atravessava culminou logo após o município deixar de publicar o Diário Oficial nas edições do jornal. O vice presidente da Associação de Imprensa Campista, Vitor Menezes escreveu no editorial: “Despedir-se em um dia como hoje, em que se lembra a passagem de 120 anos da Proclamação da República, parece uma ironia” (MC, 2009, editorial).

O acervo do MC, até o final de dezembro de 2011, estava reunido em três locais distintos, a saber: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), Arquivo Público Municipal (APM) e a Fundação Biblioteca Nacional. Na FCJOL, localizada no centro de Campos dos Goytacazes, estão arquivados os periódicos correspondentes ao período de 1º de dezembro de 2003 a 15 de novembro de 2009 (data da última edição). De acordo com a administração da FCJOL todo o acervo será deslocado para o Arquivo Público, devido à disponibilidade de espaço.

Quanto ao APM, localizado na Estrada Sérgio Viana Barroso no município campista, este reúne o acervo datado a partir de 04 de julho de 1838, chamado *Novo Recompilador Campista* até 31 de dezembro de 2005. Na Fundação Biblioteca Nacional, o acervo está presente na Biblioteca Euclides da Cunha, localizada no Palácio Gustavo Capanema, centro do Rio de Janeiro, onde há uma periodicidade variada (coleção incompleta) datada a partir de 4 de junho de 1838 a 30 de março de 1840.

A partir da eleição do jornal MC para análise das representações sociais do idoso, instituímos como recorte cronológico o período compreendido a partir de 1º de outubro de 2003 a 26 de maio de 2006, datas referentes à promulgação do Estatuto do Idoso e da realização da I Conferência Nacional do Idoso. A escolha deste corte temporal levou em consideração o marco histórico destes acontecimentos no que se refere à institucionalização legal das políticas direcionadas à pessoa idosa a partir da Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, como trabalhado no capítulo anterior.

Nesta perspectiva a realização da I Conferência Nacional do Idoso, ocorrida em 26 de maio de 2006, confere também um marco importante em nossa sociedade, uma vez que consolida o início da participação no âmbito governamental e não-governamental sobre a temática da pessoa idosa. A data término para coleta dos dados foi o dia 26 de maio de 2006,

pois representou um marco na operacionalização da PNI e também do Estatuto, no que se refere à participação social. O preparo desta Conferência envolveu a etapa municipal e estadual, mobilizando assim tanto o poder público, como a sociedade – porém este aspecto não será detalhado por não fazer parte do nosso objetivo de pesquisa; apenas o seu marco na história da participação social.

Vale destacar que a escolha deste recorte cronológico também perpassa minha experiência profissional como Assistente Social, atuando na implantação de capacitações e debates referentes ao Estatuto do Idoso, no Estado do Espírito Santo, período em que estava veiculada à Prefeitura Municipal de Vitória, lotada no Programa Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, mais especificamente no Núcleo Contra Violência à Pessoa Idosa, e no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Vitória (COMID), no período de 2003 a 2007. Especificamente atuando no COMID, compus uma equipe interdisciplinar na organização e na realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Vitória, cujas propostas foram encaminhadas à Conferência Estadual e Nacional sucessivamente.

Desta experiência, recorro a grande repercussão jornalística que tais acontecimentos receberam na mídia espírito-santense e tais lembranças suscitaram em mim alguns questionamentos referentes ao mesmo período na cidade de Campos dos Goytacazes, enquanto mestrandia em Políticas Sociais na Uenf, no que se refere a este marco histórico da legislação direcionada à pessoa idosa e sua divulgação em um dos seus principais jornais.

Esta analogia vislumbrou o interesse em conhecer e identificar nos discursos do MC os sujeitos por eles atuantes e seus projetos diferenciados, ou seja, “desvendar as injunções de uma problemática vencida no passado, mas ainda presente hoje é chamar a si a possibilidade de intervir no presente e no futuro” (VIEIRA; PEIXOTO, 1995:43). Assim “o que se busca no passado é algo que pode até ter-se perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida” (Idem, 1995, p. 43), ou seja, proponho através deste corte temporal, “um campo de possibilidades, visualizam-se, em cada momento, diferentes propostas em jogo e se uma delas venceu, venceu não porque tinha de vencer, mas por uma série de injunções que é preciso desvendar” (Idem, 1995, p. 43). A investigação proposta através deste marco temporal possibilitou “estar pensando não só o que está sendo representado, mas por que está sendo representado daquela forma” (Idem, 1995, p. 46).

Os registros contidos neste meio de comunicação configuraram uma das arenas públicas na construção social da imagem do velho, da velhice e do envelhecimento em Campos dos Goytacazes, proporcionando a valorização de tal documento, a partir de um corte

na história social do cotidiano campista. Conforme nos recorda Déa Fenelon (*apud*, VIEIRA; PEIXOTO, 1995, p. 18), não se trata de um “estudo paralelo do social, do cultural, do econômico, do político, mas sim de um estudo que leve em conta todas essas dimensões, sem compartimentação nem subordinação ao econômico”.

2.2 Processo de Coleta de Dados

O processo de coleta de dados foi orientado pelo objeto de estudo a respeito da representação social da imagem do idoso, a partir da coleta e categorização de todo o material escrito publicado no MC, compreendendo reportagens, artigos, entrevistas e anúncios publicitários no período citado, considerados sob cinco aspectos de interesse, denominados grupos temáticos:

- 1- **Realidade dos Idosos:** agrupou reportagens referentes aos aspectos demográficos da população idosa e seus reflexos na economia, saúde, habitação, educação e outros.
- 2- **As Interfases da Aposentadoria:** agrupou reportagens referentes aos diversos aspectos do processo de aposentadoria no nosso país, sendo enfatizados especialmente o valor monetário deste benefício e o atendimento previdenciário;
- 3- **Modelo de Envelhecimento Saudável:** agrupou reportagens que indicavam normas e padrões de comportamento para garantia de um envelhecimento saudável;
- 4- **Políticas Públicas para os Idosos:** agrupou reportagens referentes à divulgação e aplicação das políticas públicas direcionadas a população idosa;
- 5- **Outros Assuntos mencionando o Idoso:** agrupou diversas reportagens que direta ou indiretamente mencionavam o idoso, como protagonista ou coadjuvante.

A organização destes grupos temáticos foi definida com base no estudo realizado por Mascaro (1997) desenvolvido em nível nacional referente ao velho na mídia, representando assim o foco principal da imprensa escrita no que tange à temática do envelhecimento. Na oportunidade de sua pesquisa, a autora elegeu 5 (cinco) temáticas de estudos, que foram prontamente observados nos exemplares do MC – porém estas foram nomeadas por mim, adequando-as à realidade local. Também no decorrer do processo de coleta criamos mais dois

grupos: políticas públicas e outros assuntos – devido ao expressivo volume de notícias referentes a estas temáticas na realidade local e principalmente por estarmos situados num programa de mestrado em Políticas Sociais, sendo importante vislumbrar este assunto na realidade local, algo não contemplado por Mascaro e Debert a nível nacional.

Destacamos que todo o processo de coleta de dados do corpus do MC foi realizado nos arquivos localizados na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), no período de 24 de maio de 2011 a 30 de julho de 2011, sendo aplicados 2 (dois) instrumentos de coleta, como veremos a seguir.

2.3 Instrumentos Aplicados

A fase de coleta dos dados foi realizada através do manuseio do acervo do MC, pertencente à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), localizada no Centro de Campos, sendo para tanto, utilizados dois instrumentos de coleta: Ficha de Registro (Apêndice A), e Inventário de Material Publicitário e Fotográfico (Apêndice B). O objetivo foi criar um banco de dados, que teve por finalidade o armazenamento intencional e sistemático de todas as informações obtidas, sendo consultadas e analisadas de acordo com os cinco grupos temáticos já mencionados.

A construção do banco de dados foi viabilizada através da anotação nos instrumentos que serão detalhados a seguir, seguidos da fotocópia do corpus do MC, além do registro fotográfico digital.

2.3.1 Ficha de Registro

As informações textuais referentes as reportagens e matérias sobre o idoso, a velhice e o envelhecimento, presentes no MC foram coletadas a partir do que denominamos de Ficha de Registro (Apêndice A). As informações foram coletadas e agrupadas em dois níveis: Identificação e de Discurso. O primeiro nível agrupou as informações a partir do tamanho da reportagem, formato da notícia, título do artigo, data, página. O segundo nível agrupou as informações sobre o diagnóstico dos dados e compreendeu os dois processos postos por Moscovici na construção da comunicação e suas representações (objetivação e ancoragem) e o espaço para Análise de Conteúdo – sendo ambos detalhados mais adiante no item sobre Procedimentos Analíticos. O objetivo deste instrumento foi a categorização dos temas mais recorrentes tratados pelo MC, o que contribuiu para a definição do que denominamos de

grupos temáticos – conforme já mencionado – abrangendo o aspecto representativo da imagem do idoso captada no MC.

2.3.2 Inventário de Material Publicitário e Fotográfico

O material publicitário e as fotografias que continham a pessoa idosa, ou que se referiam a esta foi documentado a partir do Inventário de Material Publicitário e Fotográfico (Apêndice B), a fim de visualizar o espaço dado ao sujeito idoso como protagonista ou coadjuvante no espaço publicitário presente no corpus do MC. Sendo observados os critérios de denotação e conotação, a partir de Barthes (1984) que interpreta o sistema de significação do objeto, a partir dos signos. De acordo com este autor “o signo é, pois, composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo” (Barthes, 1985, p. 43). Abrangendo assim características verbais e não-verbais na construção dos signos.

Barthes (1984) dividia o processo de significação em dois momentos: denotativo e conotativo. Assim a trajetória para esta análise abrangeu o sentido denotativo e conotativo, pois de acordo com o autor citado, estes são os dois momentos de significação das imagens. Define-se como denotativo, o universo lingüístico, ou seja, aquele que está visível, sendo algo (texto, imagem, frase, pessoa, objeto, animal, acontecimento) apresentado na sua forma literal, também chamado sentido primário. Enquanto que o sentido conotativo representa o universo translingüístico. Chamado também de segundo sentido, que representa o sentido que está implícito, ou seja, aquele que traz um sentido inserido na imagem ou frase.

2.4 Procedimentos Analíticos

Encerrada a fase de coleta dos dados presentes no MC, iniciamos o processo de Análise, sendo este dividido em dois momentos. Primeiramente, fizemos a contagem geral do material colhido, totalizando 274 reportagens que tratavam sobre idoso, velhice e envelhecimento, que resultaram na construção de tabelas, quadros e gráficos para visualização quantitativa dos dados coletados a partir dos cinco grupos temáticos propostos.

Definido esta etapa inicial, prosseguimos na segunda fase do processo de análise dos dados, ou seja, os textos e o material publicitário. Assim o procedimento analítico utilizado nos dados coletados foi realizado a partir da análise de conteúdo (AC), tomando Bardim (2002, p. 38) como principal referência, que a define como “[...] um conjunto de técnicas de

análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A escolha por este método se justifica uma vez que propõe explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado deste conteúdo, partindo de sua origem, contexto e efeito.

Os processos metodológicos realizados durante a análise dos dados foram organizados em dois pólos de abordagem nos quais evidenciamos objetivamente as etapas e procedimentos cumpridos na pesquisa qualitativa bem como na quantitativa, além das exigências da análise de conteúdo segundo Bardin (2002).

A Pesquisa Qualitativa em linhas gerais foi realizada a partir dos grupos temáticos descritos. Na AC, Bardin (2002) aponta como pilares a fase da descrição ou preparação do material, a inferência ou dedução e a interpretação. Dessa forma, os principais pontos da pré-análise são a leitura flutuante (primeiras leituras de contato os textos), a escolha dos documentos (no caso o *corpus* do MC), a formulação das hipóteses e objetivos (relacionados com a disciplina), a referenciação dos índices e elaboração dos indicadores (a frequência de aparecimento) e a preparação do material. Por isso, todo o corpus foi registrado através de fotocópia e digitalização das imagens.

Tendo por eixo a compreensão do objeto simbólico da pesquisa na produção dos sentidos, traçamos o processo de significação do mesmo. Ou seja, a constituição das condições a qual o corpus foram produzidos. Assim AC compreende dois processos discursivos: Dispositivo Teórico e o Dispositivo Analítico. Ambos voltados para compreensão do processo de produção de sentidos, conforme a autora citada.

O Discurso Teórico compreende o instrumental teórico utilizado para compreensão do trabalho da língua e da ideologia. Desta forma, a nossa análise foi pautada nas representações sociais de acordo ao que foi proposto por Moscovici, considerando os dois eixos no processo de construção das representações (objetivação e ancoragem), através do processo de comunicação. Associado ao estabelecimento de uma relação com os estudos desenvolvidos pela antropóloga Guita Debert, referente ao idoso na mídia nacional. Para Henry e Moscovici (1968, apud Bardin, 1979, p.40):

Qualquer análise de conteúdo não visa o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produções constitui o campo das determinações dos textos.

O Dispositivo Analítico representou a análise dos dados coletados a partir das questões propostas. Ou seja, compreendeu a análise das informações (discurso) a partir de duas questões:

1. De que forma os discursos presentes nos textos e fotografias veiculadas no MC contribuem para a construção de um conjunto específico de representações sobre o velho, a velhice e o envelhecimento no campo sócio-cultural local, numa perspectiva comparada com alguns estudos relativos às imagens do idoso na mídia em âmbito nacional, realizado por Debert?
2. Até que ponto se estabelece uma relação entre as representações sociais veiculadas a partir da imagem do velho, da velhice e do envelhecimento pelo MC e o processo referente à “reprivatização do envelhecimento”, fenômeno observado pela antropóloga Guita Debert em seu estudo sobre a “Reinvenção da Velhice” na atualidade?

Para o tratamento dos dados a técnica da análise temática ou categorial foi utilizada e, de acordo com Bardin (2002), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. Além disso, a análise documental também esteve presente, para facilitar o manuseio das informações, já que, também de acordo com a autora, se constitui uma técnica que visa representar o conteúdo de um documento diferente de seu formato original, agilizando consultas. Assim, na fase seguinte, exploração do material, tem-se o período mais duradouro: a etapa da codificação, na qual foram feitos recortes em unidades de contexto (UC) e de registro (UR)⁶; e a fase da categorização, no qual os requisitos para uma boa categoria são a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade. Já a última fase, do tratamento e inferência à interpretação, permite que os conteúdos recolhidos se constituam em dados quantitativos e/ou análises reflexivas, em observações individuais e gerais do *corpus*. Assim, dentro do discurso do corpus foram observadas as seguintes categorias: 1- Velho, 2- Velhinho, 3- Idoso e 4- Terceira Idade. Para exemplificação, as categorias de maior destaque pela frequência de depoimentos bem como de número de unidades de contexto (e registro), foram: idoso e terceira idade.

⁶ Bardin (2002) diferencia que a unidade de registro (UR), apesar de dimensão variável, é o menor recorte de ordem semântica que se liberta do texto, podendo ser uma palavrachave, um tema, objetos, personagens. Quanto à unidade de contexto (UC), em síntese, deve fazer compreender a unidade de registro, tal qual a frase para a palavra.

A Pesquisa Quantitativa em linhas gerais constituiu no registro e quantificação dos dados, conforme os grupos temáticos. Finalizando essa etapa, foram trazidos índices principais, secundários além de comentários reflexivos sobre cada um bem como de algumas associações possíveis.

Destacamos também que a apresentação dos resultados das análises propostas, a partir da AC, foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa do discurso, utilizando a TRS proposta por Moscovici, a partir da objetivação e ancoragem. Uma vez que aponta a comunicação como parte central na construção das representações, sendo este o cerne de nossa pesquisa.

Realizada toda esta trajetória, estabelecemos uma relação comparativa dos resultados obtidos, com os dados de algumas pesquisas a nível nacional a respeito do idoso na mídia, no intuito de confrontar e perceber a realidade local. A base das pesquisas que utilizamos partiu de estudos realizados pela antropóloga Guita Debert, especialmente no que se refere à reprivatização da velhice.

Ressaltamos também, que anterior a apresentação dos resultados das análises citadas, iremos expor de forma quantitativa o universo pesquisado, demonstrando a incidência numérica dos dados coletados ao longo do período proposto. Sendo este apresentado através de tabelas, quadros e gráficos, conforme veremos na próxima parte, que trata dos resultados.

CAPÍTULO 3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IMAGEM DO IDOSO NO JORNAL MONITOR CAMPISTA (MC)

3.1 Panorama do Envelhecimento e da Velhice nas Publicações do MC

Durante o período que compreendeu 1º de outubro de 2003 a 26 de maio de 2006, totalizando 32 meses, foram catalogadas 274 reportagens a respeito do idoso, da velhice e do envelhecimento impressas no jornal MC. Sendo que o ano de 2004 registrou um maior volume de notícias sobre a temática, totalizando 125 notícias, correspondendo a 45,62%, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Incidência de Notícias sobre os Idosos por Ano:

ANO	QUANT	%
2003 (outubro a dezembro)	44	16,05
2004	125	45,62
2005	70	25,54
2006 (janeiro a maio)	35	12,77
TOTAL	274	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

O ano de 2004 se destaca devido à publicização no meio midiático do *Estatuto do Idoso*, aprovado em outubro de 2003. Sendo enfocado pelo MC o seu descumprimento, no que se refere às questões relativas à violência contra o idoso, saúde e aposentadoria, conforme serão mencionados nos próximos itens.

Com relação ao formato das notícias veiculadas, foram agrupadas conforme a própria estrutura do MC, que dividia as informações nas seguintes áreas de interesses: capa, editorial, geral (englobando economia, política, polícia), entrevistas, comentários/opiniões, caderno especial e atos oficiais. Assim 82% das notícias foram veiculadas no chamado assuntos Gerais, destacando-se especialmente os assuntos classificados como Econômicos (61%), de Polícia (31%) e de Política (8%).

Os assuntos veiculados ao idoso, na Capa do MC corresponderam a 4%, sendo noticiados, especialmente, atos de violência contra os idosos, além de questões relativas à saúde e à aposentadoria, conforme mencionamos. Assim o tema aposentadoria foi grandemente explorado nas edições, principalmente os aspectos referentes à demora no

atendimento dos serviços previdenciários, caracterizados pelas filas quilométricas; assim como o valor dos benefícios recebidos. Como também os temas referentes à saúde e a violência, carregados por um tom de perdas físicas e de autonomia.

Amparados nos dados descritos até aqui, podemos afirmar que os mesmos contribuem para a formação de uma representação social da imagem do idoso, caracterizado pelas perdas econômicas e funcionais.

Num primeiro momento, percebemos que são indiscutíveis os fatores demográficos responsáveis pelo crescimento do número de idosos em nosso país, como o aumento da expectativa de vida e diminuição dos índices de natalidade e fecundidade, assim como a implementação de políticas públicas para este segmento. No entanto, a garantia de uma melhor condição de vida para os idosos perpassa especialmente a sua condição de não-trabalhador, sendo muitas vezes atribuído a estes o ônus do déficit da previdência pública, por parte especialmente dos governantes. Neste aspecto, infelizmente a mídia, caracterizada aqui pelo MC, em muitas circunstâncias também tem reforçado este discurso. Desta forma ser idoso em nosso país perpassa um discurso dual da mídia:

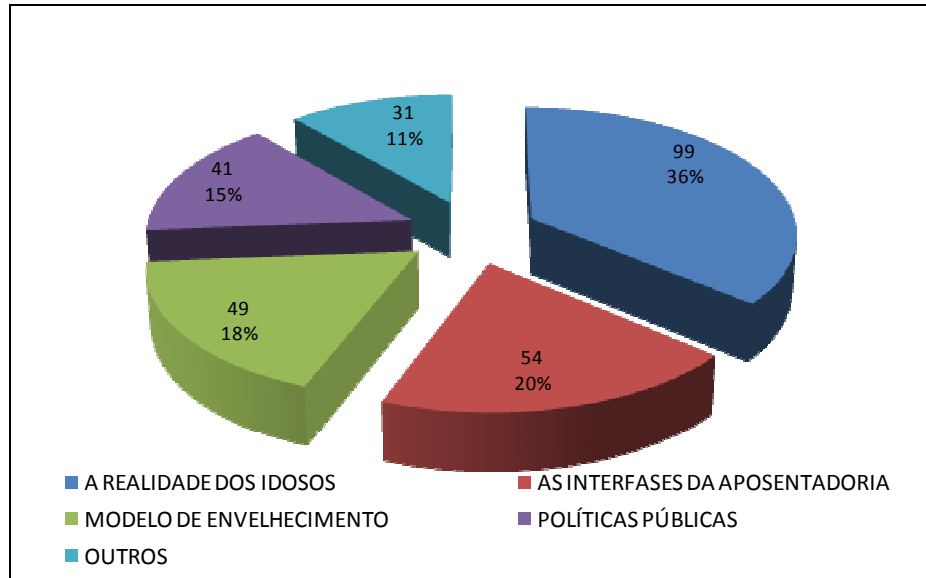
[...] ora visto como “garoto-propaganda ou freqüentador de bailes e programas de terceira idade, ora se apresentado como segmento excluído de nossa sociedade, muitas vezes vivendo nas ruas das grandes cidades, abandonados pelas famílias; enfim, vivendo em precárias condições. Essas duas representações da velhice são culturalmente construídas (MEDEIROS, 2003, p. 198).

A dualidade no discurso midiático e a representação social da imagem do idoso foram exploradas de forma detalhada a partir de cinco grupos temáticos já mencionados no capítulo anterior.

A partir de uma leitura geral dos dados apresentados (Gráfico 1), 99 (36%) reportagens se inserem no grupo temático “Realidade dos Idosos”, sendo destacados assuntos referentes à violência e à saúde. Em segundo lugar, destacamos reportagens referentes ao grupo “As Interfases da Aposentadoria”, com 54 (20%) reportagens, sendo notícias referente ao pagamento, recebimento e empréstimos. Em terceiro lugar o grupo temático “Modelo de Envelhecimento Saudável”, se destaca com 49 (18%) das reportagens que tratam principalmente da iniciativa pública na promoção de ações voltada a este segmento. O grupo “Políticas Públicas para os Idosos”, com um total de 41 (15%) publicações, sendo noticiadas ações do Conselho Municipal dos Direito dos Idosos em Campos dos Goytacazes

(COMDIN), seguidos do Estatuto do Idoso. Em seguida o grupo temático “Outros Assuntos mencionando o Idoso”, representando 31 (11%) das notícias.

Gráfico 1- Incidência de Notícias sobre os Idosos por Grupo Temático

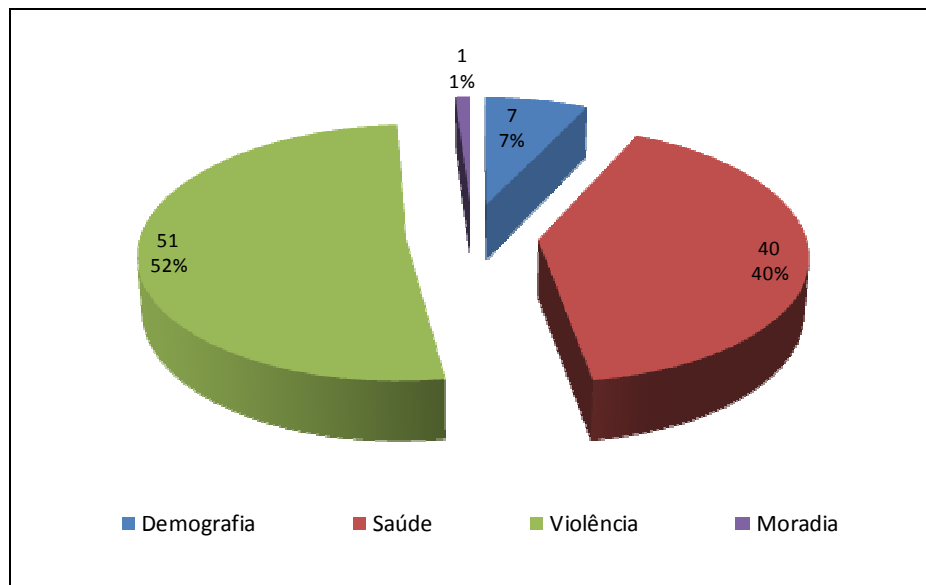


Fonte: Dados da Pesquisa.

Prossigamos agora com a descrição dos grupos temáticos, a partir de uma perspectiva quantitativa das notícias presentes no MC. A leitura quantitativa destes cinco grupos nos ofereceu alguns dados relevantes que expomos a seguir:

Com relação às reportagens agrupadas sob a rubrica “Realidade dos idosos/velhos Brasileiros” destacam-se 4 temas: violência, saúde, demografia e moradia. Assim, notícias referentes à violência tiveram maior representatividade, correspondendo a 51 (52%) notícias veiculadas no MC (Gráfico 2):

Gráfico 2 - Realidade dos Idosos: violência, saúde, demografia e moradia



Fonte: Dados da Pesquisa.

O subgrupo *Violência* representou 51% das notícias referente à realidade dos idosos, porém sabemos que a mesma rodeia toda a sociedade, possuindo os mais variados contornos e atingindo diversos grupos sociais. A definição de violência segundo a OMS é “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. No entanto especialistas afirmam que o conceito é muito mais abrangente, uma vez que o conceito de dor é algo difícil de ser mensurado, sendo assim uma questão não somente física. Já a comunidade internacional de direitos humanos, compreende a violência a partir da violação de diversos direitos, como os civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

Considerando este contexto de violações, observamos que as formas de violência retratadas nos corpus do MC referentes ao idoso foram caracterizadas dentro da chamada violência urbana. Estas, segundo Camargo (1993), são aquelas que indicam a violação penal, como por exemplo, seqüestros, roubos, assassinatos, violência no trânsito e outros crimes contra a pessoa e/ou patrimônio executado nos espaços urbanos das cidades. No entanto a violência urbana, não abrange somente os crimes, mas interfere nas relações sociais estabelecidas, prejudicando o convívio social.

A violência se configura hoje a segunda causa de mortalidade no Brasil e atinge todos os grupos etários e classes sociais. De acordo com a Política Nacional de Redução da

Mortalidade por Acidentes e Violência, veiculado ao Ministério da Saúde (Brasil, 2001), “os acidentes e as violências no Brasil configuram problemas de saúde pública de grande magnitude e transcendência, com forte impacto na morbidade e mortalidade da população, (...) mesmo quando não leva à morte, provoca lesões e traumas físicos e emocionais em grande intensidade”.

No que tange à questão da violência contra ao idoso, essa transição demográfica é preocupante, já que acarreta um aumento da incidência de doenças crônicas-não transmissíveis, que nos idosos faz diminuir a sua capacidade funcional, o que os torna dependentes para o seu cuidado. Machado; Queiroz (2002) apontam que a dependência é um importante fator de risco para a ocorrência de maus-tratos.

O Brasil possui em média 10% do contingente de idosos, especialmente nas faixas de 60 a 69 anos (IBGE, 2010), sendo esta a faixa na qual a vitimação por violência, incide mais freqüentemente (Minayo, 2003). A violência contra os idosos é expressa sob a forma de discriminações, a partir da caracterização de “descartáveis” e “peso social”. Por parte do Estado, o idoso hoje é responsabilizado pelo custo insustentável da Previdência Social e, ao mesmo tempo, sofre uma enorme omissão quanto a políticas e programas de proteção específicos. Apesar da promulgação de diversas leis, tratadas na parte 1, percebemos um crescente hiato entre a norma e a execução.

No âmbito das instituições de assistência social e saúde, são freqüentes as denúncias de maus tratos e negligências. Mas nada se iguala aos abusos e negligências no interior dos próprios lares, onde choque de gerações, problemas de espaço físico, dificuldades financeiras costumam se somar a um imaginário social que considera a velhice como “decadência” (Minayo; Coimbra Jr., 2002).

De qualquer forma, sendo mais de 13 milhões de cidadãos brasileiros, é impossível que os idosos e os problemas que lhes dizem respeito passem despercebidos no país. Embora a vitimização dos idosos seja um fenômeno cultural de raízes seculares e suas manifestações, esse problema não tem se apresentado com relevância social.

O espaço predominante que o MC dedicou às questões de violências sofridas pelo idoso campista, possuiu somente um caráter de exposição, uma vez que em muitas reportagens foram enfatizadas uma imagem de decadência, especialmente da estrutura familiar, conforme será relatado nos itens de análise dos grupos temáticos. Porém, diante do expressivo volume de notícias relatando a violência contra os idosos em Campos dos Goytacazes, iremos tratar de forma breve os principais tipos de violência retratadas no MC,

estabelecendo uma relação com estudos de Minayo (2003) e do Ministério da Saúde (2001) a este respeito.

Caracterização da Violência

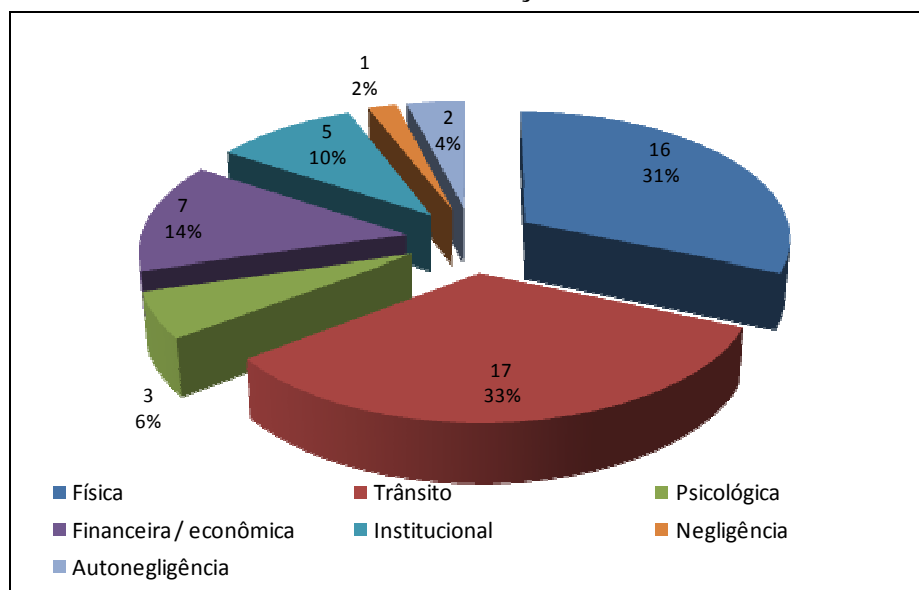
A OMS define violência contra o idoso como um ato de acometimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário. O abuso pode ser de natureza física ou psicológica ou pode envolver maus tratos de ordem financeira ou material. Qualquer que seja o tipo de abuso, certamente resultará em sofrimento desnecessário, lesão ou dor, perda ou violação dos direitos humanos e uma redução na qualidade de vida do idoso.

O Ministério da Saúde, em 2001, validou o termo "maus tratos contra idosos" como ações únicas ou repetidas que causam sofrimento ou angústia, ou ainda, a ausência de ações que são devidas, que ocorrem numa relação em que haja expectativa de confiança. Assim a violência contra o idoso aparece como expressão da questão social e pode ser classificada de diversas formas, conforme a Política Nacional de Redução da Mortalidade por Acidentes e Violência (Brasil, 2001):

- **Abuso Físico:** uso de força física que pode resultar completamente em dano, dor ou prejuízo físico.
- **Abuso Sexual:** contato sexual não-consensual de qualquer pessoa com um idoso.
- **Abuso Emocional ou Psicológico:** definido como inflação de angústia ou dor emocional.
- **Exploração Financeira ou Material:** uso ilegal ou impróprio dos bens/ativos de idosos.
- **Abandono:** deserção do idoso por um indivíduo que teve custódia física ou tinha assumido responsabilidade por prover cuidado pelo mesmo.
- **Negligência:** recusa ou fracasso em cumprir obrigações ou deveres para com um idoso.
- **Auto-negligência:** caracterizada como o comportamento de um idoso que ameace sua própria saúde ou segurança. A definição de auto-negligência exclui uma situação na qual uma pessoa mais velha mentalmente competente (que entende as conseqüências de suas decisões) toma uma decisão consciente e voluntária de se ocupar de atos que ameaçam sua saúde ou segurança.

Considerando este contexto, as notícias presentes nos *corpus* do MC, foram agrupadas conforme a classificação descrita. Assim a violência física, representou 33 (64%) das notícias, sendo esta a soma das violências física e de trânsito. Embora a violência física, englobe a violência no trânsito, optamos por separá-las, devido à expressividade da mesma no *corpus* do MC, correspondendo a 17 (33%) reportagens.

Gráfico 3 - Caracterização da Violência



Fonte: Dados da Pesquisa.

A incidência da violência no trânsito vitimando o idoso em Campos dos Goytacazes reafirma a do contexto nacional. Segundo Minayo (2003), no conjunto das violências, as que mais vitimaram os idosos no Brasil, no ano de 2010, foram os acidentes de trânsito e transporte, as quedas e os homicídios. Essas três causas específicas representaram 54,1% do total dos óbitos por violência entre os idosos, em nível nacional (Minayo, 2003).

Em um estudo focalizado sobre o Estado do Rio de Janeiro, Souza (2002) demonstra a predominância, como causas violentas de morte de idosos, os acidentes de trânsito e quedas. Estas últimas vitimam, sobretudo, mulheres na faixa dos 70 ou mais anos de vida.

De acordo com Minayo (2003), as informações sobre morbidade por causas violentas em idosos ainda são pouco consistentes. Considerando essa limitação, entende-se que os dados existentes permitem perceber a gravidade dos problemas e observar onde devem ser realizados investimentos do sistema de saúde e das políticas sociais de proteção. Por isso, a opção é trabalhar a partir do que existe, buscando melhorar as informações desde sua origem.

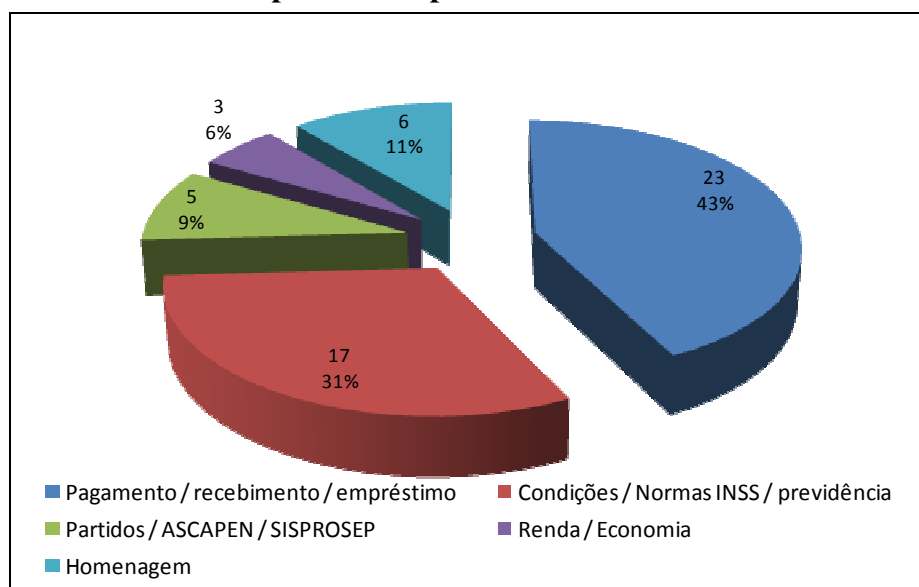
A criação do Estatuto do Idoso representa uma grande conquista para esse grupo, uma vez que proporcionou a regulação dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou

superior a 60 anos. O artigo 99 do Estatuto do Idoso esclarece as implicações legais a quem praticar violência contra idosos: expor a integridade física ou psíquica do idoso a perigo resulta em pena reclusão de dois meses a um ano e multa, com benefício da suspensão condicional. Se a violência relacionar-se a lesão corporal de natureza grave, então a pena será de reclusão de um a quatro anos, mas se resultar em morte, a reclusão será de quatro a 12 anos sendo que, nesse caso, não há benefício da suspensão condicional do processo. Ainda segundo o artigo 57, o profissional da área de saúde pode ser penalizado por não denunciar situação de violência identificada: para a falta de comunicação de crime. Há a pena de multa que varia de R\$ 500,00 a R\$ 3.000,00, podendo ser dobrada se existir reincidência (Siqueira, 2004).

A violência tornou-se uma epidemia e é, atualmente, considerada um problema de saúde pública, provocando efeitos na saúde física e mental da população, uma vez que debilita a saúde e atinge o potencial de desenvolvimento humano de um país, conforme Menezes, citado por Minayo (2003). A violência contra os idosos, se ignorada, provocará o fim das histórias passadas e a consolidação de um triste futuro para o envelhecimento mundial.

Passamos a tratar dos dados quantitativos referentes ao grupo “As Interfases da Aposentadoria”. Segundo a PNAD (2010), 40% dos idosos no país têm uma renda familiar per capita de menos de um salário mínimo. Assim os aspectos relacionados aos valores dos benefícios da previdência pública, prestado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), representou 23 (43%) das notícias. Seguidos da forma e da qualidade dos serviços prestados, representando 17 (31%) reportagens, conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 - Aspectos da Aposentadoria Noticiadas no MC



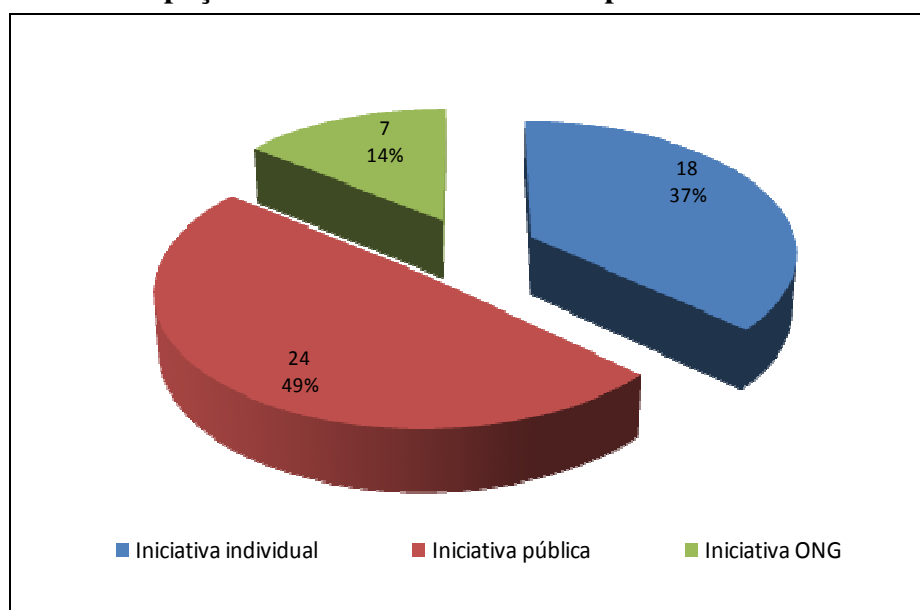
Fonte: Dados da Pesquisa.

Os problemas da aposentadoria ganharam destaque nos noticiários do MC. Especialmente quanto ao tamanho das filas para o recebimento dos direitos da aposentadoria e a demora no atendimento dos direitos dos aposentados, situação esta constatada por Debert em seus estudos. Nestes, a autora aponta que esta foi a forma que a mídia encontrou para “retratar a condição de miséria e vulnerabilidade dos mais velhos” (Idem, 1999, p. 218).

Desde os anos 80, a velhice e as questões relacionadas com o envelhecimento tem suscitado a criação de espaços para debate deste tema. Esse interesse pode ser exemplificado através de espaços em agências governamentais e organizações privadas que se destinam a assegurar um envelhecimento bem sucedido: como a associação de aposentados e os programas para os idosos. Sendo estes espaços fonte para o desenvolvimento de pesquisas relativas às práticas do seu trabalho e suas representações para o envelhecimento, além de fonte para as os meios midiáticos.

Considerando este contexto, foram selecionadas no grupo “Modelos de Envelhecimento Saudável” as notícias de iniciativas públicas voltadas para os idosos, representando 24 (49%) reportagens. Vale salientar que tais ações públicas, corresponderam em 16 (70%) reportagens na descrição e/ou divulgação de programas da prefeitura municipal de Campos; e 8 (30%) notícias sobre a Universidade Aberta. Outro fato que também merece destaque foi a divulgação destas atividades especialmente em eventos comemorativos, como: dia das mães, dia dos pais, dia do idoso, carnaval e natal.

As iniciativas individuais para um envelhecimento saudável, também garantiram destaque, correspondendo 18 (37%) das notícias. Sendo reforçada uma postura individual, na promoção de uma melhor qualidade de vida. Consolidando o que Debert nomeia de reprivatização da velhice, ou seja, “transforma a velhice numa responsabilidade individual” (Debert, 1999, p. 14). A divulgação de ações promovidas por ONG’s representou 7 (14%) notícias, especialmente figuradas através dos asilos existentes no município, especialmente o Asilo do Carmo (Gráfico 5).

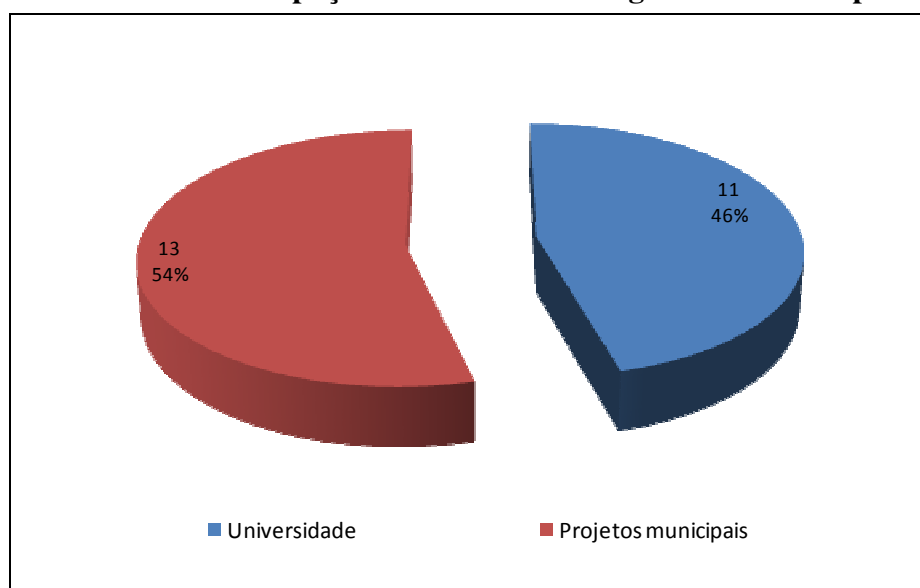
Gráfico 5 - Participação dos Idosos em Atividades para Envelhecimento Saudável

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tais ações, veiculadas através do MC, retratam a construção de uma nova imagem do idoso campista. Reforçando as pesquisas de Debert (1999), que considera estes espaços, como formas distintas na luta contra os preconceitos e os estereótipos sobre o processo de envelhecimento.

Serviços e/ou Programas Públicos frequentados pelos idosos

Conforme mencionado anteriormente, as notícias veiculadas no MC a este respeito, destacam a participação dos idosos em programas/projetos da prefeitura municipal com 13 (54%) reportagens (Gráfico 6). Especialmente os programas/projetos desenvolvidos dentro do Centro Dia e Grupos de Convivência, seguido dos programas oferecidos pelas Universidades, com 11 (46%)s notícias. Especialmente o Programa Universidade Aberta, oferecido na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Gráfico 6 - Participação dos Idosos em Programas em Campos

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com Debert a criação de novos espaços para congregar os idosos, especialmente denominados de “grupos de convivência”, “universidades abertas” e “escolas abertas para a terceira idade”, sintetizam uma nova ação direcionada a este público. Sendo estes frutos de uma “preocupação recente com o envelhecimento e com a melhoria da qualidade de vida dos mais velhos na sociedade brasileira [...] traduzida em um conjunto de práticas concretas” (Idem,1999, p. 142-143).

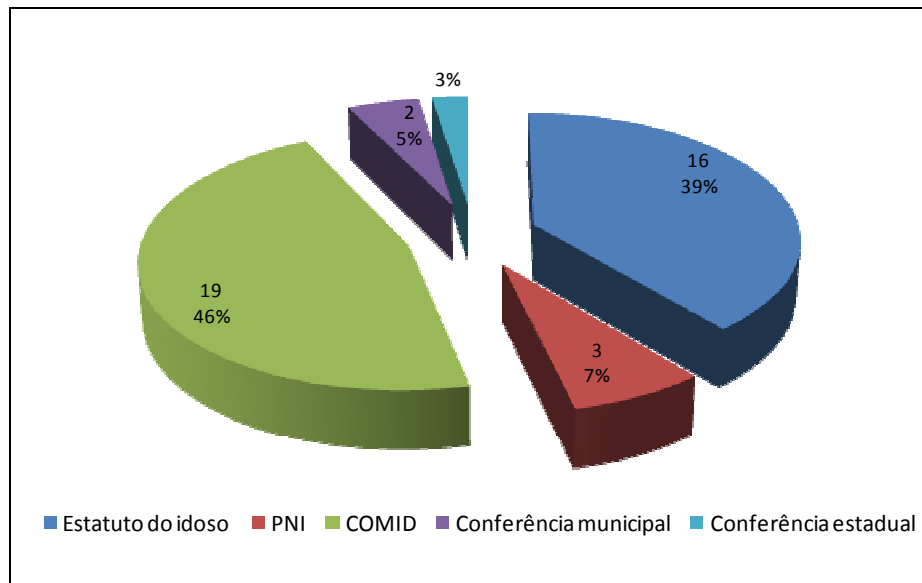
Em seu estudo a autora destaca que estas ações decorem da década de 60, especialmente nos programas do SESC (Serviço Social do Comércio), sendo desenvolvidas atividades de lazer ao público idoso. Porém nos anos 80, há a proliferação de diversas atividades direcionada a este público, tanto na administração pública, como nas organizações privadas. Ganhando também destaque na mídia.

Destacam-se também as ações da LBA (Legião Brasileira de Assistência) e das Universidades para Terceira Idade. A LBA tinha por objetivo atender idosos de classes populares, oferecendo atividades voltadas a trabalhos manuais, bailes, passeios, ginásticas e conferência. Já as Universidades congregavam as atividades citadas, porém a proposta era desenvolvida especialmente na forma de aulas e conferências (DEBERT,1999). Considerando a diversidade de cada proposta e o público alvo, todos estes programas têm como base o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento que dimensiona o idoso “como um todo integrado, necessitando de um atendimento médico especializado e que, ao mesmo tempo, busca reencontrar seu lugar na sociedade, recuperando assim, a sua auto-estima” (PRATA, *apud*, DEBERT, 1999, p. 147).

Considerando esta realidade, o município de Campos também desenvolve diversas ações voltadas à população idosa. Dentre estas formas alternativas incluem-se os Centros de Convivência – local para permanência diurna do maior de 60 anos, com atividades físicas recreativas, culturais e de educação para a cidadania, e os Grupos de Convivência e os Centro Dia – que prestam atendimento médico, odontológico, lazer, sócio educativo, fisioterápico e terapêutico (oficinas), a qual se busca garantir qualidade de vida aos maiores de 60 anos. Estas atividades, de iniciativa pública municipal, ganharam local de destaque nas reportagens do MC. Seguidas das atividades oferecidas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Destacamos que publicização dada as ações e/ou programas desenvolvidos pela prefeitura no jornal MC, pode ser justificada pela relação econômica entre estes dois agentes. Ou seja, como já ressaltamos anteriormente o MC foi durante muitas décadas o Diário Oficial do município campista – sendo a prefeitura um dos seus principais agentes financiadores. Assim nada mais “natural” que publique os feitos da prefeitura.

De forma resumida, Debert afirma que estas iniciativas “foram e estão sendo criados para resgatar a dignidade do idoso, reduzir os problemas da solidão, quebrar os preconceitos e estereótipos que os indivíduos tendem a internalizar” (1999, p. 162). Sendo também alvo dos meios de comunicação, que adotam uma postura de divulgador de novos conceitos e atitudes sobre o envelhecimento, conforme será relatado nas análises posteriores das reportagens do MC.

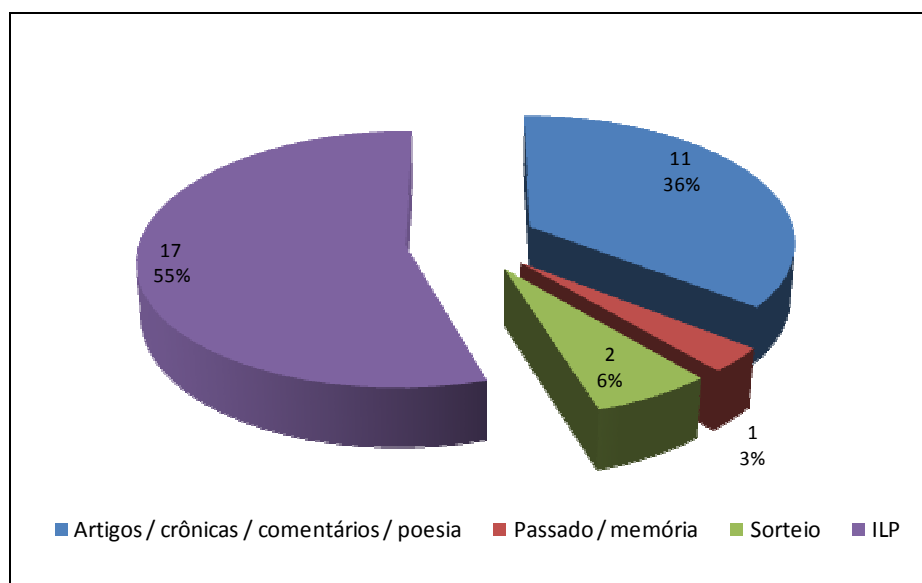
Como evidenciado, as diversas propostas de Políticas de Atenção ao idoso estão bem delineadas e traçadas. Cabe, porém, a sua operacionalização. Porém chamamos atenção para o papel da mídia nesta esfera, principalmente na divulgação destas políticas. O MC divulgou 19 (46%), Gráfico 7, notícias sobre a atuação do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (COMDIN). No entanto tal divulgação teve caráter oficial referente à Convocação Ordinária para participação das reuniões mensais do COMDIN, ou seja, Atos Oficiais. Foram também contabilizadas 16 (39%) notícias referentes ao Estatuto do Idoso, sendo focado, sobretudo o seu descumprimento. Além de 3 (7%) notícia sobre a PNI. Estes dados estão agrupados sob a rubrica de “Políticas Públicas para o Idoso”.

Gráfico 7 - Políticas Públicas Mencionadas nas Publicações do MC

Fonte: Dados da Pesquisa.

A divulgação ínfima das políticas direcionadas aos idosos é algo relevante, uma vez que o desconhecimento também gera descumprimento.

Ao longo do processo de coleta de dados, sentimos a necessidade de criar o grupo “Outros Assuntos mencionando o Idoso” (Gráfico 8), que incorpora os diversos assuntos que mencionavam o idoso direta e indiretamente, sendo estes: artigos, crônicas, comentários, poesias; assuntos referentes à contribuição histórica idoso; assim como sorteios e ações desenvolvidas nas Instituições de Longa Permanência (ILP). Sendo este último com 17 (55%) anúncios publicitários solicitando doações materiais para o Asilo do Carmo.

Gráfico 8 - Diversos Assuntos mencionando o Idoso no MC

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados apresentados até o momento apontam três tipos de representação social da imagem do idoso: relação saúde/doença, associada à decadência física; violência, caracterizada pela negligência individual e institucional; decadência econômica, representada pelas filas. Assim um conjunto de atribuições estigmatizadas do velho circulam no MC, como um processo contínuo de perdas e ausência de papéis sociais. Associado a uma postura de um *novo velho*, responsável pelo seu próprio envelhecimento saudável, envolvido em programas e serviços específicos. Corroborando assim até o momento, com o estudo de Debert, que aponta que na mídia brasileira estão presentes “imagens antagônicas dos idosos que têm como referência a situação de dependência e passividade ou de poder” (2004, p. 48). A fim de estabelecer uma relação com tais informações, iremos tratar adiante do resultado da análise do material escrito e fotográfico presente no MC, referente ao idoso, a velhice e ao envelhecimento.

3.2 Análise dos Grupos Temáticos

A análise dos cinco grupos temáticos que definimos a partir do corpus do MC, teve como aporte a TRS, relacionada aos estudos realizados por Debert na esfera nacional sobre o idoso na mídia. Assim o resultado da investigação das representações sociais da imagem do idoso será exposta levando em consideração o corpus do MC a partir destas duas referências.

Inicialmente observamos que todas as matérias do MC citavam obrigatoriamente a idade das pessoas entrevistadas e/ou citadas e logo após seu nome. Desta forma o fator idade é um componente determinante na construção das matérias, suscitando a caracterização das representações sociais na mente do leitor. O aspecto cronológico, segundo Debert (1999), aparece como uma dimensão fundamental na organização social desde a transformação da economia doméstica em industrial, tendo como principal consequência a institucionalização crescente do curso de vida, ou seja, das etapas da vida em geral. Desta forma no sistema cronológico, as fases da vida são demarcadas, delimitando fronteiras que dizem respeito ao acesso do indivíduo às várias instituições sociais tais como: o acesso ao sistema produtivo, às instituições educativas e às políticas públicas.

Segundo Debert, a datação cronológica funciona como definidora do papel social do indivíduo na família e na sociedade, precisando o momento em que ele deverá ser introduzido no sistema escolar e no mercado de trabalho; determinando o momento em que ele deverá ser contemplado por políticas sociais específicas, datando também, a idade para assunção da

responsabilidade civil diante das legislações vigentes. Verificamos então que o corpus do MC suscitam tais papéis em suas matérias, determinando assim a representação social da imagem do idoso, a partir do fator idade, como veremos a seguir.

3.2.1 Realidade dos Idosos

Este grupo temático foi composto por todas as reportagens, artigos e entrevistas referentes a diversos aspectos do processo de envelhecimento, caracterizando a população idosa no que se refere aos aspectos econômicos e sociais. Assim foram registradas 99 matérias condizentes com este grupo temático (Tabela 2). A partir deste universo observou-se a repetição de 4 (quatro) temáticas nas reportagens, com destaque para: violência, saúde, aspectos demográficos sobre o envelhecimento populacional e habitação.

Tabela 2 – Realidade dos Idosos: violência, saúde, aspectos demográficos e habitação:

Realidade dos Idosos	Quantidade de Reportagens	%
Violência	51	52
Saúde	40	40
Aspectos Demográficos	7	7
Habitação	1	1
TOTAL	99	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Deste modo, todas as notícias veiculadas no MC a respeito da violência tiveram os seus textos construídos especialmente levando em consideração o idoso neste meio social urbano, sendo este caracterizado como vítima potencial das diversas violências, devido ao seu estado de fragilidade física e emocional, conforme as reportagens analisadas. A este respeito podemos citar a reportagem publicada em 23/12/2004, página 4, conforme a Figura 1:

Figura 1- Idosos e mulheres na mira de furtos



Fonte: Adaptado do MC (23/12/2004, p. 4).

A Figura 1 traz em seu texto informativo a descrição de características facilitadoras para a prática de violência, sendo os idosos (assim como as mulheres) as maiores vítimas, devido a sua “fragilidade” física e “inocência com relação a pessoas suspeitas”. Estas e outras reportagens propiciaram a construção da imagem do idoso associada à dependência física e emocional, especialmente por sugerirem que “os idosos não devem sair sozinhos” por serem vítimas potenciais de furto. Outro exemplo foi a publicação da reportagem no dia 15/04/2006, página 5, *Em defesa de uma idosa: motorista é agredido com garrafa ao impedir assalto num ponto de ônibus*. Relatando a ação “corajosa e protetora” de um motorista que impediu que uma idosa fosse assaltada, sendo ressaltada a postura “heróica” deste cidadão, seguindo dentro deste aspecto de fragilidade e maior sujeição a violência, a violação dos direitos dos idosos foi retratada nas reportagens destacando especialmente a física, financeira, negligência familiar e institucional sofrida pelos idosos. Quanto a agressão física, destacou-se especialmente a que ocorre no trânsito, sendo os idosos as principais vítimas de atropelamento.

A característica dos textos obedeceu a uma mesma construção na transmissão da notícia, sendo descrito: nome do idoso, idade, situação do atropelamento, desfecho do atropelamento (internação hospitalar ou óbito) e a culpabilização do idoso, tanto por parte das autoridades de trânsito, como dos motoristas. Os atropelamentos descritos, segundo as reportagens, ocorreram em via pública sinalizada, envolvendo idosos a partir de 65 anos, que estavam desenvolvendo atividades de pagamento, recebimento e compras no centro de Campos, especialmente na situação de pedestres. Também ganharam destaque acidentes

envolvendo carros conduzidos por idosos. De acordo com Minayo (2003), acidentes de trânsito estão dentre as violências que mais matam as pessoas idosas no Brasil.

Citamos a reportagem publicada em 03/10/2003, página 5, intitulada *Morta ao atravessar a rua: aposentada de 76 anos voltava da padaria e foi colhida por um caminhão*. Segundo esta reportagem a idosa vitimada não poderia estar transitando sozinha na rua, devido a sua dificuldade de locomoção – denominada de “portadora de muletas”. Em outra reportagem publicada em 30/06/2004, página 4, intitulada *Aposentado morre atropelado: ele perdeu o controle da Mobilete e acabou batendo num caminhão, é destacado a imprudência do aposentado com relação a ultrapassagem indevida*.

Em 21/12/2004, página 5, intitulada *Morta ao atravessar avenida: atropelamento foi na 28 de Março e idosa tinha descido de ônibus*, a reportagem enfatizou que a idosa demorou muito para realizar a travessia, pois “estava andando muito devagar”. Outra em 04/04/2005, página 3, reportagem intitulada *Aposentado morre em acidente de carro*, descreve a “trajetória final de um aposentado que saiu de casa para comprar remédio para a netinha de 1 ano”. Não foram descritas as circunstâncias do acidente, apenas foi atribuído o caráter de fatalidade à situação. Como em outra reportagem publicada em 23/02/2006, página 4, intitulada *Roda causa morte do idoso: pneu de caminhão soltou e o atingiu na cabeça*. Relata que a roda de um caminhão em movimento se soltou na rodovia atingindo e levando ao óbito um idoso de 65 anos. O texto ressalta a atitude do idoso de escolher a rodovia para prática de caminhada, afirmando “fazia bem em tratar da saúde, por outro lado, ele caminhava em lugar errado”.

De forma geral as demais reportagens seguiram esta mesma estrutura, enfatizando especialmente a diminuição da capacidade motora dos idosos e/ou sua imprudência, mas todas em seus textos atribuem os acidentes envolvendo idosos, como de sua inteira responsabilidade. Em nenhum momento são questionadas as condições de acessibilidade das rodovias, ou a simples falta de uma educação para o trânsito de maneira geral. Assim como a criação de um espaço para a compreensão e a discussão de um dos maiores desafios que hoje enfrenta não só a sociedade brasileira, como também as sociedades dos demais países, devido ao crescente índice de mortalidade por acidentes de trânsito. Poderia ter sido tratado no jornal MC, como uma questão de saúde pública e não somente, responsabilidade individual, envolvendo qualquer grupo etário.

Destacamos que o agravamento da violência no tráfego das vias públicas, mobilizou as Nações Unidas para a formulação e implementação de planos nacionais, regionais e mundiais, decretando o período de 2011 a 2020, como a Década de Ação pela Segurança no Trânsito.

De acordo com WAISELFISZ (2012a), no ano de 2009, aconteceram 1,3 milhões de mortes por acidentes de trânsito em 178 países do mundo. A OMS (2011) estima que devem ocorrer 1,9 milhões de mortes no trânsito em 2020 e 2,4 milhões em 2030. Os acidentes de trânsito representam a 3ª causa de mortes na população mundial, especialmente envolvendo motociclistas. Atualmente, esses acidentes já representam um custo global US\$ 518 bilhões/ano.

No Mundo, segundo Waiselfisz, metade das vítimas de acidentes de trânsito são denominadas categorias vulneráveis: pedestres, ciclistas e motociclistas. No Brasil:

No ano de 2010, exatos 2/3 – 66,6% – das vítimas do trânsito foram pedestres, ciclistas e/ou motociclistas. Mas as tendências nacionais da última década estão marcando uma evolução extremamente diferencial: significativas quedas na mortalidade de pedestres; manutenção das taxas de ocupantes de automóveis; leves incrementos nas mortes de ciclistas e violentos aumentos na letalidade de motociclistas. No país, as motocicletas transformaram-se no ponto focal do crescimento da mortalidade nas vias públicas (WAISELFISZ, 2012b, p.3).

Diante deste breve panorama, salientamos que os acidentes de trânsito constituem um problema importante para a saúde pública em virtude do grande impacto na morbidade e mortalidade. Segundo estimativas da OMS, o Brasil está entre os dez países que concentram mais de 60% dos óbitos por acidentes de trânsito. Assim a condição de envelhecimento não pode ser usada como fator justificador de um problema que está além dos aspectos cronológicos e físicos dos idosos, ou de qualquer outro grupo etário.

Dentro deste contexto destacamos a reportagem publicada em 30/05/2004, página 4, que, apesar de reunir os mesmos elementos citados anteriormente, permite observar a presença de outras violências contra ao idoso – como a negligência profissional e institucional. O texto da reportagem relata o atropelamento de um idoso de 74 anos, em frente ao Hospital Geral de Guarus (HGG), no dia 25 de maio de 2004, sendo publicada no dia 26/05/2004, página 5, reportagem intitulada *Idoso atropelado em frente ao HGG*. Segundo a reportagem, o idoso atravessou em local proibido sendo atingido por um motociclista. A colisão resultou em uma fratura exposta do tornozelo, sendo a reportagem encerrada desta forma.

No dia 30/05/2004, página 6, o referido atropelamento virou mais uma vez notícia, intitulada *Socorro Demorado: atropelado em frente ao Hospital de Guarus aguarda 40 min. por socorro*. De acordo com esta nova reportagem, o idoso ficou esperando socorro médico deitado no asfalto com fratura exposta por um longo período, sendo depois socorrido por uma

ambulância da prefeitura que foi parada por policiais - e encaminhado e hospitalizado no Hospital Ferreira Machado. A reportagem destaca o resumo da nota oficial emitida pelo HGG:

Em nota oficial enviada para a imprensa, o Hospital Geral de Guarus (HGG) informou que o atendimento de socorro emergencial na via pública é de responsabilidade do Corpo de Bombeiros. De acordo com a nota, o pedido de socorro foi providenciado, assim como a presença imediata de segurança ao acidentado para que não houvesse manipulação inadequada. Como o socorro demorou, a emergência do hospital foi acionada, mas a vítima acabou sendo socorrida por uma ambulância da prefeitura. A superintendência do HGG abriu uma sindicância interna sumária para apurar a responsabilidade da equipe de emergência do hospital (MC, 30/05/2004, p. 6).

Destacamos que tais violações contra os direitos dos idosos estão previstas no Estatuto do Idoso, especialmente nos Capítulos IV – Do Direito à Saúde, que lhes garante o atendimento preferencial, além do acesso universal e igualitário por intermédio do SUS; e nos Capítulos II – Dos Crimes em Espécie, que prevê multa e detenção de até quatro anos aquele que expõe a perigo a integridade e a saúde do idoso. No entanto, esta e outras reportagens não mencionam a violação dos direitos dos idosos como um desrespeito ou passível de crime, apenas narram a situação com tom de indignação, fatalidade e especialmente a culpabilização do idoso.

Porém o desfecho da reportagem citada acima, marcada por diversos tipos de violências ocorreu em reportagem publicada no dia 04/06/2006, página 5, intitulada *HGG apura falha em socorro a acidentado*, conforme Figura 2:

Figura 2 – HGG apura falha em socorro a acidentado



Fonte: Adaptado do MC (04/06/2004, p. 5)

O texto informativo relata o resultado prévio da Comissão de Sindicância Interna Sumária aberta pelo HGG para apuração do caso, sendo decidido “enquadrar no crime de omissão de socorro pelo menos três profissionais de nível superior entre médicos e enfermeiros”, sendo também submetidos a sanções de advertência nos respectivos conselhos de classe e afastamento das funções. Destacamos que a reportagem não menciona a opinião do idoso, como as demais analisadas, retratando assim um ser invisível, vitimado por múltiplas violências.

Em conjunto com as demais reportagens, observamos que a representação da imagem do idoso, no que se refere à violência urbana no trânsito, perpassa a violação de diversas políticas, seja na acessibilidade das vias até a prioridade no atendimento. No caso das reportagens analisadas, estas favoreceram a criação de uma imagem de fatalidade e culpabilização das vítimas idosas. Não que estes não tenham suas responsabilidades. Porém as reportagens relataram a violação dos direitos de ir e vir, de acessibilidade, de saúde, apenas como responsabilidade individual.

A respeito da fatalidade, recorremos ao estudo de Lefevre (2007), que trabalha a relação saúde-doença situada como um problema fruto do contexto histórico – relação esta observadas nas reportagens, uma vez que associavam os acidentes nas vias públicas às condições individuais – especialmente dentro da relação saúde-doença. De acordo com o autor a doença é resultado de uma evolução histórica que induziu o homem a viver em ambientes artificiais (casas, apartamentos, cidades, fábricas e outros), contribuindo assim para a naturalização “cultural do adoecer”. Ou seja, a doença é vista como uma fatalidade da vida do homem:

Uma fatalidade propriamente socioantropológica, que advém do ser gregário do homem, ou seja, que acontece dado o fato de que, vivendo junto a seu próximo, o homem desenvolve, "naturalmente", em relação a seu semelhante, raiva, ódio, ciúme, inveja, exclusão, privilégios, etc., condições que geram agressão, violência, assassinatos, injustiça social, miséria, fome e tantas outras manifestações similares. (Idem, p. 8)

Atribuir o caráter de “fatalidade” exime de culpa, de certo modo, o causador do acidente e o Poder Público co-responsável pelos acidentes. Assim uma resposta a esta fatalidade, do modo como foram expressos os acidentes nas reportagens, consistirá necessariamente em algo artificial. Ou seja, mais uma notícia de violência no trânsito, desresponsabilizando o governo, nas diversas esferas, pela falta de manutenção das vias e uma política mais restritiva com os condutores, além da educação e disciplina no trânsito. Quanto

ao aspecto de culpabilização, recorremos ao estudo de Collares (2010), que destaca a transferência de responsabilidade de origem social e política, para a *biologização* dos conflitos sociais, ou seja:

Como elemento final comum recorre-se ao reducionismo biológico, segundo o qual a situação de vida e o destino de indivíduos e grupos poderiam ser explicados por - e reduzidos a - características individuais. Por essa visão de mundo, as circunstâncias sociais, políticas, econômicas, históricas teriam mínima influência sobre a vida das pessoas; daí decorre que o indivíduo seria o maior responsável por seu destino, por sua condição de vida, por sua inserção na sociedade. O sistema sociopolítico é praticamente desresponsabilizado, em uma concepção funcionalista bastante bem-elaborada e eficiente. Eficiente a ponto de terminar pela culpabilização da vítima, segundo RYAN (1976), e de conseguir que a própria vítima se considere culpada! (COLLARES, 2010, p. 8).

Tanto o aspecto da fatalidade, como da culpabilização foram tratados a partir da naturalização de problema social – violência – encobrendo a negligência social e política. Assim, em nenhum momento foi enfatizado o desrespeito às regras de trânsito e a adaptação a estes sujeitos, contribuindo para o reforço da responsabilidade individual – reprivatização da velhice - até mesmo quando se refere à violência urbana. Desta forma as mortes, as lesões e os traumas provocados pelos meios de transporte e pelas quedas, dificilmente podem ser atribuídos apenas a causas acidentais. Pelo contrário, precisam ser incluídos em qualquer política pública que busque superar as violências cometidas contra idosos.

Dentro deste contexto de violência, observamos também que as reportagens que tratavam da violência física utilizavam os termos maus-tratos ou agressão. Segundo Debert (2003), o termo agressão refere-se a qualquer tipo de violência contra o idoso:

Bater, deixar de atender, não parar o ônibus e atitudes desse tipo são agressões na esfera pública. Os maus tratos em clínicas e asilos, uma das formas mais dramáticas de violência contra o idoso, são consideradas agressões na esfera semi-pública. E a violência doméstica, incluindo ameaças e injúrias, são consideradas privadas (Idem, p. 3).

A autora destaca também que o tipo de violência mais denunciado é aquele praticado dentro das residências. De acordo com Minayo (2004), as violências e os maus tratos contra os idosos se referem a abusos físicos, psicológicos e sexuais; a abandono, negligências, abusos financeiros e autonegligências. Como exemplo citamos a reportagem publicada em 18/08/2004 (Figura 3), página 5:

Figura 3 - Aposentado sofre agressão: genro é suspeito de dar tijoladas



Fonte: Adaptado do MC (18/08/2004, p. 6)

Esta, assim como outras reportagens, é um exemplo da violência presente no ambiente doméstico. Descreve a violência sofrida por um idoso de 78 anos por parte de seu ex-genro que “costuma ficar violento quanto bebe”, o atingiu com um tijolo. A agressão resultou em internamento hospitalar, registro na Delegacia e fuga do agressor. De forma geral os textos informativos destacavam principalmente o conflito intergeracional entre os familiares, ocasionados em sua maioria por fatores financeiros, alcoolismo e dependência química por parte do agressor. Corrobora isso uma reportagem publicada em 29/04/2004, página 5, intitulada *Violência contra os idosos*, que reafirma que a “família produz muita violência”. Porém os aspectos familiares e seus respectivos conflitos não foram aprofundados nas reportagens analisadas, sendo a imagem do idoso representada nestas e em outras a partir de uma postura de fragilidade emocional e física.

No entanto, também observamos reportagens que destacaram a iniciativa de alguns idosos contra a violência familiar sofrida por eles, como por exemplo, a reportagem publicada em 17/05/2006, página 7, intitulada *Idosa denuncia as filhas*. Descreve a iniciativa de uma idosa de 92 anos que denunciou a filha por abandono e agressão. No entanto assim, como em outras reportagens, os idosos se sentiram culpados por tal ação:

Quando fui agredida eu vim na delegacia e fiz uma Registro de Ocorrência (BO), mas quando os policiais disseram que iriam prender minha filha pedi para que não fizesse isso. Fiquei com pena. Mas, agora quero que a Justiça faça sua parte. Ontem, estava muito triste e, por isso, resolvi ligar para o

conselho. Na verdade queria apenas uma família, alguém para cuidar de mim (MC, 2006, p. 7).

Em seu estudo Debert (2003), destaca o aumento da procura de ajuda pelas vítimas, segundo a autora “cerca de 85% das denúncias partem dos próprios idosos”. No entanto desta situação de registro das agressões esbarra nos laços afetivos, o idoso reconhece a agressão, os agressores, porém reluta no prosseguimento judicial. Pois poderá resultar na prisão de familiares, especialmente os filhos, caracterizados como os principais agressores, como foi verificado na reportagem citada. Porém esta situação também é percebida em diversos estudos sobre a violência contra o idoso, que demonstram que em cada quatro idosos vítimas de violência, três desistem de processos policiais contra seus agressores.

Estudo feito com base em ocorrências da Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso em Minas Gerais (2010) mostra que 70% dos casos são de violência doméstica – e os principais agressores são filhos, cônjuges ou parentes – as vítimas se arrependem da denúncia e preferem retirar a queixa e, por isso, as agressões físicas e psicológicas não se interrompem. Este estudo demonstrou que a continuidade de processo judicial e criminal pode acarretar uma série de desdobramentos, que o idoso prefere evitar, por insegurança, medo de represália, receio do abandono e o mais grave: vergonha. Segundo o geriatra Paulo Guilherme Santos Chaves, um dos responsáveis pelo estudo, “O idoso reage com lealdade excessiva, sentimento de culpa, como se fosse ele o responsável pelas agressões, consentimento, compreensão exagerada ou infinita complacência”.

Também a este respeito foram noticiados diversos serviços municipais para o enfrentamento da violência ao idoso em Campos dos Goytacazes, como o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal do Idoso (COMDIN). Ganhando destaque a realização do *I Encontro Municipal de Enfrentamento de Violência contra a pessoa idosa*, no ano de 2005, realizado pelo COMDIN. Segundo esta reportagem, publicada em 10/09/2005, página 7, intitulada *Encontro debate respeito ao idoso como prioridade*, o número de denúncias em Campos aumentou consideravelmente, “em 30 dias, foram registradas mais de 30 denúncias de violência contra o idoso pelo telefone”. Já no ano de 2006, segundo reportagem o número de ocorrências feitas no Comdin totalizou 300 ocorrências, sendo a maioria relatando situação de maus-tratos e abandono, conforme publicado em 17/05/2006, página 5, *Denúncia de idosa em DP*.

A violência urbana também esteve presente fora do ambiente familiar, como mostra a reportagem publicada em 01/05/2006, página 5, *Seresta acaba em tragédia*. Relata o

assassinato de uma idosa durante um baile da 3ª idade. Assim também como idosos na prática da violência, conforme reportagem publicada em 21/07/2004, página 5, Figura 4:

Figura 4 – Idoso preso com arma infarta – Ele contrariou Estatuto a ser debatido amanhã



Fonte: Adaptado do MC (21/07/2004, p. 5).

A matéria relata o caso de um idoso de 70 anos que passou mal durante visita a um interno no presídio em Campos dos Goytacazes, sendo verificado em seguida que o mesmo estava portando um revólver. O texto informativo não atribui ao idoso qualquer tipo de violação, ilustra que “esse episódio que aconteceu foi importante para que se pudesse estar atento a problemas futuros com pessoas que não oferecem perigo à sociedade”. Assim o texto informativo enfatiza a revisão do Estatuto do Desarmamento, sendo o idoso considerado uma pessoa incapaz de cometer crimes.

A violência econômica e/ou financeira também foram alvo de inúmeras reportagens no corpus do MC. Assim os textos informativos enfatizaram especialmente a suposta ingenuidade dos idosos, sendo muitos ludibriados por promessas de grande volume de dinheiro de forma rápida e fácil.

A esse respeito, diversas foram as reportagens que ilustraram crimes de estelionato, especialmente um golpe chamado “Conto do Paco”⁷, como pode ser verificado na reportagem publicada em 13/05/2004 (Figura 5), página 5:

⁷De acordo com o Programa Delegacia Legal (2003) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o **Conto do Paco** funciona da seguinte forma: um estelionatário aborda a vítima, simulando o achado de um cheque de alto valor ou de algum objeto precioso, perguntando se tal bem pertence à vítima. A vítima nega a propriedade. Neste momento se aproxima o segundo meliante, apresentando-se como dono do bem. Dizendo-se

Figura 5 - Mais um “Conto do Paco”



Fonte: Adaptado do MC (13/05/2004, p. 5).

A reportagem descreve o golpe aplicado em uma idosa de 69 anos, que entregou sua bolsa e a quantia de R\$ 250,00 reais nas mãos de dois estelionatários, achando que receberia 20 mil reais de recompensa. Em 06/06/2004, página 5, o MC publicou a reportagem *Vítima de golpe idoso tem prejuízo de R\$ 2.340*, vitimando um idoso de 73 anos, que foi abordado na saída de um banco. Também em outra reportagem publicada em 11/11/2004, página, 5, *Falso funcionário é novo golpe em banco*, relata a ação de um estelionatário que se disse funcionário de um estabelecimento bancário que ofereceu ajuda a uma idosa de 63 anos, enquanto estava no caixa eletrônico – resultando no roubo de sua aposentaria.

A aplicação deste e outros golpes, também ocorreram na residência de alguns idosos, como por exemplo, na reportagem publicada em 20/01/2005, página 5, intitulada *Ladrões aplicam golpe do gás em dona de casa*, que relata que uma idosa de 74 anos foi vítima de ladrões que se passaram por funcionários de uma companhia de gás e roubaram cerca de R\$ 1 mil reais. Outra publicada em 26/02/2006, página 4, *Previdência faz alerta sobre estelionatário*. Nesta o estelionatário se passa por funcionário do INSS e consegue sacar a aposentadoria de um idoso de 72 anos.

imensamente agradecido, quer recompensar aqueles que encontraram. Para isso oferece um prêmio em dinheiro. O estelionatário que achou o “bem” sai e volta com um pacote de dinheiro, sendo que no meio do maço há apenas papel comum ou dinheiro fora de circulação. Sem se dar conta do engodo, a vítima, estimulada pelo o que acaba de presenciar, cai no golpe, deixando em garantia sua bolsa com seus pertences. Sai em busca de sua recompensa, dirigindo-se a local indicado pelos estelionatários. Não encontra evidentemente nenhuma recompensa. Nessa modalidade os estelionatários conseguem enganar a vítima fazendo uso de sua própria ganância, descontrolando-a com a visão da grande quantidade de dinheiro, cuja única cédula verdadeira é a primeira do pacote.

As reportagens a este respeito enfatizaram que os idosos tornam-se vítimas preferências devido a sua ingenuidade e por não apresentarem resistência física, motivado pela idade avançada. Este fato foi destacado na reportagem publicada em 29/12/2004, página 5, *Idosos são vítimas de ladrões*. No entanto, nenhuma reportagem destacou a questão da falta de segurança e/ou a políticas públicas sobre as mesmas, mas sim a responsabilização deste idoso, caracterizado como um ser ingênuo e vulnerável, passível de ser enganado.

Quanto ao aspecto da violência contra os idosos, Debert (2003) enfatiza que a mídia cumpre o seu papel social de forma parcial, pois descreve as ações de violência aos idosos de forma expositiva, não abrindo espaço para uma discussão direcionada à violação de direitos:

Infelizmente, o que vemos é que o agente que mais recebe esse tipo de denúncia não é nem a Delegacia Especial de Proteção ao Idoso, nem a Justiça propriamente dita, por meio dos Juizados Especiais Criminais ou Ministério Público, mas sim a mídia. É inegável que ela tem seu papel social, mas é lastimável que ela seja a principal referência na busca do idoso pela informação, pois ali, naquele espaço, seja na novela ou nos programas de auditório, existe a crítica, mas não a explicação detalhada dos direitos (Idem, 2003, p. 3).

De acordo com Minayo (2003), num universo de 15 milhões de idosos hoje no Brasil, 500 mil estão em instituições de longa permanência; e 14,5 milhões vivem em residências com suas famílias, que não estão preparadas para lidar com estes idosos, seja no aspecto financeiro seja no emocional. Este fator é o grande deflagrador de violência econômica, psicológica e de negligência por parte de familiares.

Considerando as reportagens analisadas e as colocações feita por Debert e Minayo, salientamos que qualquer política do idoso deve ter atenção especial voltada para a família. Não somente no sentido leal de obrigatoriedade no trato deste idoso, mas levando em consideração as diversas conjunturas nas quais as famílias estão inseridas. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos, evitando assim a construção de uma representação social do idoso pautada na vulnerabilidade, inocência e fragilidade, tão presente nas reportagens do MC.

A idéia freqüentemente transmitida pela mídia e reproduzida pelo senso comum de que a violência contra idosos está aumentando não encontra respaldo científico, pois há poucos dados consolidados de forma sistemática que permitam fazer séries históricas e produzir comparações, de acordo com Minayo (2004). No entanto, as tentativas de sistematização, realizadas nos últimos anos, permitem apenas apontar algumas tendências, assim mesmo nos casos de morte, das lesões e dos traumas que exigiram internações.

No subgrupo de *Saúde*, percebemos que todas as matérias estabeleceram uma relação inseparável entre envelhecimento e doença. Os textos jornalísticos enfatizaram a fase da velhice a partir das perdas funcionais, especialmente retratando a diminuição da capacidade motora e psíquica do idoso. A relação da decadência do corpo como imagem representativa do idoso, está presente no texto jornalístico. A esse respeito, tanto Moscovici (1978) quanto Jodelet (1986) enfatizam que a perspectiva das representações sociais, a partir do corpo, assumem um papel de destaque na forma de ver, viver e perceber o corpo, propagando modelos de comportamentos. Nesse sentido, Jodelet (1994) afirma que a imagem externa do corpo aparece como um mediador do lugar social onde o indivíduo está inserido.

Assim a representação da imagem do idoso a partir do corpo foi caracterizada nos textos informativos a partir da idade cronológica, associada à doença. Para Veras (2003), os idosos são usuários dos serviços de saúde em taxa mais alta em função da prevalência de doenças crônicas, maior tempo de internação hospitalar, recuperação mais lenta, frequência de reinternações, invalidez; somado a isso temos a baixa resolutividade dos serviços. Ainda segundo o autor a maioria das doenças crônicas que acometem o indivíduo idoso tem, na própria idade, seu principal fator de risco. Envelhecer sem nenhuma doença crônica é mais exceção do que regra. No entanto, a presença de uma doença crônica não significa que o idoso não possa gerir sua própria vida e encaminhar o seu dia-a-dia de forma totalmente independente.

Em relação às mudanças do corpo causadas pela temporalidade biológica, as reportagens enfatizaram o envelhecimento como etapa final, especialmente com relação à autonomia do sujeito, estando o seu corpo agora, sujeito as ações familiares e/ou institucionais. Segundo Debert (1999) todo organismo multi-celular possui um tempo limitado de vida e sofre mudanças fisiológicas com o passar do tempo.

A fase do envelhecimento é causada por alterações moleculares e celulares, que resultam em perdas funcionais progressivas dos órgãos e do organismo como um todo. Esse declínio se torna perceptível ao final da fase reprodutiva, muito embora as perdas funcionais do organismo comecem a ocorrer muito antes. No entanto, todo o processo de desenvolvimento humano, especialmente a fase do envelhecimento, foi caracterizado a partir do corpus do MC como uma fase de fim, de perda total, isso demonstrando que envelhecer é algo triste, penoso e principalmente limitante com relação a capacidade funcional.

Assim a representação da imagem do idoso com relação a sua saúde no MC foi percebida como resultante de doença e conseqüentemente de perdas de papel social. De forma

relevante as reportagens destacaram doenças como Alzheimer e depressão, como típicas do processo de envelhecimento, sendo algumas delas, conforme Figura 6:

Figura 6 – Alzheimer é tema de palestra no CD



Fonte: Adaptado do MC (06/04/2004, p. 6).

A Figura 6, publicada em 06/04/2004, intitulada *Alzheimer é tema de palestra no CD* destaca em seu texto a “perda da capacidade de interação” com o mundo exterior, tornando o idoso um ser vulnerável e totalmente dependente de cuidados médicos, devido ao Alzheimer⁸. Assim o Alzheimer é divulgado como principal doença degenerativa presente na velhice, sendo responsável pela quebra de todo e qualquer tipo de vínculo familiar e social deste idoso.

Segundo a reportagem “O presente do aposentado Ananias da Fonseca praticamente não existe mais”, pois a sua mente não lhe permite estar conectado com a realidade, devido ao Alzheimer. Desta forma a representação social da imagem dos idosos portadores desta doença pode ser construída a partir de uma representação pautada na ausência de papel social, uma vez que doença não permite a interação, conforme foi exaustivamente reforçado neste e nos demais textos jornalísticos.

Complementando esta perspectiva de corpo relacionada à doença, diversas reportagens analisadas destacaram com veemência o trabalho de instituições especializadas no trato deste

⁸A doença de Alzheimer (Alois Alzheimer, neurologista alemão que primeiro descreveu essa patologia) provoca progressiva e inexorável deterioração das funções cerebrais, como perda de memória, da linguagem, da razão e da habilidade de cuidar de si próprio. Cerca de 10% das pessoas com mais de 65 anos e 25% com mais de 85 anos podem apresentar algum sintoma dessa enfermidade e são inúmeros os casos que evoluem para demência. Feito o diagnóstico, o tempo médio de sobrevivência varia de 8 a 10 anos. Não se conhece a causa específica da doença de Alzheimer. Parece haver certa predisposição genética para seu aparecimento. Nesses casos, ela pode desenvolver-se precocemente, por volta dos 50 anos (ABRAZ, 2011).

idoso, atribuindo a família um caráter secundário. A esse respeito foram divulgados serviços municipais para tratar tanto do Alzheimer, como da depressão, assim como de outras doenças caracterizadas como típicas de idades avançadas. Como exemplo citamos a reportagem publicada em 27/05/2004 (Figura 7):

Figura 7 – Contra a depressão na 3ª Idade



Fonte: Adaptado do MC (27/05/2004, p. 5)

A reportagem intitulada “*Contra a depressão na 3ª idade*”, destaca em seu texto informativo que a depressão é um dos principais problemas enfrentados pelos idosos, ocasionado pela aposentadoria e pela saída dos filhos do lar – chamado “ninho vazio”. Assim tais fatores, segundo esta e outras reportagens, são fatores determinantes para a queda da auto-estima e conseqüentemente do isolamento dos idosos.

Também dentro desta relação corpo x doença, foram divulgadas matérias enfatizando a realização de cursos profissionalizantes para formação de cuidadores para atender idosos enfermos, como veremos na reportagem publicada 14/10/2004, página 4, conforme Figura 8:

Figura 8 – Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher) oferece curso de cuidadores de idosos



Fonte: Adaptado do MC (14/10/2004, p. 4).

Segundo o texto informativo desta reportagem, intitulado *Cedim oferece cursos de cuidadores de idoso*, os idosos são representados como seres que necessitam de atendimento especializado e amoroso, devido o seu estado de dependência física e emocional. O caráter afetivo foi bastante reforçado neste texto, sendo este curso voltado para pessoas que “amem os velhinhos”. Em outra reportagem publicada em 18/05/2006, intitulada *UFF ainda inscreve para seu curso de cuidadores de idosos*, aspectos como aperfeiçoamento de uma assistência técnica especializada ao atendimento dos idosos é destacada no texto, como base prioritária para uma melhor qualidade de vida. Assim os cursos de cuidadores de idosos ocuparam lugar de destaque nas reportagens que retratavam as doenças crônicas e degenerativas típicas do processo de envelhecimento. Ora pautados em uma linguagem relacionada a solidariedade, ora como uma ação técnica especializada no trato do idoso.

Outro aspecto presente nas notícias foi à divulgação das campanhas de vacinação contra o vírus da gripe. Os textos destacavam a aparente vulnerabilidade dos idosos, sendo estes citados como grupo de risco, assim como as crianças. Como vemos adiante na reportagem publicada em 13/04/2005 (Figura 9):

Figura 9 – Calendário de vacinação para crianças e idosos



Fonte: Adaptado do MC (13/04/2005, p. 5).

Esta reportagem enfatizou no seu texto informativo, a ação do poder público no papel de proteção tanto dos idosos, como das crianças, sendo estes denominados como “iminentes grupos de risco”, sujeitos “a vulnerabilidade ocasionada pela idade”. Já em outras reportagens, a vacinação, assim como a gripe, foram destacadas como doenças e vacinas exclusivas do público idoso. Como exemplo citamos matéria publicada em 25/04/2006, página 8 (Figura 10):

Figura 10 – Começa a vacinação contra gripe dos idosos



Fonte: Adaptado do MC (25/04/2006, p. 8).

Destacamos que a vacinação não é produto exclusivo do segmento idoso, mas como verificamos nesta e em outras reportagens a criação de uma representação social da imagem do idoso relacionada ao aspecto do adoecer. Os textos informativos se referiram a vacinação, como um produto exclusivo de uma gripe típica do idoso, confirmando assim a relação do corpo e doença, a partir do aspecto cronológico, conforme mencionamos em Moscovici e Debert. Reforçando uma representação da imagem do idoso a partir da enfermidade e consequentemente da vulnerabilidade.

Lembramos que a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe iniciou-se em 1999 no calendário do SUS, tendo como público alvo os idosos e indígenas, sendo estendida a partir de 2011 a crianças, gestantes e profissionais de saúde. Inicialmente esta “vacina contava com uma resistência e os próprios idosos diziam que o governo queria matar os todos que tomassem a vacina” (MC,25/04/2006:7). Diante das notícias analisadas percebemos que o mito criado em torno desta vacina, especialmente com relação ao seu público alvo inicial (o idoso), continua sendo divulgado pela imprensa.

Outro aspecto interessante nos textos informativos presentes no MC sobre a vacina é que estes não destacam a opinião dos idosos, apenas retratam a ação como uma verdadeira “Guerra contra a gripe”. Sendo o idoso o principal responsável pela manutenção da sua qualidade de vida através da vacina; e o poder público, nas suas diversas esferas o provedor desta saúde. Conforme reportagem publicada em 10/05/2006 (Figura 11), página 13:

Figura 11 – Começa guerra contra gripe



Fonte: Adaptado do MC (10/05/2006, p. 13).

Considerando os textos analisados, destacamos que o aumento da população revela inúmeras conseqüências e desafios, dentre estes a incorporação de 650 mil idosos a cada ano nos quadros de doenças crônicas e degenerativas. A questão da saúde torna-se objeto de atenção e estratégias políticas que visam ao crescimento populacional, não somente do idoso, como também da população em geral. Segundo o IBGE (2010), em menos de 40 anos, o Brasil passou de um quadro típico de mortalidade própria de uma população jovem para um quadro de doenças onerosas e típicas de populações idosas, ocasionando acompanhamento constante e contínuo. Desta forma as doenças “próprias” do envelhecimento passaram a ganhar maior expressão na sociedade, especialmente na mídia.

Segundo Debert (1999) a idade traz vulnerabilidades, perdas de papéis sociais com a retirada da atividade econômica, aparecimento de novos papéis (ser avós), agravamento de doenças crônicas e degenerativas, perdas de parentes e amigos entre outras. Além disso, o envelhecimento populacional e condições de vida da população idosa devem ser reconhecidos como processos inter-relacionados, conforme conclui a autora citada. Assim não estamos ignorando este fato real, apenas a forma como foi expostos nas edições do MC, representando uma imagem ligada à decadência física.

Confirmando a relação corpo X doenças, diversas reportagens, reforçaram também a relação idoso X medicamentos. Assim foi publicado em 01/04/2004, página 12, notícia (Figura 12):

Figura 12 – Cerca de 400 atendimentos por dia na Farmácia Popular



Fonte: Adaptado do MC (01/04/2004, p. 12).

A Farmácia Popular é um programa municipal criado em 2004⁹, com base no Programa Farmácia Popular do Brasil, cujo objetivo é a venda de medicamentos a partir de “R\$ 1,00”, conforme ressaltado nas reportagens. Nos diversos textos informativos enfatizou-se a vulnerabilidade financeira do idoso aposentado e conseqüentemente o seu estado propício as diversas enfermidades. Sendo este agora beneficiado por tal ação, conforme matéria publicada em 04/08/2005, intitulada *Farmácia Popular já vendeu 118 mil itens*. Destacou-se o pequeno poder aquisitivo dos idosos assalariados na compra de medicamento, associado a sua vulnerabilidade quanto à saúde, devido a idade.

Observamos que os textos informativos reforçam a imagem do envelhecimento associado à doença, especialmente o aspecto da fragilidade. Assim concluímos que os textos não trabalham a definição de doença conforme a OMS, que define a saúde como sendo o estado de completo bem-estar físico, mental e social. Ou seja, o conceito de saúde transcende à ausência de doenças e afecções. Sendo assim um aspecto que deve ser revisto no texto jornalístico, pois reforça a cristalização de uma representação social da imagem do idoso associada à doença.

No subgrupo a *Aspectos Demográfico sobre o envelhecimento* as matérias destacaram especialmente a mudança na pirâmide etária brasileira. Sendo as notícias respaldadas por projeções e dados divulgados pelo IBGE. As reportagens publicadas nos anos de 2003, 2004, aparecem em tom de alerta sobre o crescimento do contingente idoso no país, porém não expõem seus reflexos e conseqüências para a sociedade. No período analisado em 2005 e 2006, as reportagens além das transformações demográficas estabelecem um paralelo com os possíveis desafios e conseqüências. De acordo com Debert (1999) este aspecto caracteriza a “crônica da crise anunciada”, que percebe o futuro como trágico quanto ao crescimento da população acima de 60 anos:

O futuro tem um lado sombrio em que é obrigatória a apresentação das projeções sobre o crescimento demográfico da população idosa e os custos financeiros que ela trará para o Estado e a sociedade como um todo: a “crônica da crise anunciada” tem data marcada – geralmente 2025 é anunciado como o ano da catástrofe, caso não ocorra os aumentos dos impostos e a diminuição dos valores da aposentadoria e da idade dos

⁹ O Programa Farmácia Popular do município de Campos dos Goytacazes possui parceria com o Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo Federal em 2004. O objetivo do programa é, segundo o Ministério da Saúde, ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, oferecendo tais medicamentos à preços reduzidos. Os medicamentos são adquiridos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em laboratórios farmacêuticos públicos (como a Fundação para o Remédio Popular (FURP)) ou do setor privado. A Fiocruz disponibiliza os medicamentos às Farmácias Populares sem custo algum, onde são vendidos em farmácias próprias, ou ainda em farmácias da iniciativa privada, onde o comprador informa o CPF para o DATASUS no ato da compra.

aposentados. Esse lado sombrio é, entretanto, contrastado pelo otimismo dos especialistas que são, então, chamados a discorrer sobre como será o futuro dos velhos, próximos ou distante, com os avanços da ciência e da tecnologia (Idem, 1999, p. 222).

Assim, no dia 12/10/2003, na seção Monitorando, foi publicado matéria intitulada *Envelhecendo*, que trouxe no seu texto a crônica da crise anunciada. Segundo os dados, o percentual de idoso no período de dez anos (1992-2002) subiu de 7,9% para 9,3%, enquanto a taxa de crianças nascida caiu. Já no dia 02/12/2003, foi publicado na matéria *Vida longa* o aumento da expectativa de vida no Brasil, atingindo uma marca histórica, passando o idoso a viver a estimativa de 70 anos. Dentro deste segmento, diversas reportagens também destacaram algumas características do perfil do envelhecimento no Brasil, como a feminilização e aumento da violência sofrida por este segmento (Figura 13):

Figura 13 – Aumentam excedentes de mulheres e idosos



Fonte: Adaptado do MC (26/09/2004, p. 5).

A reportagem *Aumento excedente de mulheres e idosos*, publicada em 26/09/2004, página 5, destacou em seu texto informativo a relação gênero e envelhecimento, atribuindo a mulher uma maior longevidade com relação ao homem, amparado em dados da PNAD (2010). Mais uma vez a relação saúde foi tratada como ausência de doenças, sendo a mulher a principal responsável pela sua longevidade, por acessar de forma mais regular e efetiva os serviços de saúde. Complementando estes dados, no dia 28/04/2004, página 3, foi publicada a reportagem intitulada *Idosos já são 9% da população*, enfatizando além dos dados

demográficos, a partir da crônica anunciada, conforme citado por Debert, o aumento da violência contra os idosos. Sendo enfatizada a vulnerabilidade física do idoso, tornando-o “vítima preferencial dos bandidos”, conforme publicado na Figura 14:

Figura 14 – Idosos já são 9% da população



Fonte: Adaptado do MC (28/09/2004, p. 3).

No período de 2006 que analisamos, as reportagens sobre o crescimento demográfico, além de trazerem as projeções divulgadas pelas Instituições de pesquisa, como IBGE e Fundação Getúlio Vargas (FGV), também enfatizam as conseqüências e desafios do aumento populacional para a sociedade. Além de descreverem diversas dicas para “viver a velhice bem”. Esta estrutura está presente nos textos informativos da mídia, conforme Debert (1999), “é práxis as matérias trazerem um Box enumerando medidas concretas para a manutenção da boa forma, tais como cuidados alimentares e exercícios físicos” (Idem, p. 222). Sendo assim a estrutura do corpus do MC esteve em consonância com pesquisas realizadas no âmbito nacional com respeito ao idoso na mídia.

Citamos a reportagem publicada no dia 12/03/2006, página 4 (Figura 15), que informa o aumento acelerado da população de idoso e os aspectos positivos da expectativa de vida, a partir da “mudança de hábitos dos idosos”, página seguinte:

Figura 15 – Brasil será o 6º em idosos: projeções que indicam envelhecimento populacional geram desafios



Fonte: Adaptado do MC (12/03/2006, p. 4).

A construção deste texto jornalístico, assim como outros dentro deste aspecto, enfatizou inicialmente os estereótipos negativos associada à velhice. No entanto relaciona a mudança destes estereótipos às posturas individuais de “integração e cooperação”. Vejamos o trecho deste texto:

Estima-se que na segunda década do próximo milênio o Brasil tenha mais de 31 milhões de cidadãos com idade superior a 60 anos. Se essa estimativa realmente for alcançada, o país será o sexto maior em população de idosos do mundo. *O porquê da expectativa positiva?* A cada ano as pessoas que chegam à Terceira Idade estão mais conscientes da importância de investir em qualidade de vida. *O cotidiano monótono e ocioso de se estar em uma cadeira de balanço, tricotando ou assistindo à televisão, vividos há alguns anos, deu lugar a uma nova vida, que proporciona melhor condicionamento físico e psicológico.*

Além de integração, socialização e cooperativismo, os Grupos de Terceira Idade atuam na mudança de hábitos dos idosos de grupos de teatro e até, quem dirá, malhas são práticas comuns entre milhares de “jovens sênios” em Campos.

Toda essa descontração traz inúmeros benefícios, mas os médicos alertam para a necessidade de haver um acompanhamento de especialistas, para que a atividade que deveria trazer resultados positivos, não traga transtornos futuros.

De acordo com o cardiologista Elias Yunes, a receita para se ter um trabalho de sucesso é simples: adequar o exercício para a realidade de cada aluno. “Estabelecer o tipo de exercício e a carga que cada paciente pode suportar é fundamental para que ele desempenhe as atividades de forma correta e tenha benefícios. O acompanhamento médico é indispensável”, aconselhou.

Exercícios - Ele destaca que qualquer atividade musculação na carga certa é indicada sim”, desmistifica o cardiologista.

Além do físico, o emocional do idoso também é beneficiado pelos contribui para a auto-estima. Tudo vira festa”, brincou Yunes.

As mudanças apontadas pelo médico foram confirmadas pela aposentada Maria...

Quantos a desafios eminentes, especialmente para os idosos, as reportagens destacam especialmente aspectos relacionados à saúde. Na reportagem publicada dia 30/04/2006, página 3, intitulada *Terceira idade com saúde: o índice de qualidade de vida dos idosos cresceu nos últimos anos*, informa que os “idosos brasileiros estão vivendo mais e melhor”, especialmente por que adotaram comportamento de prevenção, como a inserção em grupos de terceira idade.

Neste aspecto as reportagens referentes ao crescimento demográfico associam a longevidade à ausência de doenças, sendo este alcance proporcionado por posturas “positivas frente a velhice”. Mais uma vez, mencionamos o aspecto da *reprivatização da velhice*,

conforme Debert, em que a imagem do idoso saudável é construída a partir de sua postura pessoal frente ao não adoecer. Ou seja, as reportagens reforçaram que é possível viver mais, porém depende exclusivamente de escolhas pessoais.

No subgrupo *Moradia* apenas uma reportagem destacou o idoso como figura central. A reportagem foi publicada em 25/04/2005 (Figura 16), página 3:



Fonte: Adaptado do MC (25/04/2005, p. 3).

O texto informativo desta reportagem destaca, de forma melancólica e trágica, a história de vida de uma aposentada de 90 anos, que após uma “vida de espera e sofrimento receberá sua casa própria, depois de 30 anos”. Também enaltece a iniciativa do poder público em dar prioridade na entrega do imóvel à idosa. Porém ressaltamos que o Estatuto enfatiza tal prioridade, destacando em seu Artigo 38: “*Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade, na aquisição de imóvel para moradia própria*”. Assim no texto, o que era direito foi transformado em favor e caridade por parte do poder público, atribuindo as pessoas acima de sessenta anos uma representação de sua imagem associada a sujeito desprovido de qualquer condição para aquisição de um imóvel, sendo então contemplado pela iniciativa pública, demonstrando uma clara manipulação política.

3.2.2 As Interfases da Aposentadoria

Este grupo temático foi composto por reportagens referentes a alguns aspectos do processo de aposentadoria, totalizando 54 reportagens. Sendo enfatizado especialmente no corpus do MC o valor monetário deste benefício, com 23 reportagens, e o atendimento previdenciário, com 21 notícias. Assim a análise deste grupo foi dividida a partir dos valores previdenciários e dos serviços direcionados aos beneficiários, sendo peças de destaque na caracterização da aposentadoria no MC.

A aposentadoria de acordo com Rodrigues (2005) é um dos aspectos mais associados ao envelhecimento, por estar relacionado ao afastamento das atividades laborativas. Fator este associado ao valor dado ao trabalho em nossa sociedade, relacionado a produção de capital e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico e social. Assim a aposentadoria é representada a partir da improdutividade, levando a construção e fortalecimento de estereótipos negativos da imagem do idoso. Sendo este aspecto presente nas notícias do MC, principalmente quanto ao valor monetário e o atendimento nos serviços direcionados aos idosos aposentados.

No Brasil existem 21 milhões de idosos, o que representa 11,3% da população. Destes, segundo o Relatório Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2010), 43,2% vivem com uma renda domiciliar per capita de até um salário mínimo. Aqueles que tinham renda domiciliar per capita entre um e dois salários mínimos eram 29% e, os que passavam de dois salários mínimos, 22,9%. Assim estes são os atores das reportagens analisadas.

A este respeito Debert (1999), cita um artigo de Lars Tornstam (1992), sobre os paradigmas da teoria gerontológica que opõe duas formas de conceber a problemática da aposentadoria: a “perspectiva da miséria”; e a perspectiva do idoso como “fonte de recursos”. Na primeira os idosos são vistos como “peso social”, relegados a uma existência sem significados, a um papel menor tanto no interior da família como na sociedade; prevalecem o abandono e a solidão. Já segunda perspectiva, reforça um envelhecimento ativo e produtivo, reafirmando novas formas sociabilidade deste idoso, redefinindo papéis sociais e familiares. Desta forma, os textos jornalísticos analisados pontuaram de forma marcante estas duas perspectivas.

No subgrupo *valor monetário* do benefício previdenciário a ênfase dos textos informativos se fez a partir da associação velhice x improdutividade, reforçando “a perspectiva da miséria”. A esse respeito Debert (1999) aponta que a universalização da aposentadoria é resultado da legitimação de um direito social. Porém o avanço da idade em

nossa sociedade é demarcado como um processo de contínuo de perdas e dependência, dando aos idosos um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, fato este verificado nas reportagens do MC. Assim, o direito à aposentadoria trouxe a legitimação oficial do viver sem trabalhar; porém passou a ser mais um marcador da condição de defasagem dos benefícios previdenciários. Tema este fortemente mencionado pelo MC.

Destacamos que a defasagem dos benefícios previdenciários tem sua marca a partir da desvinculação do aumento dos benefícios pagos pela previdência e o salário mínimo, durante o governo Collor no início da década de 1990. Geralmente os governos reajustam os benefícios acima de um salário mínimo apenas com a inflação, porém o salário mínimo tem um aumento maior. De acordo com o Ministério da Economia, a partir 2007, o salário mínimo passou a ser reajustado conforme a inflação no ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e um adicional representado pelo crescimento do PIB de dois anos antes. Com isso o salário mínimo tem um aumento maior que os dos benefícios, por exemplo, caso a inflação fique em torno de 5%, esse será o aumento dos aposentados e pensionistas, já o salário mínimo pode ter um aumento maior, como por exemplo 12% (Brasil,2010).

Comparando o valor do benefício pago pela previdência com o salário mínimo há uma defasagem. Com o tempo, quem começou ganhando 3 salários mínimos, por exemplo, tem o valor reduzido (comparando com o mínimo), podendo chegar até a apenas um salário. Assim qualquer reajuste que não acompanhe o salário mínimo poderá sofrer defasagem, como as aposentadorias. As perdas, acumuladas através dos anos, são flagrantes. Como exemplo citamos a reportagem publicada em 03/05/2005, página 5 (Figura 17):

Figura 17 – Aumento do mínimo cria expectativa para aposentados: reajuste de R\$ 40,00 decepciona



Fonte: Adaptado do MC (03/05/2005, p. 5).

A reportagem traz em seu texto informativo, assim como as demais analisadas, que o valor do reajuste não proporcionará nenhuma alteração na condição econômica dos idosos aposentados, “é bom saber que vamos receber mais no mês que vem, mesmo achando que não vai mudar muito”. Assim as perdas decorrentes da defasagem das aposentadorias, reforçaram a uma representação social da imagem dos idosos a partir da “perspectiva da miséria”.

De forma ínfima as reportagens atribuem ao idoso um caráter político e contribuindo para sensibilizar a sociedade e o Estado sobre as problemáticas que envolvem o envelhecimento, mas alimentam estereótipos da velhice como período de decadência. Assim a baixa renda e baixo status caracterizam o destino dos idosos. Dentro desta lógica, ganharam destaque diversas reportagens referentes à revisão dos valores dos benefícios concedidos a aposentados e pensionistas.

Como exemplo, a reportagem publicada em 17/04/2004, página 6, intitulada *Correção para aposentados*; e outra, publicada em 18/08/2005, página 6, intitulada *Aposentados podem pedir revisão de seus benefícios*. Estas e outras reportagens destacam a defasagem do valor dos benefícios e os acordos realizados pelo Ministério da Previdência para atualizá-los, enfatizando especialmente a demora no cumprimento destes acordos, sendo muitas vezes parcelados durante anos:

Para quem (o idoso) não tem ação na Justiça e optar pelo parcelamento, o dinheiro vai ser pago em até oito anos. Quem desistir do processo e fizer acordo com o Governo vai receber o dinheiro em até 6 anos. O salário deve ser atualizado em até 60 dias a partir da assinatura do termo de adesão. Mas os atrasados só começam a ser pagos, mensalmente, a partir de janeiro de 2005. Os aposentados e pensionistas que continuarem com a ação na Justiça vão receber a diferença da URV de uma única vez. O prazo varia de um ano e meio, nos Juizados de Pequenas Causas, a cinco anos, em média, na Justiça comum (MC,17/04/2004, p. 6).

A Constituição Federal, no seu artigo 201, determina que as aposentadorias e pensões não podem, no correr do tempo, perder seu poder aquisitivo. Porém a defasagem das aposentadorias é um traço presente na caracterização da situação dos idosos. Esta relação, aposentadoria x defasagem dos benefícios, reforça a representação social da imagem do idoso associada a perdas, agora não somente físicas, mas especialmente econômicas. Ainda assim, a aposentadoria não retira a feição negativa da experiência da velhice, pois “simboliza a perda de um papel social fundamental – o de indivíduo produtivo – passando a ser sintoma social de envelhecimento” (PEIXOTO, 2000, p. 81).

Por outro lado, os benefícios previdenciários, trouxeram também melhora nas condições econômicas da população idosa, que antes era um dos estratos mais pobres da sociedade, conforme foram enfatizadas em algumas reportagens. Segundo Camarano (2004) a renda do idoso depende, principalmente, dos benefícios previdenciários, cuja contribuição tem aumentado no tempo para ambos os sexos. Porém o valor do benefício não sofreu grandes mudanças desde a sua criação. Por outro lado, a importância da renda de aposentadoria cresceu no tempo. O autor destaca em seu estudo que a importância da renda proveniente da aposentadoria cresce com a idade. Para a população masculina, as aposentadorias contribuíram com aproximadamente 46% da renda dos que tinham de 60 a 64 anos e 82% dos rendimentos da população maior de 80 anos. O peso relativo da renda das aposentadorias é menor entre as mulheres do que entre os homens. Mas, se adicionar as pensões que são também muito importantes na renda delas, os dois tipos de benefícios foram responsáveis por 89% da renda das mulheres de 60 a 64 anos e 98% das que tinha mais de 80 anos (CAMARANO; GHAOURI,2004).

Diante desta realidade citamos a reportagem publicada em 21/04/2004, página 4, intitulada *Renda da Previdência sustenta municípios*. Relata que em alguns municípios brasileiros o valor dos benefícios repassados pela Previdência Social, supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁰:

O estudo mostra, também que dos 100 municípios brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 92 os benefícios superam o Fundo de Participação dos Municípios. “Então, quanto mais pagamentos de benefícios no município, melhora o IDH”, afirmou (Álvaro Sólón de França). Para se ter uma idéia do impacto dos benefícios previdenciários em economias regionais, basta pegar o estado do Piauí. O estudo de 2003, feito por Álvaro Sólón de França, mostra que 17,75% da renda do estado vêm de aposentadorias e pensões. “Isso significa que cada R\$ 10 reais que circulam na economia do Piauí, temos quase R\$ 2,00 referentes a benefícios previdenciários, ressalta o técnico (MC, 21/04/2004, p. 4).

Outra reportagem publicada em 26/12/2004 (Figura 18), página 4, relata que o “idoso contribui com 54% do orçamento doméstico”:

¹⁰Esta reportagem foi baseada em um estudo desenvolvido por Álvaro Sólón de França, **Previdência Social e Economia dos Municípios**, 2004. Disponível em: <<http://previdencia.gov.br/arquivos>>. Acesso em 12/12/2011.

Figura 18 – Idosos na vanguarda: terceira idade fortalecida pode se tornar uma classe economicamente ativa



Fonte: Adaptado do MC (26/12/2004, p. 4).

Interessante que esta e em outras reportagens referem-se à importante contribuição que os idosos aportam à renda familiar. Enfatizando que o envelhecimento populacional experimentado pela população brasileira tem afetado de forma significativa a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA), como demonstrados nas edições do MC. Porém percebemos que o discurso dos textos informativos do MC enfatizaram o uso destas aposentadorias, atribuindo mais uma vez a “reprivatização da velhice” (Debert,1999) ou responsabilidade individual, independente se o valor atende ou não às necessidades de sobrevivência:

Alimentação, farmácia, planos de saúde, contas e viagens, como as que fez para Argentina, Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG) fazem parte das despesas do aposentado, que ainda consegue ajudar muitas pessoas. “Ajudo muita gente”, diz, ressaltando que os gastos chegam a R\$ 500 por mês. O segredo, segundo ele, é não gastar além do que ganha. “No dia primeiro, eu já sei o que eu vou gastar até o dia 30” (MC, 26/12/2004, p. 4)

Estas e outras reportagens caracterizam a segunda perspectiva que Tornstam (1992), denominou o idoso como “fonte de recursos”. Os textos jornalísticos do MC retrataram o idoso como ser ativo, que busca novas formas de sociabilidade, de lazer e principalmente inserido economicamente, como podemos verificar:

O novo perfil do idoso que inclui turismo e lazer tem movimentado vários setores da economia e garantido uma vida mais saudável para a melhor idade. No Clube da 3ª Idade, em Campos, mais de 20 mil idosos estão cadastrados, representando grande parte da população. Lá, eles desenvolvem atividades que incluem esporte, lazer e turismo. Além de hidroginástica, vários grupos se reúnem para bailes, viagens e atendimento médico (MC, 26/12/2004, p. 4).

Sempre que pode a aposentada e pensionista Alaíde da Silva Barreto, 75 anos, vai ao salão do Clube da 3ª Idade, mas nunca abre mão da vaidade. Apaixonada por baton e salto alto, ela afirma que não é uma consumidora em potencial. Viúva, mãe de sete filhos, avó de 13 e bisavó de um, ela diz que não pensa em se casar novamente e que gosta de estar arrumada para se satisfazer (MC, 12/02/2005, p. 5)

Me sinto jovem, gostosa. Diz a pensionista com o carisma que marca sua personalidade e que, em 2005, chega a 3ª idade com o sonho de fazer plástica ou aplicar botox na região dos olhos e tirar as marcas de expressão (MC, 04/12/2004, p. 6).

Outro aspecto que confirma a perspectiva do idoso como “fonte de recurso” foi encontrado nas reportagens que destacavam a criação de novas linhas de créditos para estes. Segundo as reportagens os idosos são vistos como “bons pagadores”. Conforme verificamos em algumas reportagens, como por exemplo, a publicada em 23/10/2003, página 4, intitulada *Aposentados já tem acesso a empréstimo*. Outra publicada em 23/04/2004, página 4, intitulada *Linha de crédito para aposentados: Lula anuncia empréstimo para inativos*. E outra publicada em 03/06/2004, página 3, *Caixa já emprestou R\$ 50 milhões para os inativos*. Destacam-se nos textos analisados, os idosos com razoável poder de giro monetário, especialmente na forma de empréstimo por ser tratar de uma transação realizada com desconto direto nas folhas de pagamento, anulando a inadimplência. A justificativa para ampliação destas linhas de créditos é baseada no “aquecimento da economia”, sendo o “idoso um grande consumidor”, conforme ilustrado nas reportagens.

Dentro deste contexto as reportagens analisadas contrapõem a “perspectiva da miséria”, ressaltando que a situação dos idosos não é tão trágica como aquela apresentada nas reportagens sobre aposentadoria, embora saibamos que há inúmeras ressalvas a este respeito¹¹. Criando desta forma uma representação da imagem do idoso associada a um novo papel social, caracterizado pela integração a partir das atividades de lazer, esporte e estética. No entanto, criam um novo estereótipo para os idosos reproduzido a partir de “um novo ideal de produtividade que emerge de um conjunto de receitas que ensinam, aos que não querem se sentir velhos, a maneira que ensinam dirigir a vida e participar de atividades preventivas” (DEBERT,1999, p. 206). Desta forma aqueles que não se adéquam e este novo padrão de envelhecimento são rotulados “como seres problemáticos, aqueles que necessitam de motivação” (*Idem*,p.206). Deste modo a perspectiva do idoso como “fonte de recurso” esconde a “perspectiva da miséria”, proposta por Tornstam.

¹¹Para análise citados: Camarano (2004); Barros (2007); Hoffmann (2009).

No subgrupo *serviços e atendimento previdenciário* foram noticiadas especialmente a política de acesso aos benefícios do Instituto Nacional Previdência (INSS). Aspectos como burocracia e demora no atendimento foram os pontos mais explorados pelos textos jornalísticos do MC. Como exemplo citamos a reportagem publicada em 23/10/2003, página 7, intitulada *INSS exige conta em banco*, que relata passo a passo a ser percorrido pelo para não ter seu benefício adiado:

O idoso ou pensionista deve pegar um formulário, chamado Termo de Opção, na agência onde está acostumado a receber o benefício e levar ao banco escolhido. Com todas as informações, o documento será enviado para o INSS para que o benefício seja depositado imediatamente. Hélio explica que para que o dinheiro possa ser sacado no mês seguinte à entrega do formulário, o melhor é enviar o documento no início do mês (MC, 23/10/2003, p. 7).

Em 07/11/2003, página 7, foi publicada a reportagem intitulada *INSS bloqueia 105 mil benefícios*. Relata que 23 mil idosos do estado do Rio de Janeiro, com mais de 90 anos, tiveram seus pagamentos suspensos, desta forma precisariam comparecer a agência do INSS para “comprovar que estão vivos”. Em outra, publicada em 18/06/2005, página 7, *INSS suspende 465 benefícios na região*, destaca que “a suspensão é uma forma de bloqueio para pressionar o contribuinte a regularizar a situação”. No entanto também foram publicadas reportagens que destacaram algumas ações do INSS para melhoria no atendimento, como por exemplo, a reportagem publicada em 28/02/2004, página 6, intitulada “*Ministro promete humanizar atendimento da Previdência*”:

Nós queremos oferecer na Previdência um serviço de qualidade que respeite os idosos e as pessoas que apresentem problemas de deficiência ou de acidente de trabalho. Vamos dar a elas um atendimento digno”, disse o Ministro, acrescentando que essa parcela da sociedade é muito muitas vezes esquecida e ignorada. “*Quem tem idade tem pressa*” declarou Amir Lando (MC, 28/02/2004, p. 6, grifo nosso).

A reportagem, assim como outras, não menciona que tipo de mudanças serão adotadas para agilizar os atendimentos, porém consideram o fator idade peça fundamental nestes. Em outra reportagem publicada em 23/06/2004, intitulada *Cadastramento de idosos pode ter apoio dos Correios*, descreve uma parceria da Previdência e os Correios, que deverão cadastrar os idosos nonagenários em suas residências, “evitando desconforto e constrangimentos” ao se deslocarem para as agências do INSS.

Dentro deste contexto de atendimento, as instituições bancárias também foram alvo de notícias. Principalmente com relação as frequentes filas e a exclusão digital que estas instituições proporcionam ao idoso. Assim no dia 01/04/2004, página 4 (Figura 19):

Figura 19 – Pagamento do INSS lota bancos



Fonte: Adaptado do MC (01/04/2004, p. 4).

Outra publicada em 26/05/2005, página 3, *Bancos abrem mais cedo pra pagar aos aposentados do INSS: medida vigora a partir de amanhã mas sindicato alerta que será o caos*. Esta e outras reportagens destacaram em seus textos informativos que nenhuma agência bancária está preparada para movimento de aposentados e pensionistas nas agências, ocasionado assim grande transtorno ao funcionamento dos bancos:

A concentração de pagamentos vai gerar um caos nos bancos. “Nenhum banco está preparado para receber todo esse volume de segurados. Isso vai gerar um caos e ainda tem a *Lei do Idoso* que proíbe que eles enfrentem fila (MC, 31/03/2004, p. 3, grifo nosso).

Observamos que, nesta e algumas outras reportagens, destacaram as Leis direcionadas aos idosos como *Lei do Idoso*. O referido texto talvez tenha feito referência ao Estatuto do Idoso, que prevê atendimento preferencial ao idoso. Como também a Lei Estadual nº 4223/2003¹², que dispõe sobre o tempo de 20 minutos de espera, além de caixa preferencial

¹²Lei Estadual nº 4.223/2003, **Art. 1º**- Fica determinado que agências bancárias situadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, deverão colocar à disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, em dias normais, e de 30 (trinta) minutos, em véspera e depois de feriados.

Parágrafo único- As agências bancárias deverão informar aos seus usuários, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho do setor de caixas colocados à disposição.

para o atendimento dos idosos. Porém tais leis aparecem como um agravante para o atendimento dos idosos nas redes bancárias.

Deslocando assim a esfera de um direito social conquistado por este mecanismo para um condicionante de problemas. Contribuindo para a consolidação de uma representação social da imagem do envelhecimento como um problema social, aparentemente sem respostas. Notório que a evolução tecnológica alterou enormemente a maneira de prestação dos serviços bancários, com a diminuição do atendimento físico substituído pelo digital e virtual, seja através de máquinas, internet ou telefone. Todavia, dada a dificuldade que pode ser verificada por algum idoso na utilização destes sistemas, as instituições financeiras devem estar aptas a dar atendimento prioritário e individualizado para que o consumidor idoso obtenha todas as informações desejadas.

Diante desta problemática, em nenhuma reportagem foi verificado o fomento de qualquer tipo de ação para atender os idosos nas instituições bancárias. A exemplo citamos a reportagem publicada em 23/10/2005, página 4 (Figura 20):

Figura 20 – À margem da modernidade: idosos enfrentam dificuldades para acessar os caixas eletrônicos



Fonte: Adaptado do MC (23/10/2005, p. 4).

Art. 2º- O controle de atendimento de que trata esta Lei pelo cliente será realizado através de emissão de senhas numéricas emitidas pela instituição bancária, onde constará:

- I-** nome e número da instituição;
- II-** número da senha;
- III-** data e horário de chegada do cliente;
- IV-** rubrica do funcionário da instituição.

Parágrafo único- O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de sessenta e cinco (65) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças de colo também será através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos ergonomicamente corretos.

A construção do texto desta reportagem culpabiliza o idoso por não saber executar “operações simples”, associada ao fato de não saber ler e escrever. Por outro lado, a reportagem destaca a fala do presidente da Associação Campista dos Aposentados e Pensionista (ASCAPEN), que responsabiliza os bancos pelo atendimento, pois, “o idoso não tem a obrigação de saber lidar com os equipamentos e os bancos têm que oferecer o serviço de auxílio ao contribuinte”. A este respeito, esta e outras reportagens destacaram o descumprimento do Estatuto do Idoso, em seu artigos 96 e 104, que prevê uma estrita relação com a atividade bancária:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida (BRASIL, 2003).

A partir deste grupo temático e seus respectivos subgrupos verificamos que aposentadoria esta representada em sua maioria de forma negativa, especialmente considerando o valor monetário e os serviços para recebê-los. Sendo reforçada a perspectiva da miséria nas maiorias das reportagens, contrapondo com a perspectiva do idoso como fonte de recursos, em número menor. De acordo com França (2004), a realidade das aposentarias no Brasil, revela dois *brasis* surpreendentes, como aquele que vislumbramos no interior do Nordeste, onde os idosos são disputados pelo núcleo familiar, na condição de praticamente os únicos a possuírem renda fixa. Transformam-se no centro das atenções e geram até uma espécie de "rodízio" em família. Numa semana, são convidados a "hospedar-se" na casa de um filho; na outra semana, na casa de outro filho, e assim sucessivamente, como forma de garantir melhor sustento para a casa onde estão sendo "acolhidos".

3.2.3 Modelo de Envelhecimento Saudável

Este grupo temático foi composto por todas as reportagens, artigos e entrevistas referentes a ações e/ou serviços que sugeriam em seus textos informativos normas e padrões de comportamento para garantia de um envelhecimento saudável, resultando em 49 reportagens. Sendo retratadas especialmente as *ações do poder público* (na esfera municipal e

federal), com 24 reportagens e as *ações individuais dos idosos*, com 18 reportagens. Além de *iniciativas não governamentais*, com 7 reportagens.

No subgrupo *Ações do Poder Público*, as reportagens privilegiaram ações direcionadas ao lazer, atividades físicas e educação, como prática que redefine as relações com a família, parentes e mudanças sociais que marcam esta etapa da vida. Os textos informativos representaram a imagem do idoso como pessoas ativas e inovadoras, que abandonaram um passado de exclusão para se inserir na sociedade de forma mais saudável. Assim o processo de envelhecimento foi trabalhado nos textos a partir da postura individual, sendo este o diferencial na garantia de uma melhor qualidade de vida, ou seja, a reprivatização do envelhecimento. Corroborando mais uma vez Debert (1999), que aponta a substituição da imagem do idoso como “fonte de miséria” por uma perspectiva do idoso como “fonte de recursos”.

Para Debert (1994), a perspectiva do idoso como fonte de recurso exige a criação de um novo ideal de produtividade, com receitas que ensinam – aos que não querem sentir se velhos – a maneira adequada de dirigir a vida e participar de atividades de lazer e de prevenção contra a velhice. Dessa forma, os idosos que não se envolverem com programas voltados para a Terceira Idade ou que não se empenharem em desenvolver novas atividades nesse período da vida são considerados, pela sociedade, como seres inativos e problemáticos, ou seja, são os velhos que se enquadram na categoria da velhice, construída socialmente.

Considerando este aspecto, observamos o uso recorrente da expressão *terceira idade*, como sinônimo de uma melhor qualidade de vida. Assim o termo idoso foi mais usualmente utilizado nas reportagens sobre doenças e violências. E este respeito diversos estudos¹³, apontam que as categorias velho, idoso e terceira idade são construções sociais utilizadas para situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade, em proveito da ordem social e do poder. Contribuindo para a formação e consolidação de múltiplas representações sociais da imagem do idoso, conforme tem sido demonstrado em nossa pesquisa.

Com relação à preferência pelo termo terceira idade, recorremos a Debert (1999), que enfatiza que se trata de um termo inventado para reincorporar os mais velhos na sociedade, criando um mercado e padrões de consumo específicos aos idosos, além de programas que visam transformar o envelhecimento em um momento propício para o prazer e a realização pessoal. Ainda de acordo com a autora, a terceira idade pode ser encarada como um agente de combate à velhice, através de programas que visam transformar o envelhecimento em uma

¹³Mais detalhes a este respeito pode ser encontrado em: Rodrigues (2006).

experiência mais gratificante, ou seja, um período propício para a satisfação pessoal, o prazer e a realização de sonhos adiados ao longo da vida.

Nestes programas está englobado um conjunto bem diversificado de iniciativas por parte de agências públicas e privadas voltadas aos mais idosos, como, por exemplo, as escolas e universidades para a terceira idade, os grupos de convivência de idosos, clubes da terceira idade etc., todos com o objetivo de proporcionar um convívio social aos participantes. Situação esta que será constatada nas reportagens do MC que se seguem.

Citamos assim, o exemplo de algumas reportagens publicadas no MC, que enfatizaram ações de programas e/ou projetos municipais e federais direcionados ao idoso em Campos. Iniciamos com notícias que tratam de ações realizadas dentro dos Grupos e Centros de Convivência¹⁴. Em reportagem publicada em 28/08/2005, página 5 (Figura 21) relata a iniciativa de um grupo de idosos, participantes de um curso de dança, que estimula a capacidade motora e cognitiva dos idosos:

Figura 21 – Diversão também é saúde: praticantes da dança sênior em Campos melhoram a qualidade de vida



Fonte: Adaptado do MC (28/08/2005, p. 5).

¹⁴De acordo com a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842/94, no Art. 10, são competências dos órgãos e entidades públicos na área de promoção e assistência social: a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais; b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centro de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliar e outros. Também o Decreto nº 1.948/96, em seu Artigo 4º, define seis modalidades não-asilares de atendimento: I- Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para cidadania; II- Centro de Cuidados Diurno: Hospital-Dia e Centro Dia: local destinado à permanência diurna do idoso dependente ou que possua deficiência temporária e necessite de assistência médica ou de assistência multiprofissional.

A reportagem, assim como as demais, destaca vários elementos negativos associado ao processo de envelhecimento, especialmente a relação doença a partir da idade cronológica. Porém destaca de forma singular a inserção dos idosos em iniciativas como esta para a recuperação de um tempo passado cheio de mobilidade, como podemos verificar no trecho da reportagem citada:

Um grupo de 100 idosos e nem tão idosos assim, está se divertindo e diminuindo problemas com uma dança específica para a terceira idade, da dança sênior. [...] a dança já tem fãs que reconquistaram movimentos e a mobilidade dos tempos de juventude. O que não faltam são exemplos de sucesso entre os alunos (MC, 28/08/2005, p. 5, grifo nosso).

Outras reportagens seguem esta mesma estrutura: primeiro destacam os aspectos limitadores da velhice, e em seguida enfatizam, as fórmulas para combatê-los. Como reportagem publicada em 21/03/2003, página 7, *Idosos vão ganhar Internet*. E também a reportagem publicada em 08/11/2003, página 6, *Novo salão da Terceira Idade*. Outra publicada em 05/02/2004, página 7, *Carnaval Maduro: idosos vão ter uma maratona de Momo*. E também no dia 05/04/2004, página 6, *Centro Dia para assistir idosos: um novo lar para os idosos*. Outra reportagem publicada em 03/07/2004, página 6, *Tratamento estético no Clube da Terceira Idade*. Também em 15/06/2005, página A-2, *Forró para a 3ª idade*. Outra publicada em 24/12/2005, página 6, intitulada *Colônia da 3ª Idade aberta para visitaçào*. De forma resumida todas as reportagens analisadas, retratam em seus textos que tais ações e /ou serviços (como de hidroginástica, recreação, tae-kwon, ginástica localizada, alongamento, fisioterapia, alimentação, estética, dança e outros) tiveram como objetivo “dar o melhor aos da terceira idade” (MC, 28/08/2005, p. 5).

Destacamos também as ações e/ou projeto desenvolvidos pelas Universidades para a terceira idade retratadas no MC. Antes, ressaltamos que as Universidades da Terceira Idade (UTI) de acordo com Pinto (2003), surgiram na década de 70, na França, concretamente na Universidade de Toulouse. Ainda de acordo com Pinto, as UTIs são uma resposta social porque combatem o isolamento e a exclusão social dos mais velhos, principalmente porque incentivam a participação dos idosos na sociedade; divulgam os direitos e oportunidades que existem para esta população; reduzem o risco de dependência e representam um pólo de convívio.

No Brasil a primeira UTI surgiu em 1983, na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir da criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). Em 1990, em parceria com o SESC, surgiu a Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade

Católica/Campinas, a primeira a ser divulgada nacionalmente na mídia. A partir da década de 1990 e partindo das experiências francesas e das diretrizes emanadas pelo Plano Internacional de Ação sobre Envelhecimento das Nações Unidas, estabelecido a partir da Primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em 1992 em Viena – várias Unati's foram implantadas pelo país, conforme Pinto (2003).

Considerando este contexto, foram publicadas no MC as ações da Universidade para Terceira Idade (Uniti), desenvolvida como Projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (UFF); como também da Universidade para a Terceira Idade (Unitei) em São João da Barra. Sendo assim publicado no dia 05/12/2003, página 7, reportagem *Uniti forma turma de 2003*. Outra publicada em 03/04/2004, página 7, reportagem intitulada *Aulas vão ser retomadas na Uniti*. E também a reportagem *O estudo da experiência: mudanças de rotina com a universidade*, publicada em 14/05/2006, página 5. Além da reportagem referente a Universidade para a Terceira Idade (Unitei), localizada em São João da Barra e desenvolvida em parceria com a prefeitura e a Universidade Estácio de Sá – sendo publicado no dia 29/03/2006, página 6, *Cabral na inauguração da Unitei/SJB*. Estas reportagens enfatizaram em seus textos informativos a esfera reflexiva sobre o processo do envelhecimento, tendo como ponto estratégico a informação sobre saúde, psicologia, políticas públicas; e também a prática de atividades físicas, passeios, bingos, teatro e coral. Observamos que a construção dos textos reafirmaram inicialmente os estereótipos negativos referente a velhice, conforme citado anteriormente, atribuindo a estas ações a única perspectiva para se apropriar de um novo papel social, o “novo idoso” citado por Debert (1999). A exemplo destacamos abaixo:

Trocar experiências e aprender que aos 60 anos a vida está começando. As mudanças no corpo, a casa geralmente vazia, a aposentadoria, todas essas mudanças podem acabar causando depressão ou levando o idoso a viver solitariamente. Mas, se ele conhecer a Universidade da Terceira Idade (Uniti) vai perceber que realmente a vida começa aos 40. Passeios, palestras, trabalhos em grupo e uma nova vida escolar. É assim que funciona há 13 anos a Uniti na UFF (MC, 14/05/2006, p. 5).

Desta forma, idoso integrado significa está inserido nas ações descritas acima, conforme as reportagens destacaram. Sendo preciso assumir uma nova postura diante do processo de envelhecimento. Dada essa perspectiva, Debert (1999) afirma que a invenção da terceira idade pode ser compreendida como fruto do processo de socialização da gestão da velhice, que se transformou em uma questão pública, mas que durante muito tempo foi considerada um problema privado e familiar, de previdência individual ou de associações

filantrópicas. Um dos fatores que proporcionou e ainda proporciona a participação de idosos em ações direcionadas à terceira idade foi a universalização do direito à aposentadoria, que garantiu uma remuneração. Para estes, a aposentadoria deixou de ser um momento de descanso e recolhimento e passou a ser um período de práticas de atividades de lazer, inclusive de turismo, sendo esta imagem presente no MC.

No subgrupo *Ações individuais* as reportagens focaram em seus textos informativos a demonstração prática de idosos que possuem postura positivas perante a velhice, descrevendo a sua “fórmula mágica” para viver com qualidade de vida a velhice. Todas as reportagens iniciaram a construção dos textos, enfatizando os estereótipos negativos do envelhecimento, representado especialmente na decadência física. Porém sinalizaram a postura individual como chave para uma velhice melhor. Desta forma podemos citar a reportagem publica em 27/09/2005 (Figura 22), página 4:

Figura 22 – Eles estão com tudo! No dia do Idoso, o exemplo de quem aposentou o crochê e o jogo de damas há muito tempo...



Fonte: Adaptado do MC (27/09/2005, p. 4).

Esta, assim como outras reportagens, enaltece a apropriação de novos comportamentos individuais diante do processo de envelhecimento, tendo como resultado o aumento da qualidade de vida. Porém há nos textos uma forte negação do fator idade como algo positivo, sendo enfatizado o caráter psicológico e emocional frente a esta fase da vida:

Já foi o tempo em que os idosos ficavam em casa cuidando dos netos, fazendo crochê ou vendo novelas. A realidade é outra e hoje, Dia do Idoso, eles têm muito o que comemorar, já que estão a cada dia, conquistando mais espaços na sociedade. Eles praticam esporte, se divertem e até “ficam”. Isso

prova que a idade é mesmo uma questão de espírito e que é possível viver de forma saudável e bastante animada em qualquer época da vida (MC, 27/09/2005, p. 4, grifo nosso).

Os textos jornalísticos foram finalizados em sua maioria, fornecendo ao leitor “dicas” para um envelhecimento saudável, como a prática de exercícios, convívio familiar, e hábitos saudáveis durante a vida, como não fumar e beber. Para isso trouxeram o depoimento de diversos idosos, como modelo a serem seguidos, uma vez já passaram “dos 70 anos, continuam vivendo com alegria, saúde, disposição e, é claro, fazendo muitos planos”, conforme reportagem publicada em 27/09/2005, página 4.

Diversos foram os exemplos individuais retratados no MC. Como por exemplo, reportagem publicada em 03/10/2003, página 9, intitulada *Ele tem um século de histórias para contar*. Relata a história de vida de um idoso que alcançou os 100 anos, a partir da fórmula: “Repouso, boa alimentação, não fumar, não beber, namorar, jogar futebol e dançar muito” (MC, 03/10/2003, p. 9). De acordo com o texto a “saúde e lucidez” do idoso são algo “invejável”; assim como a sua aparência física, “A pele com poucas rugas para a idade e a vasta cabeleira servem como uma moldura para o sorriso espontâneo de Francisco, que ainda é muito vaidoso, usa elegantes anéis, sempre procura fazer as unhas e pintar os cabelos” (Idem, p. 9).

Em outras reportagens a lucidez também é algo de destaque nas reportagens, como por exemplo a publicada em 12/10/2003, página 5, intitulada *Nunca é tarde para escrever*; assim como a reportagem publicada em 18/04/2004, página B-7, *Quando a poesia não tem limites: ela escreve com o coração*. Destacando a superação da velhice através de atitudes positivas, como a leitura e escrita. E também a reportagem publicada em 04/04/2004, página 5, intitulada *Idosos dão exemplos*, destaca a ação de uma idosa de 91 anos que participou do pleito eleitoral. Assim as reportagens analisadas reforçam nos seus textos a postura individual do idoso na aquisição de uma melhor qualidade de vida.

Observamos também que a questão da longevidade é mencionada no MC, como surpreendente, rotulado com algo “inédito e único”, principalmente se este fato estiver associado à lucidez, como já mencionamos. Como exemplo citamos a reportagem publicada em 02/01/2005, página 7, intitulada *Prefeita centenária*:

Em tempos de novas administrações municipais, um fato digamos inédito e único: uma mulher de 96 anos é a prefeita mais velha dos Estados Unidos. Acaba de ser reeleita para governar uma cidade com 6 mil habitantes. Mesmo considerando a boa qualidade de vida dos americanos, não deixa de ser um desafio (MC, 02/01/2005, p. 7).

Destacamos também a seção destinada à coluna social do MC, intitulada *Monitor Mais*, que parabenizava o aniversário de alguns idosos através das palavras, *Cinquentinha*, *Sessentinha*, *Setentinha*, *Oitentinha*, *Noventinha* e *Ano 100*. Destacando o alcance destas idades como dádivas, passíveis de serem homenageadas. Todos estes textos informativos enfatizaram o ganho da idade, associado ao legado profissional destes idosos, como o aniversário de um advogado que dedicou 37 anos de sua vida ao Direito (MC,06/10/2003, p. B-7). Assim como de uma professora que trabalhou durante os anos 40, 50, 60 e 70, num colégio em São João da Barra, alcançando o seu centenário (MC,09/09/2005, p. B-8).

No subgrupo *Ações não governamentais* as reportagens analisadas destacam serviços destinados aos idosos institucionalizados. Assim a questão asilar foi mencionada pelo MC especialmente através do discurso da solidariedade social, deflagrada pelo estado de abandono familiar, solidão e principalmente pela perda da capacidade motora dos idosos.

Segundo Tomasini (2007) atualmente, não se dispõe de um levantamento detalhado sobre o idoso institucionalizado no país, porém, a se julgar pelas projeções estatísticas, que apontam para o envelhecimento da população brasileira e, principalmente, para o grande aumento da população de idosos acima de oitenta anos de idade, pode-se prever um considerável aumento na demanda por instituições de longa permanência nas próximas décadas. Por outro lado, segundo este autor, sabe-se que a institucionalização costuma trazer consigo uma série de prejuízos aos idosos, tais como perdas de autonomia e identidade e a segregação geracional.

Considerando este contexto, observamos que os textos informativos destacaram os estereótipos negativos frente à velhice, caracterizada especialmente pela limitações físicas, sendo estas instituições uma opção para um envelhecimento saudável. Sendo assim a reportagem vê a dependência física, financeira e emocional do idoso como algo natural e esperado. Na verdade, sabe-se que quando ele é acometido por patologias que o levam à condição de dependência parcial ou total, é possível ainda reabilitá-lo para que recupere a capacidade de realizar uma ou outra atividade de vida diária. No entanto as reportagens analisadas enfatizam o idoso como um ser totalmente dependente, sujeito a ações solidárias. Como exemplo podemos citar a reportagem publicada em 13/10/2004, página B-4, intitulada *Solidariedade sem idade: gerações se encontram hoje, Dia da Criança, no Monsenhor Severino, num ato de solidariedade e amor*. Relata as atividades do projeto *Mãozinhas que ajudam a terceira idade* desenvolvida por uma igreja na cidade de Campos, que promove a distribuição de kit de higiene aos idosos. O objetivo do projeto segundo a reportagem “é

integrar as crianças e os idosos, ajudando os mais velhos e despertando nas crianças o espírito de solidariedade, mostrando que a caridade faz parte da vida do ser humano” (MC,13/10/2004, p. B-4). Ressaltamos que a relação intergeracional é fundamental no desenvolvimento e ampliação das relações sociais. Assim o convívio com o outro, auxilia no reconhecimento da pluralidade, resultando em novos papéis e na transformação e criação de novas imagens, no nosso caso, sobre a velhice.

No entanto os textos informativos do MC a esse respeito destacam esta relação, a partir de sentimentos associado à solidariedade, encobrando a possibilidade de uma relação saudável de troca de experiências e, principalmente, do resgate da cidadania e valorizar o indivíduo enquanto cidadão. Assim esta e outras reportagens, destacam uma relação de troca intergeracional a partir da “ajuda” financeira e emocional, representando o idoso como um ser a espera desta solidariedade, conforme verificado na reportagem publicada em outubro de 2003:

Após alcançarem o primeiro passo de trabalharem com as crianças, eles pretendem começar a construção do espaço para os idosos. “Vamos trabalhar o passado (idoso), o presente (a gente) e o futuro (as crianças). O idoso como sinônimo de uma porta para todo o sempre e as crianças como perspectivas de que a vida pode ser bem melhorada.” (MC, 23/10/2003, p. 7).

Dentro deste mesmo contexto também citamos como exemplo a reportagem *Rotary vai completar 75 anos* (MC,01/10/2003, p. 6); outra intitulada *Projeto adota crianças e idoso* (MC,23/10/2003, p. 7); assim como *SOS comemora 33 anos servindo ao próximo* (MC,24/04/2004, p. 6). Observamos que, além do viés solidariedade impresso nestes textos, verificamos que estas ações possuem como público alvo crianças e idosos, sendo estes de acordo com as reportagens sujeitos vulneráveis socialmente, devido ao abandono financeiro e emocional. Reforçando assim uma representação social negativa da velhice (e também da criança), a partir do abandono familiar e político. Essa realidade traz consigo a necessidade de se refletir sobre os novos papéis a serem desenvolvidos pelas instituições, não apenas no sentido de reduzir os estereótipos negativos, mas, também, de promover a qualidade de vida.

3.2.4 Políticas Públicas para os Idosos

Este grupo temático reuniu reportagens referentes a divulgação e/ou execução das políticas públicas direcionadas a população idosa, totalizando 41 reportagens. As principais políticas e ações referentes a esta, registradas pelo MC, foram: - Estatuto do Idoso (17 reportagens); - Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de Campos (21 reportagens); -

Conferência Municipal dos Direitos dos Idosos (2 reportagens) e Conferência Estadual dos Direitos dos Idosos (1 reportagem). O que resultou na divisão deste grupo, gerando os três subgrupos de análise.

No subgrupo *Estatuto do Idoso* os textos jornalísticos enfatizaram a violação destes mecanismos principalmente relacionados ao transporte e atendimento bancário (análise feita no item 3.2.2 Interfases da Aposentadoria). Assim os textos descreveram especialmente os Artigos 39 e 40¹⁵ do Estatuto, destacando a violação da gratuidade na cidade de Campos e a polêmica criada em torno do mesmo. Especialmente com relação aos recursos judiciais para a suspensão da reserva de vagas e descontos para os idosos, solicitado pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Passageiros (Abrati). É interessante contextualizar que tais reportagens se tornaram recorrentes especialmente a partir da aprovação desta política, em outubro de 2003. Estendendo-se também durante o ano de 2004 e diminuindo a frequência das reportagens em 2005 até maio de 2006, considerando o período analisado.

Citamos como exemplo a reportagem publicada em 18/04/2004, página 5, *Idosos ainda tem que brigar para usufruírem de direitos*, destaca a violação dos direitos do idoso previsto no Estatuto, porém se refere aos idosos como “velhinhas”: que precisam ser protegidos da sociedade:

Depois de passar por várias experiências de vida, enfrentar dificuldades e comemorar as conquistas, os velhinhas continuam enfrentando fortes desafios na sociedade, como o de se fazer respeitado pela própria idade. Para proteger as pessoas da terceira idade das injustiças e preconceitos, entrou em vigor, desde de janeiro, o Estatuto do Idoso, mas as reclamações parecem estar longe de acabar (MC,18/04/2004, p. capa).

O velhinha de hoje sem dúvidas carregou o vigor e a disposição da juventude. Mas a certeza da velhice parece ser esquecida pela sociedade

¹⁵Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, Capítulo X – Do Transporte:

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no caput deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

jovem e de meia idade que continua cometendo injustiças com a terceira idade. Diante da falta de cumprimento dos direitos dos idosos – como prioridade nas filas e passagem-livre nos ônibus – foi criado o Estatuto do Idoso, desde janeiro. No entanto, eles continuam reclamando dos preconceitos que enfrentam todas as vezes que têm que sair à rua e tomar um ônibus, por exemplo.

Talvez ainda por falta de conscientização, muitos velhinhos não exigem os seus direitos (MC, 18/04/2004, p. 5).

O texto informativo desta reportagem sintetiza com veemência as múltiplas representações negativas sobre a imagem do idoso. Principalmente quanto ao uso de termo *velhinho* que indica, neste caso, um caráter pejorativo ao processo de envelhecimento, atribuindo a este a diminuição do seu papel social. Sendo assim uma vítima da sociedade, devido ao avanço de sua idade cronológica.

O marco do envelhecimento traz à tona diversas nuances de ser velho e/ou estar velho que, são resultantes de construções sociais, de acordo com Lemos e Palhares “Idoso, em termos estritos, é aquele que tem “muita idade”” (2009, p. 3). Uma das conseqüências do uso da idade para a definição da pessoa idosa é o poder prescritivo contido nessa definição. A sociedade cria expectativas em relação aos papéis sociais daqueles com status de idoso e exerce diversas formas de coerção para que estes papéis se cumpram independentemente de características particulares dos indivíduos.

De acordo com Moscovici é do cenário das representações que sairão os termos e as expressões classificatórias, no caso desta pesquisa, como velho e velhinho, idoso e terceira idade. Tais termos e expressões são responsáveis pela construção de uma identidade estigmatizada, que acaba por excluir do processo social os indivíduos que se encontram com sessenta anos ou mais. Em segundo lugar, destacamos a impossibilidade de convivência do idoso com as demais gerações, respondendo de forma preconceituosa no trato deste.

Destacamos como um terceiro item, a demarcação do Estatuto do Idoso, como uma política específica para o direito de *ir e vir* deste idoso – sendo ignorados os demais pontos tratadas por esta política, como: direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, direito ao alimento, à saúde, à educação, cultura, esporte de lazer, direito à profissionalização e ao trabalho, à previdência social, à assistência, à medida de proteção e ao acesso a justiça. Um quarto ponto, a culpabilização do idoso pelo não cumprimento do Estatuto. Ressaltamos que o estado de ignorância quanto a esta e outras políticas precisa ser vencidos por toda a sociedade, deste modo a mídia também pode ser um destes veículos de publicização destes mecanismos legais.

De forma singular os textos destacam que o público alvo destas políticas são os “idosos mais carentes”, conforme foi publicado no dia 10/09/2004, página 5, *União pede cumprimento de Lei do Idoso na Justiça*. Além de substituírem o termo *estatuto*¹⁶ por *lei*¹⁷, talvez na tentativa de proporcionar um melhor entendimento ao leitor. Destacamos também que embora as reportagens em sua maioria destacassem em seus títulos a violação das políticas através o uso da palavra “direito”, o corpus das mesmas os descrevem como “benefício” ou “ganho”. Citamos a reportagem publicada em 08/04/2003, página 5, *Para garantir um direito, idoso vai parar numa DP*, que destaca “um dos benefícios contidos no estatuto é a ampliação da gratuidade no transporte coletivo”. Assim como a reportagem *Idosos com direito a viagens: Previsto no Estatuto do Idoso, o direito a passagens foi regulamentado*, publicada em 10/07/2004, página 7, que ressalta “o benefício do passe livre para os maiores de 60 anos que ganham até dois salários mínimos”. E também a reportagem *Idosos ganham mais espaço nos ônibus com portaria do Detro*, publicada em 05/11/2005, página 5, que traz “idosos ganharam mais uma batalha com as empresas de ônibus”. Fortalecendo assim uma representação da imagem do idoso como objeto de uma ação de favor; e não como, mais, um sujeito de direitos. E também não permite entrever o idoso como agente capaz de conquistar direitos, apenas como sujeito que recebe os benefícios do “benevolente” Estado.

No subgrupo *Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos* em Campos, as reportagens descreveram de forma indireta a atividades desenvolvidas por este. Servindo o mesmo de suporte para legitimar informações referentes à violência contra ao idoso (já mencionadas no item 3.2.1 Realidade dos Idosos) e na divulgação de ações de protesto contra a violação do Estatuto do Idoso.

De acordo com Bravo (2008), os conselhos de direitos são uma inovação fundamental na gestão, constituindo espaços deliberativos de caráter permanente e paritário, nas esferas municipais, estaduais, Distrito Federal. Teoricamente a sociedade passa a ter poder deliberativo para definir o que é prioridade em sua localidade. A partir da Constituição de

¹⁶Estatuto: pode referir-se a uma variedade de normas jurídicas cuja característica comum é a de regular as relações de certas pessoas que têm em comum pertencerem a um território ou sociedade. Normalmente, os estatutos são uma forma de Direito Privado. Existem normas com força de lei ou regulamentares, que recebem o nome de estatuto. Normalmente recebem esse nome por razões históricas, e, muitas vezes, apenas dão uma regulamentação para um coletivo concreto. São normas com efeitos *erga omnes* (latim erga, "para", e omnes, "todos"), ou seja, é usada principalmente no meio jurídico para indicar que os efeitos de algum ato ou lei atingem todos os indivíduos de uma determinada população ou membros de uma organização, para o direito nacional (Dicionário Jurídico,2007).

¹⁷Lei: do verbo latino *ligare*, que significa "aquilo que liga", ou *legere*, que significa "aquilo que se lê". Trata de uma norma ou conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito (Dicionário Jurídico,2007).

1988, os conselhos ganharam um papel de instrumento mediador na relação Estado-sociedade, podendo ser denominados Conselhos de Políticas Setoriais (Saúde, Educação, Assistência Social e outros) e Conselhos de Direitos (Mulheres, Idosos, Crianças e Adolescentes, e outros). Sendo criados através de projeto de lei, que devem ser aprovados nas diferentes esferas do legislativo.

Deste modo, a legislação brasileira reconhece o município como responsável pela elaboração das leis orgânicas, sendo o conselho local um alicerce na operacionalização da democracia participativa. Assim, os Conselhos de Direitos, como é o caso dos Conselhos de Idosos, têm o encargo de trabalhar como uma via para o idoso se organizar, propor e reivindicar seus direitos, conforme Bernardes (2007). Fato este, não mencionado nas reportagens analisadas.

Como exemplo citamos a reportagem publicada em 03/02/2004 (Figura 23), página 7, que descreve uma ação conjunta do Conselho e outras entidades com fim de fiscalizar o “acesso gratuito aos ônibus intermunicipais”:

Figura 23 – Idosos fazem defesa de estatuto



Fonte: Adaptado do MC (03/02/2004, p. 7).

Ao longo do período analisado, este conselho não foi alvo de publicização de seus objetivos e planos de ação. Porém suas ações foram destacadas na seção de Classificados, denominado de Atos Oficiais da Prefeitura, na forma de Edital de Convocação para as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias. Apresentando como assunto recorrente, a realização de cursos de capacitação para conselheiros, o transporte público municipal e atividades de lazer referente ao mês do idoso.

No subgrupo *Conferência Municipal e Estadual dos Direitos dos Idosos* os textos informativos foram construídos na perspectiva de divulgação destes eventos. Relatando as mesas temáticas de discussão e seus representantes; não deixado claro os objetivos e a finalidade destas conferências, apenas ressaltando a “discussão dos direitos dos idosos”. Assim como não esclarece quem serão os seus participantes.

De acordo com Boschetti; Stein (2008), Constituição Federal de 1988 é um marco na instituição da democracia representativa e respondeu ao clamor da democracia participativa ao prever a expansão dos direitos e políticas sociais e a possibilidade de criação de espaços de participação e controle democrático da sociedade, como os conselhos, as conferências e os fóruns de políticas sociais. Deste modo,

Os conselhos e conferências figuram cada vez mais como importante espaço de possibilidade de participação política e exercício de controle popular sobre o Estado, historicamente autoritário. Sua instituição e expansão mobilizaram participação de entidades da sociedade civil e canalizaram o movimento e anseio de participação cidadã. (Idem, p. 4).

As Conferências são órgão colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados representantes de instituições, de organizações comunitárias, de associações, sindicais e de profissionais, bem como por representantes do Poder Executivo, com a finalidade de propor diretrizes gerais das políticas públicas setoriais (saúde, assistência, educação e outros), assim como para as políticas públicas por direitos específicos (negro, mulher, crianças, idosos e outros). As Conferências são reuniões realizadas periodicamente entre o Poder Público e a Sociedade Civil, convocada pelo Poder Executivo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), encarregada de avaliar as políticas públicas, analisar a conjuntura de sua execução e propor diretrizes para os Planos de Gestão de médio e longo prazo. Quando o Poder Executivo não efetuar a convocação da Conferência, esta pode ser feita pelo Poder Legislativo. Estas são geridas por um Regimento Interno, aprovado pelos respectivos Conselhos de direitos, estabelecendo também, as forma de participação e de escolha dos delegados das entidades e organizações governamentais e não governamentais nas Conferências.

Observamos que as reportagens não descreveram o papel e o funcionamento das conferências, assim como dos conselhos, ignorando a sua inserção no processo de democratização das políticas públicas e principalmente a sua importância social. Citamos como exemplo a reportagem publicada em 03/03/2006, página 7 (Figura 24):

Figura 24 – Conferência sobre idosos: evento vai discutir direitos na terceira idade e criar organismo novo



Fonte: Adaptado do MC (03/03/2006, p. 7).

Relata a realização de um evento para criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi)¹⁸, não esclarecendo do que se trata, sendo definida como um “organismo novo”. Assim a partir dos textos apreende-se que se trata de um evento direcionado somente a profissionais e/ou executores das políticas públicas destinadas a pessoa idosa, sendo o idoso excluído deste processo.

As políticas públicas desempenham um papel essencial na sociedade atual. Uma política pública pode ser definida como um conjunto de ações exclusivas do Estado, dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. Estas políticas trazem em si linhas de ação que buscam satisfazer o interesse público. É função delas articular as ações da iniciativa privada e a comunidade, informar, fomentar pesquisas e, de um modo geral, atender aos anseios da sociedade, cuidando assim da população de determinado local. As políticas públicas devem então ser construídas e implantadas de maneira participativa e reivindicatória, de forma a possibilitar a superação da visão fragmentada e estreita que conduz a população a experiências alienadoras.

¹⁸Em maio de 2006, aconteceu a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em Brasília com o tema “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi)”. O objetivo maior desse evento a construção de uma rede intersetorial nos Municípios, nos Estados, no Distrito Federal, com abrangência em todo o território nacional conforme prevê a Política Nacional do Idoso (Art. 8, inciso III da Lei n.º 8.842/94), estabelecendo-se assim a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI). Assim, foi a partir dessa Conferência que se passou a pensar e definir estratégias cotidianas de ações simples e objetivas, no sentido de interligar o trabalho entre os setores públicos e privados, em prol da garantia dos direitos da pessoa idosa em sua integralidade (Bacelar,2010).

O próprio idoso deve ser consultado durante o planejamento destes projetos, para que seus interesses sejam devidamente alcançados. Este também precisa intensificar seu interesse e participação na política para que possa assim ter maior influência nas decisões públicas, assim como a sociedade protagonista destas ações. Contudo, é preciso considerar que, no processo de criação destas políticas é de extrema importância que ocorra um planejamento cuidadoso que identifique as barreiras sociais e individuais que possam reduzir ou impedir a participação do sujeito idoso. Assim, todas as dificuldades encontradas nesta fase da vida precisam então ser levadas em consideração para que as iniciativas obtenham sucesso.

3.2.5 Outros Assuntos mencionando o Idoso

Este grupo temático reuni 32 reportagens que direta ou indiretamente mencionavam o idoso, como protagonista ou coadjuvante, especialmente através de crônicas e poesias. As análises dos textos confirmam os estereótipos negativos relacionados ao idoso, especialmente como um período marcado pelas palavras: passado, desconfiança, abandono e descaso. No que se refere a passagem do tempo, destacamos o texto de Avelino Ferreira:

Tempo

Os olhos expressam o
Tempo de um tempo que
não volta mais.
Preso à memória, um tempo de esperança que se
Perdeu no tempo. Avelino Ferreira (MC, 2004, p. A-3):

A partir do texto, encontramos elementos que retratam uma vida sem perspectiva, onde não há esperança no viver, restando somente lembranças. Segundo Debert (1999), o idoso é muitas vezes visto como um baú de um passado perdido. Reforçando aqui a representação social de uma imagem atrelada a um passado, onde a perspectiva de futuro está representada pela morte. A este despeito destacamos também o texto de Arthur Soffiati:

A Velhice
A velhice nos transporta
Para a morte e a solidão.
Às vezes, só nos conforta
A amizade fiel de um cão (MC,08/02/2004, p. A3)

E de Wellington Cordeiro:

Vó
Sua vó.

Nossa, vó como a vida deixa tantas marcas e solidão (MC, 19/12/2004, p. A-3)

E também de Eurides de Souza Paes:

A Melhor Idade

[...] Querido idoso: se a sua velhice for desprezada, lembre-se de que o céu está esperando por você, lá não haverá velhice, nem desprezo (MC, 28/11/2005, p. A-2).

Os referidos autores, assim como tantos outros, destacam em seus textos a finitude como resultado do envelhecimento. Destacando a solidão como uma fase intermediária nesta etapa final, restando à morte como solução. Estes textos nos transportam a “perspectiva da miséria”, retratada sob a ótica do abandono afetivo e especialmente social, representando assim uma imagem do idoso a partir da finitude.

Apesar da reprodução dos estereótipos (representações) negativos associados à velhice presente nos textos analisados. Destacaremos o texto da jornalista Fúlvia D’Alessandri, *Marcas da idade*, que de forma simples e objetiva proporciona a revisão de alguns destes estereótipos:

Ter uma vida longa é o desejo da maioria dos seres humanos. Nos últimos anos, o avanço da Medicina tem permitido que esse sonho, cada vez mais, se torne realidade. Chegar aos 90, 100 anos, com saúde e lucidez, já não é mais algo que beira o impossível. São inúmeros os exemplos de homens e mulheres, na flor dos seus 80 anos, frequentando cursos, praticando esportes, iniciando relacionamentos afetivos, enfim, tendo uma vida normal e não mais relegada à mero expectador da vida.

Mas, apesar de toda essa mudança etária da nossa sociedade, ainda continuamos sendo levados a aceitar como única beleza possível aquela da juventude. Buscamos a longevidade, mas evitamos qualquer evidência do passar dos anos. Nas revistas e jornais, os espaços dedicados à beleza deixam claro que esta é algo intrinsecamente ligado à juventude.

Receitas “infalíveis” para retardar o aparecimento das rugas incluem a necessidade de que, já na adolescência, as meninas – sempre as meninas – já comecem a se cuidar, usando cremes específicos. Caberia às mães mostrar, desde cedo, às filhas, a importância de cuidar da aparência, evitando, assim, que a velhice se mostre por inteiro.

Uma verdadeira indústria da beleza impõe diariamente sobre os mortais, mostrando que atualmente, “só fica velho quem quer” – ou, evidentemente, não tem dinheiro. E, quando se fala em feiúra, aí incluem todas as características da terceira idade, principalmente no âmbito feminino. Deixar que elas sejam notadas, muitas vezes, é encarado até como sinal de relaxamento.

Foi com alegria, portanto, que li a respeito de uma exposição de fotos no Rio que teve a coragem de pensar diferente. O objetivo da exposição é mostrar a beleza de pessoas famosas, sem contudo, tentar esconder as marcas da idade. E como elas podem ser bonitas com suas rugas.

Cabe aqui lembrar o que disse a atriz Fernanda Montenegro ao ser indagada se nunca quis fazer cirurgia plástica: “Como eu poderia apagar minhas rugas se cada uma delas representa uma fase importante da minha vida?”. Nota dez para ela, que sabe, como ninguém, que a verdadeira beleza está muito além de uma pele de bebê (MC, 21/01/2004, p. A-3).

O texto informativo traz alguns elementos para construção de uma postura de possível aceitação e convívio com o processo de envelhecimento. Sendo encarado como natural, não havendo necessidade de assumir e reproduzir comportamentos tidos joviais. Encontramos também no texto elementos que nos reportam a “perspectiva da miséria” e também do idoso “como fonte de recurso”, além do aspecto da responsabilidade individual e também social, sobre o processo de envelhecimento. Fazendo ponderações sobre as novas formas de comportamentos veiculadas pela mídia criam um novo estereótipo, de um idoso, ativo, jovem que, de acordo com Debert (1999b), rejeitam a própria idéia de velhice, ao considerar que a idade não é um marcador pertinente da definição das experiências. Este tipo de reflexões não foi observado nos demais textos, por isso reproduzimos na íntegra, não com intuito de torná-lo como exemplo a ser seguido, mas como um contribuinte na reflexão sobre as representações sociais da imagem do idoso presente na sociedade e reproduzidas através do corpus o MC.

3.3 Análise do Material Publicitário e Fotográfico

Durante o período da pesquisa, num total de 274 reportagens e artigos, foram catalogados (2) dois anúncios publicitários no corpus do MC, estando estes presentes na seção de Classificados. Na análise trabalhamos os aspectos denotativos e conotativos, segundo Barthes (1984). Segundo este, o elemento denotativo representa aquilo que está visível. Assim toda a análise da foto foi feita a partir deste primeiro signo, ou seja, os idosos. Quanto à análise do sentido conotativo das fotografias, trabalhamos os aspectos do ambiente e de seus sujeitos (idosos).

Prosseguimos então com as análises. O primeiro anúncio se refere à Associação Mantenedora do Asilo do Carmo, que solicita a visita de populares aos “velhinhos” ali institucionalizados. O segundo anúncio refere-se à divulgação de um Curso de Informática para a Terceira Idade.

Asilo Nossa Senhora do Carmo

O Asilo Nossa Senhora do Carmo, também chamado de Asilo do Carmo, está localizado na Avenida 24 de outubro em Campos, na antiga casa do Engenho de Santo Antônio ou casa da Fazenda Grande do Beco. Sua construção data do início do século XIX. Em 1846, hospedou Dom Pedro II em sua primeira visita a Campos, quando foi realizado o

baile em homenagem ao Imperador. O edifício tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1946, hoje é a sede do Asilo do Carmo, fundado em 1904 pela conferência Vicentina de São Francisco de Assis, atendendo na presente data 70 (setenta) idosos. Vejamos o anúncio veiculado por esta instituição (Figura 25):

Figura 25 – Asilo do Carmo



Fonte: Adaptado do MC (01/10/2003, p. B-5).

A propaganda foi publicada durante o período de cinco meses, iniciando em 1º de outubro de 2003 a 14 de março de 2004, sempre as quintas, sextas, sábados e domingos, totalizando 82 anúncios. Interessante notar que a data inicial para lançamento desta publicidade refere-se ao dia de promulgação do Estatuto do Idoso, data com o qual trabalhamos como recorte inicial de nossa pesquisa.

A propaganda que analisamos possui dois níveis de comunicação: a linguagem e o desenho (sendo este caracterizado pelo logotipo da Instituição). Observamos que o texto informativo da propaganda foi construído em três níveis:

O primeiro nível faz a identificação da Instituição através da sua localização. Além da sua identificação traz o logotipo institucional, no qual se identifica o público alvo de sua ação. O logotipo, trabalha aspectos relativos à data de sua fundação, além do desenho de um casal de idosos, cujo traços transmitem as características físicas do processo de envelhecimento, retratados aqui através da calvície, uso de óculos e rugas.

O segundo nível do texto informativo resume o objetivo deste anúncio através da frase: *Visite o Asilo do Carmo*. Complementado por uma frase de Eleanor Roosevelt¹⁹, que divide a nossa trajetória humana em passado, futuro e presente. Classificando este último como um presente, retratado através da palavra *benção* acompanhada de reticências, sugerindo a conclusão do pensamento por parte do leitor.

O terceiro nível da propaganda traz o seguinte texto: *Para que o “hoje” dos nossos velhinhos seja sempre uma “benção”, pedimos a todos, principalmente aos familiares que com o carinho de sua presença neste asilo, possam trazer a cada idoso, com um sorriso, um Natal a cada dia!* Sendo o informativo encerrado pelos propositores ou que tenham sido encarregados de fazer o anúncio - o Departamento de Serviço Social do Asilo Nossa Senhora do Carmo.

Observamos neste texto, novamente a presença do sentido tempo, figurado através das palavras “hoje” e “velhinhos”. Assim como a repetição da palavra “benção”. Desta forma analisamos que este anúncio publicitário enaltece diversas imagens negativas e desrespeitosas dos idosos, acentuando os estereótipos da dependência física e afetiva, da insegurança e do isolamento. Porém, acreditamos que talvez esta caracterização carregada de signos negativos não fosse a intenção de quem tenha produzido tal anúncio do mesmo. Mas apenas estamos analisando aquilo que foi posto neste anúncio, a luz da representação social proposta por Moscovici, e também baseado nos estudos realizado por Debert.

As características presentes neste anúncio vão ao encontro de estudo que Debert (2003) desenvolveu, intitulado “O velho na propaganda”, em que a autora observa que até a década de 70, o tratamento dado ao idoso na mídia passava por dois vieses; ora o tom da dramaticidade, representado pelas perdas físicas, econômicas e sociais; ora por elementos cômicos, representados pela teimosia e tolice. Sendo esta situação mudada a partir dos anos 80, quando o velho passa ser representado de maneira mais positiva – sendo este o aspecto observado no outro anúncio publicitário que trataremos adiante.

Considerando o estudo de Debert, observamos que o anúncio do Asilo do Carmo, apesar de ter sido feito no século XXI, reuniu elementos negativos bem presentes da década de 70. Este elemento presente na construção da representação da imagem do idoso de forma estereotipada nos transporta para uma velhice cheia de tristeza, abandono, de perdas de laços afetivos e familiares.

¹⁹Eleanor Roosevelt (1884- 1962) foi uma embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas entre 1945 e 1952, diplomata e ativista dos direitos humanos, e também esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt.

Informática para a Terceira Idade

A propaganda foi publicada uma única vez, no dia 16 de abril de 2004, na seção de Classificados do MC. Esta acompanhava uma reportagem que ocupava a página inteira da seção, divulgando os cursos de extensão da Faculdade de Filosofia de Campos (Fafic), localizada no Centro de Campos. Vamos ao anúncio (Figura 26):

Figura 26 – Curso de Informática para Terceira Idade



Fonte: Adaptado do MC (16/04/2004, p. B-4).

A referida propaganda também possui dois níveis de comunicação: a linguagem e o desenho. O texto informativo foi construído na perspectiva de divulgação dos cursos de Informática oferecidos para turmas de terceira idade, sendo estes: recursos, comunicação, entretenimento, Windows, Word, Excel e Power Point. Nesta se destacam as palavras *3ª Idade*, em caixa alta. Demonstrando um apelo para esta faixa etária, sugerindo a possibilidade de sua inserção digital.

Salientamos que a análise do desenho também foi realizada a partir de uma abordagem semiológica, em que trabalhamos os aspectos denotativos e conotativos, segundo Barthes (1984). Assim os elementos denotativos, aquilo que está visível, foi observado a partir do primeiro signo, no caso a idosa posicionada em frente ao computador. Segundo Peirce (1993), signo “é a representação de algo em face de uma pessoa determinada”, ou seja, é *qualquer coisa* que representa alguma *outra coisa* para alguém.

Assim toda a análise da imagem foi feita a partir deste primeiro signo, chamada por nós de idosa instrutora, sendo rodeada por mais dois idosos e mais duas idosas. O ambiente

supõe uma sala de aula, onde todos os componentes do desenho estão na postura de alunos. As faces dos personagens indicam características joviais e alegres, apesar do destaque que é dado aos cabelos brancos. Suas vestes são alinhadas ao corpo e apresentam um tom de seriedade.

Quanto à análise do sentido conotativo do desenho, trabalhamos os aspectos do ambiente e de seus sujeitos (idosos). O aspecto da face da instrutora leva a crer que esta está numa posição de ensinar e esclarecer as dúvidas dos demais, o que produziu nas faces dos demais componentes do desenho características de alegria e satisfação. Isso também se representa através da postura gestual, na qual uma idosa coloca a mão no queixo demonstrando satisfação em relação a uma possível dúvida tirada. Assim como outro idoso, indicando a resposta através do seu dedo indicador.

A imagem também proporciona uma análise da natureza social da proposta do curso, qual seja o de reunir idosos. Isto se deve pelo modo como estão vestidos, trajando roupas clássicas, como terno, gravatas e vestidos de alfaiataria. Supõe-se, conseqüentemente, que são idosos com uma condição socioeconômica abastada. O aspecto físico deles, alimentado também pela natureza de suas vestimentas, aponta que possivelmente morem em um local de alto padrão. Seus traços físicos revelam indicativos de uma jovialidade, embora demarcada pelos cabelos brancos, demonstrando pessoas com acesso a tecnologia de rejuvenescimento.

A partir destas observações, estabelecemos uma relação com o estudo citado anteriormente na análise do anúncio do Asilo do Carmo. A autora esclarece que a partir dos anos 80, o idoso “tendem a ser representados de maneira mais positiva, passando a simbolizar o poder, a riqueza, a perspicácia, o prestígio social” (DEBERT, 2003, p. 136). A mudança de um estereótipo negativo, para um positivo é explicado a partir de visão mercadológica de consumo que passa a enxergar o idoso como um consumidor potencial, devido a sua estabilidade econômica.

Assim algumas agências publicitárias têm considerado este segmento populacional uma fatia a ser conquistada. Remetendo-os “à valorização de práticas inovadoras e subversivas de valores tradicionais, especialmente no que diz respeito à vida familiar, à sexualidade e ao uso de novas tecnologias” (Debert, 1999:136). Porém ressaltamos que tal realidade não atende a todos os idosos brasileiros, especialmente se consideramos que 59%, recebem de 1 a 2 salários mínimos mensais, sendo que 64% são os únicos responsáveis pelo domicílio, conforme IBGE (2010). Aqui cabe mais uma relação com os estudos de Debert, com relação à reprivatização da velhice; em que, este grande contingente de idosos é responsabilizado individualmente por sua condição econômica, não sendo absorvido por este

mercado consumidor, pois foram “incapazes de se envolver em atividades motivadoras, deixando de adotar formas de consumo e estilos de vida capazes de evitar a velhice e seus problemas” (Idem, 2002, p. 137).

A respeito do anúncio do curso de informática analisado, percebemos que as características de consumidor potencial são construídas a partir da imagem do que se considera ser a velhice por todos desejada, sendo esta integrada às novas tecnologias jovens.

Diante destes dois anúncios publicitários, entendemos que nossos resultados nos levaram a conclusões não definitivas, mas a possíveis elementos para construção da representação social da imagem do idoso no corpus do MC. Sendo este construído a partir de uma dualidade de estereótipos. Sendo o estereótipo negativo, caracterizado por perdas físicas, econômicas e sociais. E de um estereótipo positivo, caracterizado por idosos envolvidos com as novas tecnologias e integrados socialmente através desta. Assim ambas as imagens estereotipadas povoam a construção da representação social da imagem do idoso no MC, caracterizadas, ora pelo isolamento, ora pela integração. Demonstrando assim a diversidade de envelhecimentos presente no nosso país, sendo o contraste econômico o ponto central desta análise – determinando a dualidade em olhar as realidades do envelhecer.

Quanto ao material fotográfico, o processo de coleta e análise dos dados reuniu 188 fotografias, estando estas veiculadas às reportagens, artigos e entrevistas presentes no MC. A análise seguiu de acordo com os cinco grupos temáticos da pesquisa.

Relembramos que as fotografias foram analisadas a partir de uma abordagem semiológica, em que trabalhamos os aspectos denotativos e conotativos, segundo Barthes (1984). Assim todas as análises das fotografias foram feitas a partir deste primeiro signo, ou seja, os idosos. Quanto à análise do sentido conotativo das fotografias, trabalhamos os aspectos do ambiente e de seus sujeitos (idosos).

O resultado da análise do material fotográfico referente aos grupos *Realidade dos Idosos*, *Interfase da Aposentadoria*, *Modelos de Envelhecimento Saudável* e *Outros Assuntos* será apresentados de forma única. Pois observamos a repetição de alguns elementos denotativos e conotativos comuns nestes grupos, o que nos proporcionou a reunião de algumas características da imagem do idoso no *corpus* do MC, a partir destas temáticas. Destacamos também que 90% das fotografias foram publicadas em preto em branco.

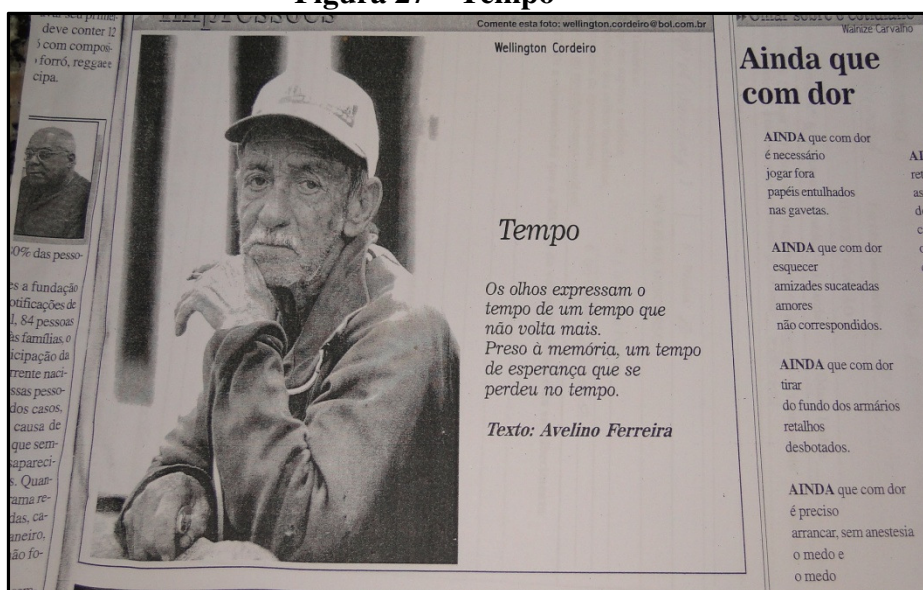
No que se refere ao sentido denotativo das fotografias, destacou-se características físicas do ambiente e dos personagens (idosos), sendo este o primeiro signo. Quanto às características físicas dos ambientes fotografados, prevaleceu o ambiente doméstico, especialmente a porta de entrada das residências, além do espaço público, principalmente os

programas e projetos voltados a este público. As faces dos personagens revelaram características do processo de envelhecimento, sendo destacado a expressão facial, sobretudo as rugas.

Quanto ao aspecto conotativo foram observados o olhar destes idosos, estando voltados para um horizonte distante. A reação destes olhares é um dos elementos implícitos nas fotos. Seus olhos estão repletos de tristeza e suas fisionomias de total desalento. Segue assim o exemplo de nove fotos e as respectivas análises.

Destacamos inicialmente que estas fotos foram selecionadas por reunirem o maior número de elementos que sintetizaram os textos já analisados. Assim como já foi mencionado anteriormente na análise dos textos, as fotografias também apresentaram o caráter dual da imagem do idoso: ora como pessoas vítimas do processo de envelhecimento; ora como protagonistas destes. Iniciaremos com o exemplo de duas fotografias que representam a representação social da imagem do idoso, a partir do corpo, ou seja, dos aspectos negativos associados ao avanço cronológico. Citamos como exemplo da fotografia publica no dia 15/08/2004, página A-4 (Figura 27):

Figura 27 – Tempo



Fonte: Adaptado do MC (15/08/2004, p. A-4).

A imagem destaca um idoso apoiado em uma mureta, aparentemente fumando. O texto informativo da foto, de Avelino Ferreira (já mencionado), em formato de poesia esclarece a passagem do tempo, tendo como resultado o aprisionamento da memória em um tempo de desesperança. O autor da imagem é o repórter fotográfico Wellington Cordeiro. No que se refere ao sentido denotativo da foto, o signo principal é o idoso. No momento em que a fotografia foi tirada, ele se encontra com os braços apoiados em um pequeno muro. O aspecto

de sua face leva a crer que o idoso foi comunicado sobre a foto, pois é possível ver que seu olhar está direcionado para a câmera fotográfica. Ele usa uma jaqueta de frio em tom escuro, que esta com alguns buracos, próximos ao cotovelo esquerdo, e um boné com um tom mais claro. Sua tez é escura. Ele segura um cigarro na mão esquerda e um isqueiro na mão direita. Atrás do idoso, se vêem três janelas abertas, que não permitem identificar o tipo de construção (comércio, residência e outros).

Quanto ao sentido conotativo da fotografia. Observa-se especialmente a fisionomia do idoso, cujo olhar aparentemente demonstra tristeza ou talvez cansaço. A imagem também proporciona uma análise social do idoso. A partir da forma como está trajado, aparentemente ele não tenha condições financeiras de vestir roupas novas. O aspecto físico dele, alimentado também pela natureza de suas vestimentas, aponta que possivelmente more em um local com pouca infraestrutura. Seus traços físicos revelam indicativos de uma saúde frágil. O ato de está fumando pode ser interpretada como uma válvula de escape sobre a situação que gera profunda tristeza em seu olhar.

Na Figura 28, seguem as mesmas características citadas anteriormente, ganhando destaque a face da idosa fotografada:

Figura 28 - Vó



Fonte: Adaptado do MC (19/02/2004, p. A-4).

A imagem retrata uma idosa encostada em frente ao portão de uma casa. O texto informativo da foto, de Genilson Soares, pontua a figura da avó. No que se refere ao sentido denotativo, o signo principal é a idosa. No momento em que a fotografia foi tirada, ela se encontrava de pé apoiada no portão de uma casa. O aspecto de sua face leva a crer que a idosa está à espera de alguém ou observando o movimento cotidiano da rua. Ela usa uma blusa de

cor escura. Seus cabelos estão levemente penteados e seguros por uma fivela no lado esquerdo. Ela está aparentemente dando uma pequena mordida no dedo mínimo direito, estando à mão apoiada ao muro do portão. A sua mão esquerda está segurando o portão de ferro, que possui uma espécie de arame ou cordas, nas fretas das grades do portão. Atrás da idosa, vemos a lateral de uma casa feita de tábuas.

O sentido conotativo da fotografia demonstra que a idosa está à espera de algo ou alguém, que partiu e que ainda não chegou. Seu corpo e fisionomia evidenciam uma idade avançada. Observa-se um olhar de reflexão e ansiedade, especialmente se observamos que ela está mordendo o dedo. Considerando a forma como está trajada e alguns aspectos do que talvez seja sua casa, supomos que esta idosa more possivelmente em um local com pouca infraestrutura.

Considerando os resultados apresentados a partir das fotografias, a priori nos indicam uma representação social da imagem do idoso reforçada especialmente a partir dos estereótipos negativos da idade. Sendo enfatizada especialmente a decadência física, ganhando destaque a representação a partir da perspectiva da miséria.

Num outro sentido destacamos seis fotografias que representam de forma eficiente as novas representações do ser idoso, denominado no *corpus* do MC, como *terceira idade*. Sendo assim sinônimo de vitalidade, em consequência de uma nova postura pessoal, ou seja, a reprivatização da velhice. Destacamos a Figura 29:

Figura 29 – Menos Terceira Idade



Fonte: Adaptado MC (25/03/2005, p. 6)

A Figura 29 retrata diversas idosas em uma sala de aula. O texto informativo da foto, que não informa o autor (sendo esta identificada como *Arquivo*), destaca o trabalho

desenvolvido pela Unati-UFF, Campos dos Goytacazes, citando este como referência no atendimento aos idosos de acordo com OMS. No que se refere ao sentido denotativo, o signo principal são as idosas. No momento em que a fotografia foi tirada, elas se encontravam sentadas nas cadeiras de uma sala de aula, possivelmente da própria universidade, desenvolvendo alguma atividade de escrita. Ou simplesmente fazendo algumas anotações sobre o que está sendo passado pelo instrutor e/ou professor – não podemos precisar, pois não foi identificado na foto. As idosas, em sua maioria, estão usando uma blusa de cor escura com as mesmas características. Talvez um uniforme, possivelmente para identificar o projeto e/ou a turma em questão.

O sentido conotativo da fotografia demonstra que as idosas estão compenetradas desenvolvendo alguma atividade. Seu corpo e fisionomia evidenciam uma idade avançada. Observa-se que a face das idosas demonstra alegria e interesse a respeito do que está sendo transmitido. A adoção de novos comportamentos quanto ao trato com parte físicas também registradas nas imagens, destacamos a Figura 30:

Figura 30 – Tratamento estético no Clube da Terceira Idade



Fonte: Adaptado MC (03/07/2004, p.7).

A Figura 30, quanto ao aspecto denotativo, retratou diversos idosos reunidos em torno da piscina de um clube voltado para o atendimento de idosos. Aparentemente estão aguardando o início das atividades ou descansando. Alguns idosos estão em pé, talvez conversando. Quanto à face dos idosos, podemos dizer pouca coisa, uma vez que a imagem privilegiou a dimensão da piscina. Porém supomos que estão aparentemente tranquilos, relaxados e felizes, quanto ao aspecto conotativo. Estas mesmas características também foram

observadas na Figura 30 e 31, porém destacam posturas individuais para uma melhor qualidade de vida na velhice:

Figura 31 – O tempo passa... mas não para ele



Fonte: Adaptado MC (10/10/2003, p. A-5).

A Figura 30 expõe a trajetória de vida de um idoso que estava completando 100 ano. O texto informativo da foto, “Difícil acreditar que Francisco Barbosa esteja fazendo 100 anos hoje”, retrata a dissociação entre avanço da idade e qualidade de vida – aspecto já apresentados nas análises anteriores. Quanto ao sentido denotativo, o signo principal é o idoso. Este aparece em destaque na foto, acompanhado de uma montagem de diversas fotografias que resgatam alguns fatos histórico do nosso país, possivelmente manifestações de estudantes nas ruas a favor da impugnação de mandato (*Impeachment*) do então presidente Collor (1990-1992). Além de fotos pessoais do idoso, retratando um pouco a sua vida. O aspecto de sua face leva a crer que a idosa está feliz. Usa uma camisa de cor azul. O sentido conotativo da fotografia demonstra que a idosa está atenta a atitude do fotógrafo no ato de tirar a mesma. Observa-se um olhar de curiosidade e também de satisfação, expressos através de um leve sorriso. A foto a seguir (Figura 31) também reproduz alguns os elementos citados, porém destaca uma “fórmula” para o envelhecimento ativo:

Figura 32 – Dia do Idoso



Fonte: Adaptado MC (01/10/2005, p. A-3)

Segundo a Figura 31, traz em seu texto informativo o exemplo de vários idosos que encontraram “alternativas saudáveis” para viver o processo de envelhecimento. Destaca especialmente a ação de idosos que desenvolvem diversos trabalhos manuais para manter-se “integrados e felizes” – conforme reforçado nos textos. Quanto ao sentido denotativo, o signo principal é a idosa. Ela aparece segurando um quadro em tinta óleo pintado por ela. Esta sentada em um sofá, provavelmente em sua casa. Usa duas blusas de cor clara, tom azul e branco. E um colar que parece ser um crucifixo. Seus cabelos estão cuidadosamente escovados e penteados, além de uma face maquiada em tons de vermelho. Usa uma camisa de cor azul. O sentido conotativo da fotografia demonstra que a idosa está atenta a atitude do fotógrafo no ato de tirar a mesma. Sua face leva a crer que a idosa está feliz e orgulhosa.

Diante destes dois exemplos, observamos que as fotos foram impressas coloridas. Dando um tom maior de vitalidade e destaque a estas iniciativas, reforçando os estereótipos positivos da reprivatização da velhice. Ganhando destaque também o sorriso destes idosos, conforme a Figura 32:

Figura 33- Dia de Comemoração e Lutas



Fonte: Adaptado (MC, 01/10/2006, p. A-4).

Observamos também que apenas duas reportagens trouxeram em destaque um idoso negro, citamos como exemplo a Figura 34. Que descreve a história de uma idosa de 84 anos que escreve poesias para ser manter “alegre na velhice”. No que se refere aos modelos de envelhecimento foram destacados especialmente os idosos de cor branca.

Figura 34 – Ela escreve com o coração



Fonte: Adaptado MC (18/04/2004, p. A-3).

A presença dos idosos negros esteve presente especialmente nas reportagens referentes aos atendimentos nos serviços públicos de saúde, casos de violência; e especialmente em notícias sobre o Asilo do Carmo (Figura 35), retratando o abandono e a miserabilidade destes:

Figura 35 – Do Glamour às escoras



Fonte: Adaptado MC (29/05/2004, p. 6)

A questão racial é um tema delicado no Brasil, especialmente se consideramos que foi o último país da América a abolir o sistema escravista, há 120 anos. Assim este debate envolve diversos paradoxos e mitos, especialmente referente a democracia racial

Segundo Marcelo Paixão (2012), para falarmos de como o racismo vem sendo representado na mídia²⁰ é necessário que, primeiro, sejam estabelecidas definições para como este termo é utilizado no Brasil. Se dissermos que racismo são discursos agressivos e que instigam ódio a determinadas etnias, segundo Marcelo, a mídia se mantém em um mesmo padrão, o padrão do politicamente correto e se mostra contrária a qualquer grupo ou manifestação deste racismo. Mas o racismo que aqui existe não é este. Paixão classifica o racismo no Brasil como “um congelamento de posições sociais que depende da aparência do indivíduo, especialmente, da cor da sua pele” (Idem, p.2). E com relação a este tipo de racismo a mídia tem um papel de destaque, especialmente como observamos nos *corpus* do MC através da relação negro x pobreza. Assim a mídia tem um papel decisivo no reforço de imagens e estereótipos circulantes na sociedade.

Quanto à questão da institucionalização dos idosos, percebemos esta como uma das conseqüências do crescente número desta população. O que implicam em aumento das demandas sociais, além de representar um grande desafio político, social e econômico. Frente a esse processo de transição demográfica em ritmo acelerado, ocorre também o aumento da

²⁰ A este respeito sugerimos a consulta da dissertação de mestrado de SILVA, Verailda Maciel da. “A ausência da cor-mídia, racismo e discurso: Uma incursão analítica em Jornais impressos de Campos Dos Goytacazes, RJ”, Universidade Estadual Norte Fluminense (Unenf), 2001.

demanda por instituições de longa permanência para idosos, chamados de asilos. Segundo Pedrazzi (2010), os novos arranjos familiares reduzem a perspectiva de envelhecimento em um ambiente familiar seguro, por estas muitas vezes não possuírem condições financeiras de prover as necessidades dos idosos e/ou não haver disponibilidade de um de seus membros lhes acompanharem, além do preconceito, estigma e repulsa que a velhice, causa, mesmo dentro dada própria família.

A institucionalização apresenta assim duas realidades distintas: muitas vezes, propicia o isolamento e privação social dos idosos, freqüentemente a piora do seu estado geral de saúde; ou então, surge como uma nova oportunidade na vida, trazendo resultados benéficos para seus bem estar biopsicossocial, conforme Carvalho (2002). Quanto às reportagens veiculadas no MC, observamos apenas o aspecto inicial apontado por Carvalho, de modo que a representação social da imagem das instituições asilares e conseqüentemente dos idosos foi expressa como uma etapa de infantilização do idoso, como também como um espaço para terminar de viver.

No que se refere ao sentido denotativo das fotografias, quanto ao grupo *Políticas Públicas*, observamos a presença dos gestores e/ou executores destas políticas. O signo principal das fotos foi representado pelos especialistas técnicos responsáveis pela operacionalização e efetivação das políticas no município de Campos dos Goytacazes. Quanto ao sentido conotativo observamos a imagem do idoso como coadjuvante das políticas, sendo apenas beneficiário; e não como protagonista principal. Dependendo assim da representação e/ou atuação dos especialistas, sendo os seus “porta-vozes”.

Dentro deste aspecto observamos a imagem constante de dois “representantes” dos idosos, conforme pontualmente exposto nos textos informativos. O primeiro, Srº Delso Gomes, presidente da ASCAPEN (Associação Campista dos Aposentados e Pensionistas) no ano de 2003; e depois eleito como presidente do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de Campos (COMDIN), no mesmo ano (Figura 36):

Figura 36 – Presidente da ASCAPEN e Condim



Fonte: Adaptado do MC (01/10/2004, p. 7).

E a segunda, a Senhora Fátima Beyruth, presidente do Conselho do Idoso em 2005. Chamamos a atenção para o fato de que em algumas reportagens foram utilizadas as mesmas fotografias para ilustrar diversos temas, utilizando estes representantes, porém em datas diferentes (Figura 37):

Figura 37 – Presidente do Condim



Fonte: Adaptado do MC (03/10/2005, p. 6).

O encobrimento da voz do idoso, ou seja, a substituição de sua manifestação a partir da leitura dos “técnicos” e/ou “representantes” propicia a criação de uma imagem de tutela

deste segmento. Segundo Vasconcelos (2003), o conceito de empoderamento²¹ é o tema central das políticas sociais, a partir dos anos 90. Historicamente, o empoderamento está associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos. Ou seja, o processo de operacionalização das políticas sociais também precisa estar lado a lado com os sujeitos de sua intervenção, dando a este voz – participação. Observamos no *corpus* do MC, o caráter coadjuvante dos idosos neste processo.

Segundo Oliveira (2010) estamos vivendo na era do empoderamento, entretanto quando se fala em empoderamento, sugere-se que existem grupos que estão à margem do poder e que necessitam de condições para empoderar-se. Neste sentido todo grupo social possui poder, no espaço direto em que está inserido. O poder pode ser entendido no sentido de transformação social, entre aqueles que detêm ou não o poder, gerando uma mudança significativa em busca de uma maior equidade.

Diante destes materiais fotográficos, entendemos que nossos resultados nos levaram a conclusões parciais, mas nos apontaram alguns elementos para construção da representação social da imagem do idoso no *corpus* do MC. Sendo este construído a partir de uma dualidade de estereótipos, conforme já demonstrada nos textos informativos. Sendo o estereótipo negativo caracterizado pela decadência física do corpo. Chamando-nos atenção a questão racial, ou seja, a diferença na publicização entre idosos negros e brancos nas fotografias do MC.

Por outro lado, o estereótipo positivo, caracterizado por idosos envolvidos com atividades integradoras, especialmente resultado de sua postura pessoal. Assim ambas as imagens estereotipadas povoam a construção da representação social da imagem do idoso no MC, caracterizadas, oras pela tristeza expressa através das faces enrugadas, ora pela felicidade, através dos sorrisos. Demonstrando assim a diversidade de envelhecimentos presente no nosso país, sendo o contraste econômico o ponto central desta análise – determinando diversidades de imagens do envelhecer.

²¹ Empowerment constitui-se num termo da língua inglesa de difícil tradução para o português. Sendo assim, optou-se por se utilizar, neste trabalho, a tradução da palavra Empowerment como empoderamento, sendo, muitas vezes, traduzido como fortalecimento.

CONCLUSÃO

O objeto de nossa pesquisa foi “analisar de que forma os discursos presentes nos textos veiculados no jornal MC contribuem para a construção de um conjunto específico de representações sociais da imagem do idoso”. Assim, podemos a partir do que foi exposto nos capítulos anteriores, afirmar que existem diferenças significativas na maneira como o avanço da idade é construída pelo jornal.

Em primeiro lugar, os discursos presentes nos textos veiculados no MC contribuíram para a construção de um conjunto específico de representações sobre o idoso no campo sócio-cultural local, numa perspectiva comparada com alguns estudos relativos às imagens do idoso na mídia na esfera nacional. Este discurso esteve ancorado especialmente no uso das palavras *idoso* e *terceira idade*, designando perfis diferenciados.

Na análise do discurso verificamos que a categoria *idoso*, foi utilizada para caracterizar as pessoas acima de sessenta anos, a partir do aspecto cronológico e biológico do envelhecimento humano, especialmente quanto aos aspetos negativos deste processo, sendo caracterizados como uma fase de doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, conforme diversas reportagens enfatizaram. Especialmente foram destacados a depressão e o Alzheimer, como inerentes ao processo de envelhecimento. O discurso do *idoso* presente no corpus do MC contribuiu para a constituição do idoso como um problema social, a partir da sensibilização da sociedade campista para os dramas do envelhecimento.

O agrupamento do *corpus* a partir da classificação *idoso* apontou que o avanço da idade tende a ser visto como algo problemático, especialmente quanto aos sinais físicos do envelhecimento. De forma geral as reportagens enfatizavam a “perspectiva da miséria”, citada em Debert. Ou seja, precariedade nos atendimentos de saúde, filas quilométricas nas agências bancárias e postos do INSS, defasagem das aposentadorias e violência. Desta forma o discurso esteve ancorado especialmente numa representação social da imagem em um quadro dramático de perda de status social das pessoas mais velhas.

No entanto, de acordo com Debert (1999), a perspectiva da miséria foi, sem dúvida, fundamental para a transformação do idoso em um ator político, tornando a sociedade brasileira mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e com a aposentadoria. Desta forma o discurso no MC também pode ter contribuído para a visibilidade do idoso como um ator político.

O discurso da *terceira idade* utilizada no corpus do MC foi ancorado em aspectos positivos do processo de envelhecimento, caracterizado especialmente através das expressões *terceira idade ativa* e *melhor qualidade de vida* na terceira idade, corroborando os estudos de Debert, que expõem que o uso do termo terceira idade representa uma nova representação do envelhecimento – reinvenção da velhice – divulgada especialmente pela mídia. Segundo Guillemard (*apud*, Debert, 1999), a terceira idade exprime metaforicamente essa nova situação; não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar.

Neste contexto, o *corpus* do MC ancorou o seu discurso na divulgação dos programas e/ou serviços voltados a este público, divulgando uma representação social da imagem do idoso associada a uma etapa da vida sujeita à vivência de experiência inusitada, como a prática de danças, ginástica, esportes, estética e educação. Desta forma o prolongamento da esperança de vida não foi trabalhado como problema, mas como um direito de vivenciar uma nova etapa da vida, através de novos valores coletivos. Assim a política local publicizada nas páginas do MC foi priorizada a partir de ações direcionadas aos aspectos corporais do processo de envelhecimento.

Dentro deste contexto a aposentadoria retratada através do discurso da perspectiva da miséria, passa a ser representada como uma oportunidade de lazer, conforme apontou também Dumazedier (1974). Assim a invenção da terceira idade nos corpus do MC foi representada como uma experiência inusitada, qualificando os idosos como referência de saúde, independência financeira e familiar. Sendo principalmente capazes de alcançar a satisfação pessoal através do envelhecimento.

A nova gestão da velhice ancorada no MC também nos possibilitou verificar alguns elementos do processo de reprivatização da velhice, especialmente através da responsabilidade individual. A objetivação do discurso proporcionou uma representação social da imagem do idoso através do argumento central que *só é velho quem quer* – uma vez que existem diversos programas para a terceira idade. Nesses programas, o envelhecimento deixa de ser um processo contínuo de perdas; as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos (DEBERT, 1999). Fato esse explorado no discurso do MC, principalmente através de relatos pessoais, por meio de entrevista, de idosos que tiveram sua rotina mudada, o que proporcionou uma reintegração social.

O *corpus* do MC contribui para uma nova representação da imagem do envelhecimento, fato este apontado por Debert. Que aponta a mídia como grande difusor desta imagem. Porém a autora ressalta que a imagem do envelhecimento, associada à terceira idade, não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na perda de habilidades cognitivas e de controles físico e emocional que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania. Considerando esta observação, com a qual concordo, também destaco que essa nova imagem também contribui para revisão de estereótipos negativos associados ao processo de envelhecimento. Seria, contudo, ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades.

A questão está na forma como o discurso é construído no meio midiático. Pois conforme Moscovici, a percepção pública dos temas é construída com base nas informações transmitidas pela mídia. Assim esta representação social da imagem do idoso de forma dual, ora pela perspectiva da miséria, ora como fonte de recurso presente no MC, pode possibilitar uma multiplicidade de condutas e sentidos pelos indivíduos ou grupos. Ressaltamos que não podemos afirmar que tipo de apropriações e reconstruções foram dadas pelos leitores, a partir do corpus do MC quanto à representação social da imagem do idoso. No entanto destacamos que o discurso, proposto pelo MC, criou estes dois universos quanto à representação social da imagem do idoso, ora enfatiza estereótipos negativos, ora destaca estereótipos positivos.

No segundo aspecto foi possível estabelecer uma relação mais próxima entre as representações veiculadas a partir da imagem do idoso pelo MC e o processo referente à reprivatização do envelhecimento. A imagem do idoso percorreu uma relação aparentemente antagônica entre os estereótipos negativos associados ao processo de envelhecimento (ou seja, o idoso na “perspectiva da miséria”) e o envelhecimento como novo mercado de consumo (ou seja, idoso na perspectiva de “fonte de recursos”, sendo reforçados os estereótipos positivos).

Ressaltamos uma aparência antagônica porque, em seus estudos Tornstam (*apud*, Debert, 1999) o idoso visto como mercado promissor de consumo está encoberto pelos estereótipos negativos. Sendo este antagonismo aparente percebido nos resultados apresentados, onde a representação social da imagem do idoso era pontuada por tipologia do *velho-velho* sendo substituído pelo *velho-jovem* como receitas para vencer os estereótipos negativos reforçados no corpus do MC.

A representação social da imagem do idoso, a partir da perspectiva da miséria foi consolidada no corpus do MC, a partir da associação entre *velhice* e *aposentadoria*. Enquanto

associadas, remetem a uma representação em que o idoso em face de suas “limitações” é percebido como não mais produtor de bens e serviços e, portanto, marginalizado nos contextos sociais pautados pelo valor produtivo.

A aposentadoria foi representada a partir de um processo de perdas físicas, econômicas e sociais. Sendo o idoso caracterizado ora como *vítima*, ora como *culpado*. A *vitimização* do idoso foi caracterizada através de uma representação social de sua imagem associada, a doença, baixo poder aquisitivo quanto ao rendimento previdenciário, perda da capacidade funcional e motora, e sujeito às diversas violências (familiares e institucionais). Desta forma a representação social da imagem do idoso foi estabelecida através da relação *envelhecimento x perdas*, ou seja, o idoso como vítima do aspecto cronológico. Sendo a *doença* ponto central dos textos analisados, onde a saúde corporal esteve representada pela ausência da enfermidade.

A *culpabilização* do idoso foi representada especificamente a partir da representação social de seu corpo, contemplando aspectos eminentemente físicos e em alguns momentos psíquico. Os resultados obtidos apontaram para significados atribuídos ao corpo com certo tom pejorativo, especialmente no uso de palavras como fragilidade, vulnerabilidade, vagareza, inocência e ingenuidade, que foram citadas como características do corpo do idoso, sendo estas responsáveis por situações de violência, especialmente no trânsito e crimes de estelionato.

Dentro deste contexto, percebemos que a *vitimização* e *culpabilização* do idoso foram atribuídas a sua condição corporal, ou seja, a representação social da imagem do idoso no MC deu-se também através do corpo. De acordo com Goetzi (2008), o corpo é um organismo natural que se constitui a partir de representações individuais e sociais, podendo sofrer inúmeras modificações e/ou adaptações. No caso do idoso, o seu corpo foi representação a partir de sua imagem externa, determinado o seu lugar social.

Quanto à perspectiva de “fonte de recursos”, foram reforçados os estereótipos positivos sobre o idoso, como também apontaram os estudos de Debert. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida, discurso este objetivado nos textos do MC. O ideal de juventude foi resgatado através de reportagens que enfatizaram esta como a forma de inserção para os idosos, sendo destacada novamente os programas e serviços direcionados ao idoso. De acordo com Debert (1999) a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. Segundo a autora as oposições entre o *jovem velho* e o *jovem jovem* e entre o *velho jovem* e o *velho velho* parecem ter se constituído em formas privilegiadas de estabelecer laços

simbólicos entre indivíduos. Sendo esta postura reforçada pelo MC, através de formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento.

Considerando a leitura geral dos *corpus* do MC, a partir de agora iremos mapear de forma breve as diferenças fundamentais presente em cada grupo temático da pesquisa:

1- Realidade dos Idosos: o *corpus* analisado neste grupo enfatizaram em seu discurso a diminuição da capacidade motora dos idosos, como resultado de sua falta de cuidado individual. Observamos que em nenhum momento no texto são questionados as políticas e/ou serviços de atendimento. Assim a violência urbana, especialmente retrata no trânsito foi resultado da imprudência ou efeito do envelhecimento do idoso, não sendo abordadas as questões por exemplo de acessibilidade urbana.

Quanto à caracterização da representação social, esta esteve ancorada nos textos através da relação corpo X vitimização e/ou culpabilização, resultando numa representação social da imagem do idoso a partir do corpo, contemplando aspectos eminentemente físicos e psíquicos, sendo o envelhecimento associado à perda do papel social devido ao avanço cronológico e/ou biológico – especialmente caracterizado como sinônimo de doença.

Associado a este aspecto, observamos a presença constante das palavras: fragilidade, vulnerabilidade, vagareza, inocência e ingenuidade. Sendo estas citadas como características do corpo do idoso, determinado assim situações de violência, especialmente no trânsito e crimes de estelionato. Nos reportando a Debert, observamos a construção dos textos objetivados a partir da perspectiva da miséria, delineados a partir da degeneração física.

2- Interfases da Aposentadoria: os textos apresentaram uma dualidade no discurso com relação à aposentadoria. Ora faziam a descrição da trajetória de defasagem das aposentadorias do INSS, assim como a precariedade nos serviços bancários, ora descreviam que a aposentaria é tempo de buscar novas oportunidades para complementar a renda. Embora pareçam situações semelhantes, a diferença foi percebida a partir da responsabilização do idoso no trato do valor do benefício. Ou seja, sugerem que é possível sobreviver com uma aposentadoria no valor de 1 salário mínimo, depende apenas da postura individual no trato com o dinheiro.

Dentro deste contexto algumas reportagens também destacaram que a realidade econômica dos idosos não é tão ruim assim, pois de acordo com as reportagens, os benefícios são a principal renda de alguns municípios brasileiros. Ganhando destaque também a abertura de empréstimo para este público. Assim a representação foi ancorada na relação aposentadoria x pauperização e/ou aposentadoria x oportunidade.

A representação social da imagem do idoso neste grupo foi caracterização a partir de estereótipos negativos, representado pelas palavras: inativo, desocupado e fila. E também com estereótipos positivos, como a oportunidade para realizar sonhos e ideais. Corroborando assim com o discurso da perspectiva da miséria e idosos como fonte de recursos.

3- Modelo de Envelhecimento Saudável, os textos de forma geral descrevem novas normas e padrões de comportamento para a terceira idade, sendo esta a fórmula mágica para a garantia de uma melhor qualidade de vida, sem isolamento e doenças. Destaque para as ações direcionadas ao lazer, atividades físicas e educação, como práticas que redefinem as relações com a família, parentes e mudanças sociais.

Os textos foram ancorados na relação *terceira idade = idade ativa*. De modo que a representação social da imagem do idoso foi caracterizada através de pessoas ativas e inovadoras, que abandonaram um passado de exclusão para se inserir na sociedade de forma mais saudável. Assim o processo de envelhecimento foi reforçado a partir da postura individual, ganhado destaque a descrição do *novo velho* ou *jovem velho* (= terceira idade). Neste ponto, nos referimos novamente a Debert, quanto à reprivatização do envelhecimento e da perspectiva do idoso como fonte de recurso. Ou seja, a reprivatização presente no discurso dos textos confirmam o encobrimento da perspectiva da miséria, uma vez que são abordadas as diversas nuances sobre o envelhecimento. Trazendo à tona somente a responsabilidade individual neste processo, como resultado de escolhas individuais.

4- Políticas Públicas: os textos enfatizam a violação destes mecanismos, especialmente o transporte e atendimento bancário. No entanto o discurso substitui a esfera do direito social, pela execução de benefícios. Além de propagarem uma visão reducionista do Estatuto do Idoso, denominado em muitas reportagens como Lei do Idoso. Assim os textos foram ancorados na relação direito social X assistencialismo, resultando em uma representação social da imagem do idoso ora pela vitimização, ora como culpabilização. Reforçando assim a perspectiva da miséria e a reprivatização do envelhecimento.

5- Outros Assuntos: que mencionavam os idosos direta ou indiretamente, como protagonista ou coadjuvante. Os textos foram construídos na estrutura de crônicas e poesias, sendo ancorados na relação envelhecimento e finitude. A representação social da imagem do idoso neste grupo esteve representada através dos estereótipos negativos do corpo – sendo o envelhecimento retratado nos discurso como uma fase preparatória para a morte.

Partindo-se para uma (quase) consideração final, podemos dizer que esse estudo pretendeu compreender a representação social da imagem do idoso, a partir da relação entre *discurso do MC* e “*reprivatização do envelhecimento*”. A experiência de se fazer uma

investigação relacionando dois temas, abriu espaço para discuti-los no âmbito acadêmico, principalmente com relação ao conceito de representação social proposto por Moscovici. É importante ressaltar que o tema carece de aprofundamento: os procedimentos metodológicos planejados realçaram algumas lacunas que foram sendo corrigidas com o trabalho de campo. A análise e a discussão dos resultados poderiam ser mais bem exploradas e aprofundadas se o tempo não fosse tão limitado. Uma sugestão a ser adotada para a melhor elaboração e elucidação de algumas lacunas deixadas, seria a realização de entrevista semi-estruturada aos antigos produtores. Pois sabemos que a redação dos jornais também tem suas marcas sociais e também individuais – fruto dos diálogos entre os profissionais com uma dada realidade, pautados no seu público consumidor.

E também os leitores, para que se pudesse investigar o processo de ressignificação das reportagens publicadas sobre o idoso e explicitar o percurso dos sentidos e significados que servem de referências para os indivíduos e grupos no processo de apreensão da realidade.

Por fim, se é certo que as considerações e reflexões aqui apresentadas foram frutos do conhecimento das representações sociais veiculadas pela mídia acerca do idoso, também é certo que o estudo destas representações podem contribuir para uma nova leitura desta teoria, de sua imagem, das crenças que lhes são atribuídas, da manipulação política e econômica impetrada através dela e, conseqüentemente, podem contribuir para a reflexão e o redimensionamento das representações sociais que os jornalistas têm a respeito, de suas práticas na construção dos textos informativos; das políticas direcionadas ao idoso; das opiniões e atitudes dos idosos em relação ao papel da mídia. Nesse sentido, afirmar que as representações sociais veiculadas pela mídia são subsídios imprescindíveis para a reflexão e o redimensionamento das questões do idoso.

Considerando, porém, os meios de comunicação, são espaços de construção de saberes e sentidos, enquanto veiculadores e formadores de representações sociais, acreditamos que o conhecimento das representações sociais veiculados nesses meios podem instigar novas questões no cenário do envelhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e Velhice. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, Nº 75, Ano XXIV, outubro 2003.p. 35-54.
- ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA ALZHEIMER. Regional Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.abrazrj.com.br/index.asp?PageURL=9>>. Acesso em: 12 dez 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 6. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Anais do SIMCAM4 – IV Simpósio de Cognição e Artes Musicais — maio 2008
- BARTHES, Roland. A Câmara Clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 185.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BARROS, M. M. L. de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: FGV, 1998. Parte III, p.113-168.
- BERNARDES.M.A.F. Conselhos de Representação: espaços para os idosos se organizarem na defesa de seus direitos. São Paulo: Revista Kairos.2007. p.107-121.
- BERZINS, Marília. Envelhecimento Populacional: uma conquista a ser celebrada. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora: Nº 75,Ano XXIV,outubro, 2003, p.33-47.
- BLANCO, Victor Francisco Sampedro. "Efectos de los médios de comunicación sobre la opinión pública: los paradigmas sobre el poder del público". Comunicação & Política, v. 6, n. 1, 1999.p. 129-155.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão: a influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.168p.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. In: Diário Oficial da União, Brasília, 1º out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 14 ago. 2011.

BRASIL. Política Nacional de Redução da Mortalidade por Acidente e Violência. 2001. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>>. Acesso em: 12 dez 2011.

BRASIL. Política Nacional de Saúde do idoso. 1999. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume12.pdf> Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (BR). Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Brasília (BR): MPAS,1997.

BRASIL. Política Nacional Do Idoso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos,1994.

BRASIL. Lei nº 6.179 de 11 de dezembro de 1974. Institui o amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, 12 dez. 1974. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1974/6179.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

BRAVO, M.I. Os Conselhos e a Participação dos Assistentes Sociais. Revista Em Foco. nº4. Agosto de 2008. Rio de Janeiro: Vênus Luar Artes Gráficas Editora Ltda. p.30-32.

BRUNO, Fabiana. Retratos da velhice: um duplo percurso metodológico e cognitivo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

CALABI, A. C. As Imagens do Envelhecimento nos Anúncios Publicitários de Televisão. Relatório PIBIC/CNPq, IFCH, UNICAMP, 1994.

CAMARANO, Ana Amélia. Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60? (org.), Rio de Janeiro: IPEA. 2004.

CAMARANO, A. A., et al. Como Vive o Idoso Brasileiro? In: Muito Além dos 60: os novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. p. 19-71.

CAMARANO, A. A.; EL, GHAOURI S.K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: Camarano (org.). Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA. 2004. p. 281-306.

CAMARGO, B. V. Representações sociais do preservativo e da AIDS: Spots publicitários escritos por jovens para a televisão francesa. Em D. Jodelet e M. Madeira (orgs.), AIDS e representações sociais: A busca de sentidos (pp. 155-173). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1993.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Secretaria de Assistência e Família. Departamento do Idoso. 2011. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/search.php>>. Acesso em: 29 out. 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Lei nº 8.811 de 23 out. 2009. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/leis/2009/leis2009.pdf>>. Acesso em 14 ago. 2011.

CAMPOS, P. C. Como El País e ABC tratam o idoso. Observatório da imprensa. Ano 15, nº 531, 31/03/2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação produção de sujeitos e a mudança social. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v9n3/a13v09n3.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

CARVALHO, VFC; FERNANDEZ, MED. Depressão no idoso. In: PAPALETTO NETTO, M. Gerontologia: a velhice e envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002. cap. 16, p.160-173.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; Maria Aparecida Affonso Moysés. A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação). 2010. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, Guita Grin. O idoso na Mídia. Com Ciência- Velhice. São Paulo, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/env12.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

DEBERT, Guita Grin. O velho na propaganda. São Paulo: Campinas, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jun. 2010.

DEBERT, Guita Grin. Parentes próximos são os maiores agressores de idosos, revela pesquisa. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju>. Acesso em 12/01/2012.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE PROTEÇÃO AO IDOSO EM MINAS GERAIS (2010). Três em cada quatro idosos desistem das denúncias de maus-tratos. 2010. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/03/21/interna_gerais,216491/tres-em-cada-quatro-idosos-desistem-das-denuncias-de-maus-tratos.shtml>. Acesso em 23 ago. 2011.

DICIONÁRIO JURÍDICO DE BOLSO. FELIPPE, Donaldo Jr. Terminologia jurídica: termos e expressões latinas de uso forense. 18 ed. Campinas, São Paulo: Millenium Editora, 2007.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da reforma da Previdência Social no Brasil. SER Social, Brasília, n. 7, mar. 2010. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/299>. Acesso em: 16 jun. 2011.

LEFEVRE, Fernando; ANA MARIA CAVALCANTI LEFEVRE. Saúde como Negação da Negação: uma Perspectiva Dialética. 2007. <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a02.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed., São Paulo:Edições Loyola,2006.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Petrópolis. Vozes, Lisboa. Centro de Livro Brasileiro, 1972.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3º ed. São Paulo (SP): Atlas; 1991.

GALIZIA, S; PASTORINI, A. “A redefinição do padrão de proteção social brasileiro”. In: Revista Praia Vermelha Nº14. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 (no prelo).

GREGOLIN, M. R. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In(Org.) Filigranas do discurso: as vozes da história. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2000. p.19-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2009: Características da População e dos Domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Notícias-Tábua de Vida. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias/0212202tabuadevidashtm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2010 e do Censo de 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Idosos residentes em Campos dos Goytacazes em 2010: Síntese de Indicadores das Cidades Brasileiras. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 22 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Síntese de Indicadores 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

JODELETE, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelete, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JODELET, D. Folie et représentations sociales. Paris: PUF, 1989.

JODELET, Denise. Representation sociale: phénomènes, concept et theorie. In: Moscovici, S. (Org.). Psychologie sociale. Tradução Marcelo Saldanha da Gama. Revisão Celso Sá e Marisa Vale. Paris: Presses Universitaires de France; Rio de Janeiro, 1986.

JUNQUEIRA, Ester Dalva Silveira. Velho. E, por que não? Bauru: EDUSC.1998.

KELLNER, Douglas. A cultura das mídias – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC.2001.

LEMONS, Daniela de & PALHARES, Fernanda. Velhice. 2009. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

MACHADO, L.; QUEIROZ, Z.V. Negligência e maus-tratos. In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2002.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Invenção da velhice.Rio de Janeiro:Editora Papagaio,1989.

MAKSUD, I. Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada. Psicol. estud., Maringá, v.13, n.4, dez.2008.Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessos em 02 jan. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa.2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1990.p.37-56.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica.5.ed.3.São Paulo:Atlas.2009.

MASCARO, Sônia Amorim. O que é velhice. São Paulo:Editora Brasiliense,Coleção Primeiros Passos.1997.

MASCARO, Sônia Amorim. Imagem de Velhos e da Velhice nas Páginas do Jornal O Estado de S. Paulo 1988-1991. Tese de Doutorado, ECA, USP, 1993.

MATTELART, Armand.; MATTELART, Michèle. História das teorias da comunicação. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEDEIROS, S. A. R. Como pensar a vida. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 75, 2003,p. 1-208.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jun. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessos em 26 julho. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

MINAYO, M.C.S.; Coimbra, J. C. E. A. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002:25-35.Disponível em:<<http://bases.bireme.br/>>. Acesso em: 18/07/2011.

MUYLAER, F. M. A. *Ciência e Sociedade: uma análise da compreensão pública da ciência e da tecnologia entre leitores de jornais e jornalistas de Campos dos Goytacazes (RJ)*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. UENF. 2008.

MONITOR CAMPISTA (MC). Edições publicadas no período de 1º de outubro de 2003 a 31 de dezembro de 2003. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Campos dos Goytacazes. RJ. 2011.

MONITOR CAMPISTA (MC). Edições publicadas no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Campos dos Goytacazes. RJ. 2011.

MONITOR CAMPISTA (MC). Edições publicadas no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2005. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Campos dos Goytacazes. RJ. 2011.

MONITOR CAMPISTA (MC). Edições publicadas no período de 1º de janeiro de 2004 a 26 de maio de 2006. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Campos dos Goytacazes. RJ. 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Sobre a subjetividade social. Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, Serge. *Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire*. JODELET, D. (org.). *Les Représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p.62-86.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Censo 2010: o estado e a metrópole do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, 2002*. Tradução de Arlene Santos. Brasília (DF): Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Organización Panamericana de la Salud. Informe mundial sobre prevención de los traumatismos causados por el tránsito: elementos para la toma de decisiones*. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud. 2011.

OLIVEIRA, Rita de Cássia, OLIVEIRA, Flávia da Silva and SCORTEGAGNA, Paola Andressa. *Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso*. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), Available from:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092010000100022&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 12 Jun. 2012.

PAIXÃO, Marcelo. Semana Muniz Sodré. AGÊNCIA UFRJ DE NOTÍCIAS - PRAIA VERMELHA.20/04/2012.Disponível em <http://www.ufrj.br/mostraNoticia.php?noticia=12863_Evento-em-homenagem-a-Muniz-Sodre-fala-sobre-cultura-africana-no-Brasil.html>.Acesso em 13 jun. 2012.

PAZ, S. F.(org.). Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia? Espelho... espelho meu: imagens que provocam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2001.

PEIRCE, S. S. Semiótica e Filosofia. Introdução. Seleção e Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo,Cultix, 1993.

PEIXOTO, C. Envelhecimento e Imagem. Annablume, Rio de Janeiro, 2000.

PINTO, M. G. As Universidades da Terceira Idade em Portugal: Das origens aos novos desafios do futuro. Documento apresentado na Conferência Internacional Envelhecer em saúde, que decorreu em Lisboa na Universidade Lusófona a 8 de Agosto. 2003.

PIRES, A. Velhos em Revista - envelhecimento e velhice nas páginas de Cláudia e Playboy (anos 80 e 90). Dissertação de Mestrado IFHC, UNICAMP. 1998.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo soc., São Paulo, v. 21, n. 2, 2009 . Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessos em 02 jan. 2012.

PEDRAZZI, Elizandra Cristina et al. Household arrangements of the elder elderly. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2010, vol.18, n.1, pp. 18-25. ISSN 0104-1169. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000100004>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RANGEL, M. Bom aluno: real ou ideal?: o quadro teórico da representação social e suas contribuições à pesquisa. Petrópolis, Vozes.1997.

RODRIGUES, Nara Costa. Aspectos sociais da aposentadoria. In SCHONS, C. R. & PALMA, L. S. (org.). Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social. Passo Fundo, RS: UPF, 2005. p. 21-25.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J. (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense.1996.

SÁ, C. P. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.1997.

SAYEG, M. A. Envelhecimento Bem sucedido e o Autocuidado: algumas reflexões. Arquivos de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, v. 2, p. 96-97, set/dez. 1998.

SIQUEIRA, L.E. Estatuto do idoso de A a Z. Aparecida, SP: Ideias e Letras.2004.

SILVA, E.T.O estado do Rio de Janeiro no Censo de 2010. Rio de Janeiro.In: Boletim do Observatório das Metrôpoles, 185, III, 2011(a).

SILVA, Verailda Maciel. A ausência da cor-mídia, racismo e discurso: Uma incursão analítica em Jornais impressos de Campos Dos Goytacazes, RJ.Universidade Estadual Norte Fluminense (Uenf).2001.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; XIMENES, L. F. & DESLANDES, S. F., 2002. O Idoso sob o olhar do outro. In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento.(M. C. S. Minayo & E. A. Coimbra Jr., org.). pp.191-209, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

STEIN,R.; BOSCHETTI,I. A pesquisa realizada pelo CFESS: a inserção dos assistentes sociais nos conselhos de direitos e de políticas.Revista Em Foco.nº4.Agosto de 2008.RJ:Vênus Luar Artes Gráficas Editora Ltda.p.10-16.

TOMASINI, S.L.V. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência.RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 88-102, jan./jun. 2007.

TORNSTAM, L. The quo vadis of gerontology: on the scientific paradigm of gerontology.The gerontologist.v.33,n.3,1992,p.318-326.

TEIXEIRA FLEURY, Sônia. Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

VASCONCELOS, E.M. O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VERAS, R. P. País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VIEIRA, M.P.A.; PEIXOTO, M.R.C.A Pesquisa em História.São Paulo.Editora Ática,1995.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2011. Os Jovens do Brasil. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2011/acidentes_transito.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012(a).

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 2. Acidentes de Trânsito. Disponível em:<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_transito.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012(b).

ZAIDAN, G.M.C. Os processos de nomeações para o sujeito idoso contemporâneo.2009.Universidade Estadual de Campinas(ILE).Disponível em:<<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interdiscurso/geraldazaidan.pdf>>.Acesso em: 10 nov. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FICHA DE REGISTRO

MÊS: _____ ANO: _____ IF()

Ficha Nº/Ano: _____ Em (data/semana/hora): _____

IDENTIFICAÇÃO	
1. Tamanho da Reportagem*: () pequeno () médio () grande	
2. Qdade Linhas: _____	
3. Formato da Notícia: () capa () editorial () reportagem () entrevista () comentário () últimas notícias () classificados () caderno especial/revista () Geral () Economia () Polícia () Política () outros: _____	
4. Título do Artigo: _____ _____	
5. Data: _____	6. Página: _____
NÍVEIS DE DISCURSO	
I – Grupos Temáticos:	
1. () Realidade dos idosos	4. () Políticas Públicas _____
2. () Interfases da aposentadoria	5. () Outros Assuntos: _____
3. () Modelos de envelhecimento saudável	
II- MOSCOVICI: Construção das Representações	
OBJETIVAÇÃO: _____ _____ _____	
ANCORAGEM: _____ _____ _____	
II- DISPOSITIVO ANALÍTICO: Guita Debert	
_____ _____ _____ _____	
III –SÍNTESE DO DISCURSO (IMAGENS): _____ _____ _____	

* tamanho da reportagem:- pequeno: 1 a 40 linhas; - médio: 41 a 60 linhas; - grande: mais de 61 linhas

APÊNDICE B - INVENTÁRIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO E FOTOGRAFIAS

IDENTIFICAÇÃO		
1. Tamanho da Foto*:	<input type="checkbox"/> pequena	<input type="checkbox"/> média <input type="checkbox"/> grande
Medida: _____		
2. Legenda da Foto: _____		

3. Personagem (ns) da Foto: <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> outros:		
ELEMENTOS DENOTATIVOS		

ELEMENTOS CONOTATIVOS		

MOSCOVICI: OBJETIVAÇÃO E ANCORAGEM		

DEBERT: Reprivatização da velhice		

* tamanho da foto: - pequeno: 4 x 5 a 5 x 9 cm; - médio: 6 x 10 a 10 x 20 cm; - grande: mais de 25 x 15 cm